

```
mirror_mod.use_x = True
mirror_mod.use_y = False
mirror_mod.use_z = False
elif _operation == "MIRROR_Z":
    mirror_mod.use_x = False
    mirror_mod.use_y = False
    mirror_mod.use_z = True

#selection at the end - add back the selected mirror modifier object
mirror_ob.select= 1
modifier_ob.select=1
bpy.context.scene.objects.active = modifier_ob
print("Selected" + str(modifier_ob)) # modifier_ob is the active ob
mirror_ob.select = 0
obj = bpy.context.selected_objects[0]
obj.name = "object_name"
obj.select = 1

"please select exactly two ob
selected ob please use modifier in face of the
to the selected ob
modifier mirror
```



2021

RELATÓRIO

DE GESTÃO



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Relatório de Gestão

Referente ao Exercício de 2021

Presidente

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda

Vice-Presidente

Econ. Denise Kassama Franco do Amaral

Março/2022

Brasília-DF

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

CBE - Congresso Brasileiro de Economia

CLC - Comissão de Licitação do Cofecon

Cofecon - Conselho Federal de Economia

Corecon - Conselho Regional de Economia

CTC - Comissão de Tomada de Contas

ECV - Economistas em condição de voto

GT - Grupo de Trabalho

MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

PBE - Prêmio Brasil de Economia

SINCE - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

LISTA DE TABELAS, QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadros:

Quadro nº 1 . Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas -----	11
Quadro nº 2 . Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – continuação -----	12
Quadro nº 3 . Auxílios e doações aos Conselhos -----	60
Quadro nº 4 . Despesas com as principais atividades finalísticas -----	61
Quadro nº 5 . Gestão de riscos e controles-----	63
Quadro nº 6 . Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas em 2021 -----	64
Quadro nº 7 . Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2016 a 2021 -----	67
Quadro nº 8 . Detalhamento de despesas de pessoal, gastos com diárias e passagens -----	67
Quadro nº 9 . Gestão de Custos -----	69
Quadro nº 10 . Variação Receitas e Despesas do Cofecon -----	72

Gráficos:

Gráfico nº 1 . Número de inscritos no CBE 2021, por região -----	23
Gráfico nº 2 . Segmentação por gênero. -----	24
Gráfico nº 3 . Economistas em Condições de Voto. -----	62

Figuras:

Figura nº 1 . Organograma do Cofecon -----	10
Figura nº 2 . Capas das Revistas Economistas -----	17
Figura nº 3 . Campanha Dia do Economista no perfil @CofeconEconomia -----	18
Figura nº 4 . Print lives -----	20
Figura nº 5 . Selo 70 anos -----	22
Figura nº 6 . Artes podcast -----	26
Figura nº 7 . Artes capa do Guia, print News e print Clipping -----	27
Figura nº 8 . Mapa estratégico -----	31

SUMÁRIO

ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

Capa, listas de siglas, abreviações, de tabelas, de gráficos e sumário.

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO	7
CAPÍTULO 1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO	8
1.1. Identificação da unidade prestadora de contas	8
1.2. Finalidade e competência	8
1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	8
1.4. Breve histórico da entidade	9
1.5. Estrutura organizacional	9
1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade	15
1.7. Fatos externos relevantes	21
1.8. Modelo de negócios	30
CAPÍTULO 2 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS	30
2.1. Estrutura de governança da entidade	30
2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade	32
2.3. Principais objetivos estratégicos	32
2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas	33
2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional	59
2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas	59
2.7. Despesas com indenizações a conselheiros	61
2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos	61
CAPÍTULO 3 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	62
3.1 Principais riscos	62
3.2 Indicadores de desempenho	62
3.3 Gestão de Riscos e Controles	63
3.4 Oportunidades e Perspectivas	64
3.5. Controles Internos	64
CAPÍTULO 4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	64
4.1. Resultados da área-fim	64
4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica	65
4.3. Gestão Orçamentária e Financeira	67
4.4. Gestão de Pessoas	67
4.5. Gestão de Licitação e Contratos	67
4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	68
4.7. Gestão de Tecnologia da Informação	68
4.8. Gestão dos Custos	69
4.9 Sustentabilidade Ambiental	70

CAPÍTULO 5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS -----	70
5.1. Declaração dos titulares da Secretaria - Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração -----	70
5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes -----	71
5.3. Balanço Orçamentário -----	73
5.4. Balanço Patrimonial -----	74
5.5. Balanço Financeiro -----	75
5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2020/2021 -----	76
5.7. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2021 -----	77
5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2020 -----	79
5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2021 -----	81
5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2020 -----	84
5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais -----	87
5.12. Declaração do Contador -----	88
ANEXO I -----	82
Notas oficiais do Cofecon -----	82
ANEXO II -----	82
Notas do Fórum pela redução da desigualdade social no Brasil -----	82
ANEXO III -----	82
Participação do presidente em eventos -----	82
ANEXO IV -----	82
Participação dos colaboradores em eventos -----	82

MENSAGEM DO DIRIGENTE MÁXIMO

O ano de 2021 foi marcado pela frustração da retomada econômica. Embora tenha havido crescimento, ele se deve a um efeito meramente estatístico que sucede a queda verificada em 2020. O otimismo após o primeiro trimestre deu lugar ao quadro de recessão técnica verificado no terceiro, em grande parte causado pela crise política, pela ausência de um projeto de desenvolvimento e pela alta da inflação que chegou aos dois dígitos.

Também contribuíram para este quadro as novas variantes do coronavírus - sobretudo a delta, cuja disseminação obrigou a reforçar as medidas de isolamento social - e o atraso no início da vacinação no Brasil, causado por fatores vários que vão desde o negacionismo até a desarticulação entre as esferas de governo no enfrentamento à pandemia. Além disso, amarras autoimpostas (como a PEC do Teto, que restringe sobremaneira o investimento público num momento em que ele é bastante necessário) impedem uma atuação firme do Estado, capaz de disseminar-se por toda a economia por meio dos efeitos multiplicador e demonstração.

Neste contexto, o Cofecon tem promovido debates e defendido medidas de superação da crise por meio da inclusão social. O atendimento aos menos favorecidos estimula a geração de demanda, uma vez que, até mesmo por suas necessidades, eles têm maior propensão ao consumo. Outra medida defendida em debate foi o fortalecimento do complexo econômico-industrial da saúde, que além de gerar empregos, pode tornar o país autossuficiente em vários insumos cuja importação foi necessária durante a pandemia. Destaque-se que o Instituto Butantã e a Fundação Oswaldo Cruz foram de grande importância para que, apesar de todos os percalços, a vacinação pudesse chegar a um estágio avançado no Brasil.

Entre as atividades realizadas pelo Cofecon, destacam-se a retirada da PEC 108, cuja tramitação representava uma grave ameaça às funções e até mesmo à existência dos Conselhos de Fiscalização Profissional, fruto de um trabalho que envolveu todas as profissões regulamentadas; os avanços na implantação da carteira profissional eletrônica; controles internos e licitações; realização da Gincana Nacional de Economia em novo formato, além de outras atividades como o Prêmio Brasil de Economia e os demais prêmios entregues anualmente pelo Cofecon; a criação do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, estimulando a economia solidária; a campanha de valorização profissional; a publicação

das revistas Economistas e Justiça Social; a realização de sessões plenárias virtuais e híbridas; oficinas de aperfeiçoamento para economistas; análises de normas, processos de fiscalização e de demonstrações financeiras; e a adequação do Sistema Cofecon/Corecons à Lei Geral de Proteção de Dados.

Finalmente, não podemos deixar de mencionar a realização do Congresso Brasileiro de Economia, totalmente em formato virtual. Durante três dias, palestrantes brasileiros e estrangeiros discorreram sobre os mais variados temas, apresentando soluções para o enfrentamento dos problemas econômicos do País. Prestigiaram o evento mais de 100 palestrantes e 1500 participantes. O material pode ser acessado, de forma gratuita e na íntegra, por meio do aplicativo Economistas.

Nossos agradecimentos aos conselheiros, dirigentes, coordenadores, membros do corpo funcional do Sistema Cofecon/Corecons, pelo trabalho e dedicação ao longo do ano de 2021. Certamente o esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável e inclusivo foi fundamental para a concretização dos projetos propostos e para apresentação de resultados positivos.

Boa leitura!

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
PRESIDENTE

Econ. Denise Kassama Franco do Amaral
VICE-PRESIDENTE



CAPÍTULO 1

1. VISÃO GERAL E ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE EXTERNO

1.1. Identificação da unidade prestadora de contas

Denominação Completa: Conselho Federal de Economia

Denominação Abreviada: Cofecon

Natureza Jurídica: Autarquia Federal CNPJ: 33.758.253/0001-25

Principal Atividade: Fiscalização Profissional Código CNAE: 9412-0/01

Telefones/Fax Contato: (61) 3208-1800 (61) 3208-1814

Endereço Eletrônico: cofecon@cofecon.org.br

Página na Internet: www.cofecon.org.br

Endereço Postal: Setor Comercial Sul, Quadra 2, Bloco B, Edifício Palácio do Comércio, Salas 1201 a 1211, Brasília-DF, CEP: 70.318-900.

Missão: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

Visão: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

1.2. Finalidade e competências

O Conselho Federal de Economia (Cofecon), com sede na Capital Federal, e os Conselhos Regionais de Economia (Corecon), criados pelo art. 6º da Lei nº 1411/1951 (com a redação dada pela Lei nº 6021/1974), são autarquias dotadas de personalidade jurídica de direito público para o cumprimento das missões fixadas por aquela Lei (art. 1º § 1º da Lei 6.537/1978).

Compete ao Conselho Federal de Economia (art. 7º da Lei 1411/1951):

- a) contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;
- b) orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista;
- c) tomar conhecimento de quaisquer dúvidas suscitadas nos Conselhos Regionais e dirimi-las;
- d) organizar o seu regimento interno;
- e) examinar e aprovar os regimentos internos dos C.R.E.P. e modificar o que se tornar necessário, a fim de manter a respectiva unidade de ação;
- f) julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos C.R.E.P.;
- g) promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;
- h) fixar a jurisdição e o número de membros de cada Conselho Regional, considerando os respectivos recursos e a expressão numérica dos Economistas legalmente registrados em cada Região; (Redação dada pela Lei nº 6.537, de 1978)
- i) elaborar o programa das atividades relativas ao dispositivo das letras a e g para sua realização por todos os Conselhos;
- j) servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

1.3. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

- **Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951:** Dispõe sobre a Profissão de Economista.
- **Decreto n.º 31.794, de 17 de novembro de 1952:** Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de economista, regida pela Lei nº 1.411, de 13.08.1951, e dá outras providências.

- **Lei n.º 6.021, de 03 de janeiro de 1974:** Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de economista; atualiza valores das anuidades, taxas e multas, subordinando-as a percentuais do maior salário-mínimo, e altera a denominação dos Conselhos Federal e Regionais.
- **Lei n.º 6.206, de 07 de maio de 1975:** Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.
- **Lei n.º 6.537, de 19 de junho de 1978:** Altera dispositivos da Lei n.º 1.411, de 13.08.1951, que dispõe sobre a profissão de Economista.
- **Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980:** Dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.
- **Lei n.º 12.514, de 28 de outubro de 2011:** Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e trata das contribuições devidas aos conselhos profissionais em geral.

1.4. Breve histórico da entidade

O Conselho Federal de Economia é uma autarquia de fiscalização profissional. Foi criado pela Lei nº 1.411/51, que regulamenta a profissão de Economista. Até o ano de 2001 teve seu funcionamento na cidade do Rio de Janeiro, tendo posteriormente sua sede transferida para Brasília.

Ao longo de 70 anos o Cofecon tem desempenhado suas principais atribuições legais, como contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País e servir como órgão consultivo do governo em matéria profissional. Tem também representação em todo o País, por meio dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons), para atuar na fiscalização profissional, garantindo à sociedade que esta importante atividade será exercida apenas por pessoas devidamente habilitadas para tal.

Seu Plenário é composto por um grupo de 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, com representantes das cinco regiões do País.

1.5. Estrutura organizacional

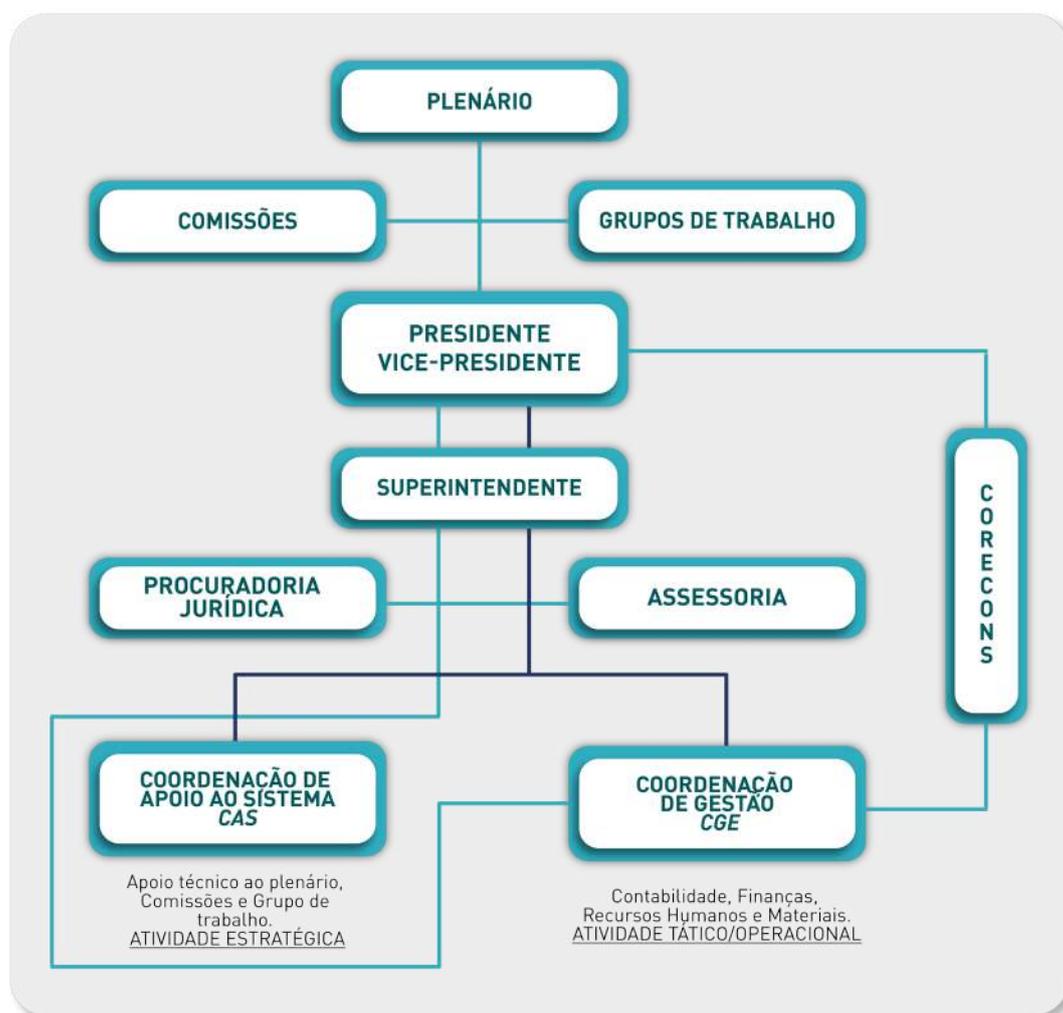
O Conselho Federal de Economia é constituído:

I - de um Plenário, seu Órgão Deliberativo, integrado por 18 (dezoito) Conselheiros Efetivos e mesmo número de Suplentes, eleitos na forma estabelecida pela legislação pertinente, renovando-se 1/3 (um terço) anualmente.

II - da Presidência, seu Órgão Executivo, a que se subordinam os serviços técnicos e administrativos criados pelo Conselho em razão de suas finalidades legais.

III - das Comissões, constituídas para a execução de determinadas tarefas ou para atingir fins que não justifiquem a criação de serviço permanente.

Figura nº 1 - Organograma do Cofecon



A estrutura organizacional do Cofecon contempla o processo de divisão do trabalho e alocação de responsabilidades, e está assim definida:

- Plenário: órgão superior de decisão colegiada;
- Comissões e Grupos de trabalho: órgãos deliberativos em matérias específicas;
- Presidente e Vice-Presidente: órgão principal de decisão singular;
- Unidades organizacionais vinculadas direta e imediatamente ao Presidente: Superintendência, Procuradoria Jurídica, Assessorias e Comunicação.

Quadro nº 1: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Plenário	Conselheiros Efetivos Antonio Corrêa de Lacerda Denise Kassama Franco do Amaral Antônio de Pádua Ubirajara e Silva Antonio Melki Jr. Carlos Alberto Safatle Clovis Benoni Meurer Eduardo Rodrigues da Silva Fernando de Aquino Fonseca Neto Heric Santos Hossoé Lauro Chaves Neto Maria Auxiliadora Sobral Feitosa Maria de Fátima Miranda Maurílio Procópio Gomes Mônica Beraldo Fabrício da Silva Paulo Dantas da Costa Paulo Roberto Polli Lobo Waldir Pereira Gomes Wellington Leonardo da Silva	Conselheiros Federais	01/01/2021 a 31/12/2021
	Conselheiros Suplentes Aldenir Gomes de Paiva Bianca Lopes de Andrade Rodrigues Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior Eduardo Reis Araújo Fabiola Andréa Leite de Paula Henri Wolf Bejzman João Bosco Ferraz de Oliveira Luiz Antonio Rubin Marcelo Pereira Fernandes Maria do Socorro Erculano de Lima Nei Jorge Correia Cardim Omar Corrêa Mourão Filho Paulo Roberto de Jesus Paulo Salvatore Ponzini Róridan Penido Duarte Sávio de Jesus Tourinho da Cunha Teresinha de Jesus Ferreira da Silva		

Quadro nº 2: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – continuação

Áreas Subunidades Estratégicas	Titular	Cargo	Período de Atuação
Comissões	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	01/01/2021 a 31/12/2021
Grupos de Trabalho	* Descritas na sequência do relatório	Conselheiros Federais	01/01/2021 a 31/12/2021
Presidente Vice-Presidente	Antonio Corrêa de Lacerda Denise Kassama Franco do Amaral	Presidente Vice-Presidente	01/01/2021 a 31/12/2021
Superintendência	Aline Tales Ferreira	Superintendente Interina	1º/1/2021 a 31/12/2021
Procuradoria Jurídica	Fábio Ronan Miranda Aves	Procurador-Geral	1º/1/2021 a 31/12/2021
	Paulo Roberto Samuel Alves Júnior	Assessor II	1º/1/2021 a 31/12/2021
Coordenação	Ana Claudia Ramos Pinto	Coordenadora	1º/1/2021 a 31/12/2021
	João Henrique Vieira Costa	Supervisor de Processos Licitatórios	1º/1/2021 a 31/10/2021
	Lilian de Souza Barbosa	Supervisora de Processos Licitatórios	1º/10/2021 a 31/12/2021
Assessoria da Presidência	Jane Lopes Silva	Assessora I	1º/1/2021 a 31/12/2021
	Raphael Pacheco Filho	Assessor IV	1º/1/2021 a 31/10/2021
	Luiza Rodrigues Borges	Assessora IV	17/11/2021 a 31/12/2021
	Giovana Rocha de Sousa	Estagiária de Economia	29/3/2021 a 10/12/2021
Apoio Administrativo	Daniel Nunes de Oliveira	Assistente Administrativo	1º/1/2021 a 31/12/2021
	Danielle Costa Barbosa	Assistente Administrativo	1º/1/2021 a 31/12/2021
	João Henrique Viera Costa	Assistente Administrativo	1º/11/2021 a 31/12/2021
	Lilian de Souza Barbosa	Assistente Administrativo	1º/1/2021 a 30/9/2021
Assessoria Econômica	Maria Aparecida Carneiro	Economista	1º/1/2021 a 31/12/2021
Contabilidade	Antônio Tolentino	Supervisor Financeiro	1º/1/2021 a 31/12/2021
	José Luiz Pereira Barbosa	Técnico em Contabilidade	1º/1/2021 a 31/12/2021
Comunicação	Natália Lepsch Kenupp Batista	Assessora I	1º/1/2021 a 1º/3/2021
	Renata Reis Almeida	Assessora I	1º/3/2021 a 31/12/2021
	Júlio César Poloni de Góes	Assessor III	20/4/2021 a 31/12/2021
	Manoel José Castanho	Jornalista	1º/1/2021 a 31/12/2021
	Raquel Passos da Silva Araújo	Assessora IV	1º/1/2021 a 31/12/2021
Tecnologia da Informação	Keliane Souza de Jesus	Assessora III	1º/1/2021 a 31/12/2021
	Danyel Willian Santos Teófilo	Técnico de Informática	1º/1/2021 a 26/12/2021
	Rielisson Barbosa de Moura	Assessor IV	22/12/2021 a 31/12/2021
	Felipe Correa da Cruz	Estagiário de TI	2/8/2021 a 31/12/2021
Serviços Administrativos	Edna Barroso Machado	Supervisora de Serviços Gerais	1º/1/2021 a 31/12/2021
	Camilly do Nascimento da Silva	Estagiária	11/3/2021 a 31/12/2021

CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

Competências

São atribuições do Plenário:

- I - estimular a disseminação da ciência econômica nos diversos segmentos da sociedade brasileira, buscando promover estudos que resultem nas práticas mais adequadas ao País;
- II - determinar a orientação, supervisão e disciplina da fiscalização do exercício profissional, com vistas a manter a uniformidade de atuação dos Conselhos Regionais;
- III - conhecer e dirimir as dúvidas suscitadas pelos Conselhos Regionais;
- IV - alterar o Regimento Interno;
- V - examinar e aprovar os regimentos internos dos Conselhos Regionais, modificando-os, caso necessário, para manter-se a respectiva unidade de orientação e ação;
- VI - julgar, em última instância, os recursos interpostos contra os atos dos Conselhos Regionais;
- VII - decidir sobre a criação, fusão e organização dos Conselhos Regionais, fixando-lhes a jurisdição e o número de seus membros, considerando a expressão quantitativa dos economistas e a dotação relativa dos recursos;
- VIII - decidir sobre o programa de trabalho;
- IX - oferecer subsídios à formulação e implementação da política econômica governamental e, em assuntos que interessem a economia nacional, à ação do Congresso Nacional, além de aprovar e emitir quaisquer pronunciamentos em nome da instituição em temas econômicos, sociais ou políticos, podendo delegar esta atribuição, mediante Resolução, ao Presidente, a Comissões próprias ou a Conselheiros;
- X - eleger, dentre os Conselheiros, o Presidente e o Vice-Presidente;
- XI - deliberar sobre proposta orçamentária, suas alterações e abertura de créditos adicionais segundo proposição da Presidência, considerando o programa anual de trabalho;
- XII - homologar orçamentos, reformulações, alterações e abertura de créditos adicionais, provenientes dos Conselhos Regionais;
- XIII - aprovar o Plano de Cargos e Salários (PCS) e suas alterações, bem como a tabela salarial dos empregados do quadro de pessoal do Cofecon e os respectivos índices de atualização;
- XIV - autorizar a criação de cargos, funções, níveis de remuneração, e, bem assim, aprovar o regulamento de promoções e suas alterações, nos termos do Plano de Cargos e Salários (PCS) e em estrita observância ao que preceitua a legislação aplicável em vigor;
- XV - aprovar a criação de comissões ou grupos de trabalho;
- XVI - julgar o relatório anual de atividades e a prestação de contas do exercício anterior, observado o disposto neste Regimento em relação à Comissão de Tomada de Contas, ficando impedidos de votar esta matéria o Presidente, o Vice-Presidente e os Conselheiros que os tenham eventualmente substituído nos atos de gestão do exercício considerado;
- XVII - deliberar sobre as prestações de contas dos Conselhos Regionais, após o exame da Comissão de Tomada de Contas;
- XVIII - deliberar previamente sobre mutações patrimoniais, doações, legados, subvenções, convênios e toda forma de auxílio financeiro aos Regionais e a terceiros;
- XIX - autorizar operações referentes à compra, venda, doação em pagamento, aluguel e permuta de imóveis pelos Conselhos Regionais, observando as disposições legais;
- XX - deliberar sobre atos que contrariem a ética profissional, definidos em legislação própria, quando se tratar de competência do Conselho Federal;
- XXI - zelar pela observância dos dispositivos do Código de Ética Profissional do Economista;
- XXII - decidir sobre os meios hábeis que objetivem a valorização profissional do Economista, particularmente quanto à melhoria de sua capacidade técnica e à utilização de seu saber específico nos diferentes setores da economia nacional;

XXIII - estimular a elaboração de trabalhos na área de economia aplicada, especialmente sobre problemas do desenvolvimento econômico-social, podendo, para esse fim, estabelecer prêmios anuais.

São atribuições dos Conselheiros:

I - participar das Sessões do Conselho e do Tribunal Superior de Ética;

II - relatar os processos e desempenhar encargos para os quais forem designados;

III - integrar comissões ou grupos de trabalho, quando designados;

IV - representar o Conselho, quando designados;

V - conhecer previamente a pauta da Sessão e a minuta da ata da Sessão a ser aprovada.

São atribuições do Presidente:

I - cumprir e fazer cumprir a Lei, o Regulamento, este Regimento, as Resoluções, Deliberações e demais atos normativos do Conselho;

II - administrar e representar legalmente o Conselho;

III - dar posse aos Conselheiros e convocar os Suplentes;

IV - distribuir aos Conselheiros, para relatar, os processos ou matérias que devam ser submetidos à deliberação do Plenário;

V - propor ao Plenário atos deliberativos;

VI - convocar e presidir as sessões do Conselho e as do Tribunal Superior de Ética;

VII - propor ao Plenário a constituição de comissões ou grupos de trabalho;

VIII - exercer os atos relativos à política e administração de pessoal, observando o disposto no art. 10, incisos XIII e XIV deste Regimento;

IX - autorizar o pagamento das despesas orçamentárias ou especiais votadas pelo Plenário e, juntamente com o responsável designado para a Tesouraria, ou seu substituto legal, movimentar contas bancárias, assinar cheques e passar recibos;

X - submeter ao Plenário, na primeira sessão de seu mandato, o programa de trabalho;

XI - encaminhar à deliberação do Plenário a proposta orçamentária e suas alterações, bem como o relatório anual de Prestação de Contas;

XII - delegar competências regimentais incluídas nas alíneas II, VIII, IX e XIV a Conselheiros e funcionários, respeitados os princípios legais da delegação de competência e do controle interno;

XIII - decidir "ad referendum" do Plenário, nos casos em que se faça inadiável e imprescindível a tomada de decisão sobre matérias de competência do Plenário e seja impossível a convocação tempestiva desse colegiado, ao qual deverá ser a decisão submetida na sessão imediatamente posterior para homologação. Neste caso, poderá o Plenário revogar ou alterar, posteriormente, tais deliberações, preservando-se os legítimos efeitos gerados até esse momento;

XIV - acautelar os interesses dos Conselhos Federal e Regionais e os da categoria profissional, adotando as providências necessárias.

São atribuições das Comissões Permanentes e Temáticas:

O cofecon possui aproximadamente 26 comissões e grupos de trabalho, cujas atribuições, componentes e atividades estão relacionadas no capítulo 2 deste relatório.

Superintendência

Dentro das funções da Superintendência estão o acompanhamento e apoio às Comissões para garantir que as metas destas sejam atingidas; acompanhar o orçamento e os projetos do Cofecon; assegurar o atendimento ao Sistema Cofecon/Corecons; cumprir e fazer cumprir o Regimento do Cofecon; coordenar as atividades de planejamento, programação, orçamentação e controle no âmbito de sua competência; organizar e executar as Sessões Plenárias Ordinárias e Ampliadas ao Cofecon, bem

como apoiar a realização de outros eventos constantes do Calendário do Sistema Cofecon/Corecons.

Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

1.6. Principais canais de comunicação com a sociedade

1.6.1. O Cofecon e a Mídia

O setor de Comunicação deu continuidade ao trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos, com o objetivo de ampliar a participação do Conselho Federal de Economia no debate nacional. Foram divulgadas notas oficiais, sugestões de fontes sobre assuntos que estavam em pauta, entrevistas e ações de aproximação com os jornalistas para aprimorar o relacionamento com a mídia.

Foram localizadas e monitoradas 446 inserções do Sistema Cofecon/Corecons na mídia em 2021, uma média de 37,1 por mês. Do total, em relação ao tipo de mídia, 1 foi publicada em podcast, 16 pelo rádio, 58 em veículos impressos, 38 em emissoras de televisão e 354 em sites e portais de notícias na internet. Na perspectiva da abrangência dos veículos, 333 em veículos da grande imprensa, com ampla distribuição e audiência, 89 inserções foram publicadas em mídias alternativas e 24 em veículos de comunicação setoriais. Também foi localizada 1 inserção do Cofecon em veículo estrangeiro: The Brazilian Report.

1.6.2 Redes Sociais

As redes sociais se mostraram, mais uma vez, como importante ferramenta de divulgação de ações, participações e eventos realizados pelo Sistema Cofecon/Corecons. O setor de Comunicação trabalhou com uma identidade visual moderna nos perfis da autarquia nas mídias e criou estratégias para potencializar o alcance das publicações, difundindo as informações divulgadas para o maior número de pessoas possível. Os resultados foram constatados na campanha do Dia do Economista, no aumento do número de seguidores e de interações com o conteúdo disseminado.

A página do Cofecon no Facebook encerrou o ano com 20.6 mil seguidores. As 750 publicações da página tiveram um alcance de 598.854 pessoas e quase 26 mil comentários, cliques e compartilhamentos. A publicação com maior visibilidade foi a de divulgação do Dia do Economista, postada no dia 13 de agosto, que atingiu 4.6 mil pessoas. O Twitter do Cofecon registrou 86 novos seguidores, 31.947 visitas ao perfil, e 186.384 impressões. Ao todo, foram 1.381 publicações.

O canal do Cofecon no YouTube teve grande destaque em 2021, com a realização de lives

e eventos virtuais na plataforma. Durante o ano, foram publicados 78 novos vídeos públicos que alcançaram 35.4 mil visualizações. O canal contou com 1.1 mil novos inscritos, finalizando o ano com 4.1 mil inscritos.

Os perfis nas redes sociais LinkedIn e Instagram também foram responsáveis pela comunicação do Cofecon com economistas e a sociedade em geral. O LinkedIn contou com 365 publicações, 727 novos seguidores e 113 mil impressões, finalizando o ano de 2021 com 1.541 seguidores.

Já o perfil do Cofecon no Instagram contou com 453 publicações, teve 3.371 novos seguidores e um alcance de 208.658. A publicação de maior destaque foi referente ao curso de econometria oferecido pelo Corecon-DF em 20 de outubro, totalizando 6.7 mil contas alcançadas.

Tanto a divulgação quanto a realização da edição de 2021 do Desafio Quero Ser Economista estiveram alicerçadas nas redes sociais, considerando o público-alvo, formado por estudantes de Ensino Médio. O perfil Quero Ser Economista no Instagram está com 2.329 seguidores e teve 159 publicações ao longo do ano. Já o Facebook Quero Ser Economista, em que também são divulgados conteúdos de interesse de estudantes de Ciências Econômicas e de Ensino Médio, encerrou 2021 com 10.825 seguidores e teve 67 publicações.

Diante dos números apresentados, o Cofecon demonstrou ter fortalecido sua presença nas redes sociais no ano de 2021, estreitando a comunicação com economistas, estudantes de Economia e a sociedade em geral.

1.6.3 Revista Economistas

A partir da sua 40ª a revista Economistas começou a ser apresentada em formato interativo. <https://www.cofecon.org.br/revistas-de-economia/>

Agora, economistas, estudantes e interessados na economia podem acessar o material virtualmente, no formato interativo. Dentro da revista, leitores encontram links para conteúdos externos, vídeos, campanhas, podcasts e outros materiais.

Edição de dezembro (N.42): Reflexões de economistas trouxe 8 artigos, 1 matéria e a indicação de livro O legado de Wilson Cano, Bidenomics e o Capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais. Em números, a edição recentemente lançada, conta com 3.681 visitas, num total de 9.743 páginas visualizadas, com destaque para os acessos às palestras do CBE, disponibilizadas na íntegra, dentro da revista.

Edição de setembro (N.41): Perspectivas da economia brasileira pós-pandemia trouxe 1 entrevista, 8 artigos, 1 matéria e a indicação dos livros vencedores do Prêmio Brasil de Economia: Brasil, uma Economia que não aprende, de Paulo Gala e André Roncaglia; O Salto do Sapo – a difícil corrida brasileira rumo ao desenvolvimento econômico, de André Galhardo Fernandes e Franklin Lacerda; e Economia da Felicidade, de Carlos Alberto Ramos.

Em números, a edição contou com 4.917 visitas, totalizando 28.672 páginas visualizadas e mais de 800 cliques para o conteúdo externo relacionado aos assuntos abordados pelos economistas. Entre as matérias mais lidas estão Mercado de Trabalho dos Economistas, de Fernando Nogueira Costa e Desigualdades, de Ladislav Dowbor.

Edição de junho (N.40): O mundo pós-pandemia trouxe 1 entrevista, 8 artigos, 1 matéria e a indicação dos livros: Celso Furtado, 100 anos – pensamento e ação, organizado por Antonio Corrêa de Lacerda; História dos Bancos, de Fernando Nogueira Costa; e Nem negacionismo nem apocalipse, de Gesner Oliveira e Artur Villela Ferreira.

Em números, a edição contou com 4.024 visitas, totalizando 24.442 páginas visualizadas e mais de 1.000 cliques para o conteúdo externo relacionado aos assuntos abordados pelos economistas. Entre o conteúdo mais acessado está o podcast Economistas e a entrevista Fernando Ferrari, 100 anos: luta e inspiração.

Edição de março (N.39): As mulheres na economia, edição tradicionalmente escrita exclusivamente por mulheres, trouxe 9 matérias e a indicação do livro Economia da Longevidade, de Jorge Félix.

A revista de março é uma conquista que vem sendo fortalecida pela Comissão Mulher Economista do Cofecon. Entre os temas apresentamos, destaque para os artigos Efeitos devastadores da pandemia de covid-19 sobre as mulheres, de Denise Gentil; O protagonismo feminino no desenvolvimento sustentável, de Michele Aracaty; e 1921 – ano que não terminou, de Mônica Beraldo.

Figura nº 2 - Capas das Revistas Economistas



1.6.4 Portal das Comissões

Por meio desse novo canal, lançado em maio de 2021, o usuário poderá conhecer, acompanhar e contribuir para o sucesso das ações propostas pelo Cofecon por meio das 16 Comissões e 11 Grupos de Trabalho atualmente em exercício. O portal pode ser acessado pelo link www.cofecon.org.br/comissoes/

Temas como política econômica, desenvolvimento regional, empreendedorismo, papel da mulher economista, reforma tributária e redução da concentração de renda e da desigualdade são tratados de forma concreta pelas Comissões e Grupos de Trabalho do Cofecon, que apresentam projetos focados em dirimir problemas atuais e contribuir para uma sociedade mais justa e próspera. “As comissões e grupos de trabalho, apenas por uma questão operacional, são relativamente restritos e comportam um número limitado de membros. Mas isso não impede que todos que tenham interesse nos temas tratados possam participar com sugestões e críticas, inclusive apresentando propostas”, afirma o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda.

Uma das principais funcionalidade do portal é o contato direto, por meio de formulário específico, com cada uma das comissões e dos grupos de trabalho. No ambiente virtual, as mensagens enviadas serão recebidas pelos coordenadores da comissão ou grupo de trabalho, que são responsáveis, junto aos demais membros, por avaliar a aplicabilidade das sugestões. Dúvidas ou críticas também poderão ser encaminhadas e serão igualmente avaliadas pelos encarregados.

Outra função de destaque do Portal é a apresentação de notícias relacionadas a cada tema. Os economistas e a sociedade em geral também poderão ter informações sobre a realização de eventos, a promoção de cursos, premiações e competições organizadas pelo Cofecon e pelos Corecons. “Agradeço aos colaboradores que se empenharam na construção desse novo projeto e aos membros das Comissões e Grupos de Trabalho pelas ações desenvolvidas. Precisamos fortalecer os canais de comunicação internamente, com os economistas e com a sociedade para assim cumprirmos o nosso papel de forma ainda mais transparente e eficiente”, conclui Lacerda.

O ambiente é totalmente interativo e de fácil navegação. Ao acessar o link, o usuário é espontaneamente direcionado às áreas de interesse. Clique aqui, navegue e traga a sua contribuição para as ações do Sistema Cofecon/Corecons.

1.6.5 Campanha Dia do Economista

Neste ano, a homenagem ao Dia do Economista foi antecipada visando reforçar a importância deste profissional para a solução de problemas socioeconômicos que afetam a vida de todos os Brasileiros, como a crise causada pela pandemia, a fome, o desemprego e o crescimento da desigualdade.

A visão ampla e estratégica é uma das características que tornam os profissionais da economia essenciais, principalmente em um momento em que o país precisa de soluções para superar a situação atual. Essa característica é ressaltada em todos os textos da campanha com o título “Quando a crise chega, o economista já está em ação”.

Além disso, a campanha chamou a atenção para a necessidade de registro no Corecon, uma vez que a fiscalização profissional é uma garantia para a sociedade contra os profissionais inabilitados, inclusive com outra formação, que atuam de forma antiética.

O conteúdo também foi divulgado por meio de posts patrocinados e anúncios nas redes sociais Facebook e Instagram. Foram produzidos posts para a página do Cofecon no Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter. O alcance orgânico da campanha foi de 195687.

Figura nº 3 - Campanha Dia do Economista no perfil @CofeconEconomia



Além das ações antecipadas, no dia 13 de agosto, foi realizada a live Diálogo com Economistas que contou com o economista convidado José Márcio Rego, apresentação do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e a mediação da conselheira federal Ana Claudia Arruda Laprovitera.

A live contou com 368 acessos no YouTube e pode ser assistida em <https://youtu.be/Vu2cWOxRfWo>
O Cofecon apoiou iniciativas dos Conselhos Regionais tanto na produção de material virtual como na participação dos dirigentes federais em eventos nacionais.

1.6.6 Debates de conjuntura

A Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia realizou, ao longo de 2021, uma série de debates de Conjuntura Econômica, com a participação de convidados. Ao final de cada evento virtual, o Cofecon divulgou uma Nota Oficial, apresentando o posicionamento do plenário em relação aos diferentes temas. Os debates foram apresentados pelo presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e mediados pelo conselheiro federal e coordenador da Comissão, Fernando de Aquino Fonseca Neto.

“Apesar das plenárias virtuais, pudemos manter nossos debates de conjuntura. Nesse formato, tivemos mais facilidade de conseguir trazer nossos convidados, já que há mais disponibilidade para participar de encontros virtuais. Trouxemos pessoas bastante reconhecidas e os debates foram bem concorridos”, comentou o coordenador da Comissão. A partir das contribuições dos membros da Comissão e com o apoio do Plenário, elaboramos as notas de conjuntura, que são distribuídas para o público chave do Conselho, que inclui profissionais, imprensa, estudantes e pesquisadores das Ciências Econômicas”. As notas podem ser acessadas diretamente na página do Cofecon (<https://www.cofecon.org.br/notas-oficiais/>)

• O mais visualizado

Os economistas Paulo Gala e Elias Jabbour comentam “Políticas de desenvolvimento para o Brasil”. O debate conta com 1.435 visualizações e pode ser acessado clicando aqui. A Nota Oficial com o mesmo tema foi divulgada em 23 de janeiro e pode ser acessada em: bit.ly/3pPH6iH.

• Um tema necessário e elucidador

Os economistas Marcos Lisboa e Simone Deos foram os convidados para falar sobre “Corte de gastos resolvem nossos problemas fiscais”. O debate contou com 986 visualizações no canal do Youtube do Cofecon e pode ser assistido diretamente clicando aqui. A Nota Oficial divulgada a partir do debate, foi publicada em 20 de março e pode ser acessada em: bit.ly/3JNKpPk.

• Um tema inspirador

Bidenomics e o Brasil foi o tema do último debate do ano e contou com as participações dos economistas Laura Carvalho e André Roncaglia e com o jornalista convidado, Fabio Graner, do Valor Econômico. O debate foi visualizado por mais de 500 pessoas. Para acessar, clique aqui. A Nota Oficial com o título Condições para superação do teto de gastos foi divulgada a partir do debate e pode ser lida em: bit.ly/32EoOYX.

• Debate ainda muito atual

Marcelo Neri e Rosa Maria Marques discutiram políticas sociais pós-pandemia. O debate pode ser assistido clicando aqui. A Nota Oficial com o mesmo título foi publicada em 3 de julho e pode ser acessada em: bit.ly/3sV1cKa.

• Um debate entre professores

E por último, mas não menos importante, os economistas Gabriel Galípolo e Guilherme Mello aceitaram o convite para falar sobre Política Monetária na Atual Conjuntura. Para acessar a nota oficial, clique aqui: bit.ly/3sTZY1Y.

1.6.7 Eventos virtuais

Formato consolidado desde 2020, ao longo de 2021 as lives continuaram sendo um forte meio de comunicação utilizado pelo Cofecon e pelos Corecons. Por meio do YouTube, temas como

teto de gastos, Bidenomics, perspectivas pós-pandemia, empreendedorismo, participação feminina no mercado de trabalho, entre outros, foram destaque ao longo do ano.

Além disso, o Cofecon, por meio da Comissão de Educação, manteve a realização das Oficinas gratuitas de EAD; já a Comissão Mulher Economista apresentou as lives com as indicadas ao Prêmio Mulher Transformadora, premiação que tem o objetivo de homenagear não só as profissionais da área que mais se destacaram e contribuíram para a Ciência Econômica, mas também aquelas que são agentes de transformação social. Outras Comissões também aproveitaram o espaço virtual para aproximação dos públicos estratégicos do Conselho, incluindo a Comissão Eleitoral, responsável pelo processo eleitoral, que de forma transparente e inclusiva, também foi divulgado pelo canal.

Outra iniciativa importante foi a realização de lives com os primeiros colocados das várias categorias do Prêmio Brasil de Economia 2020. Durante os encontros, os ganhadores apresentaram seus trabalhos e comentaram sobre o impacto do prêmio na trajetória profissional, além de dar dicas para os interessados em concorrer à premiação.

Figura nº 4 – Print lives



1.6.8. Ouvidoria

A Ouvidoria do Cofecon é realizada por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão), disponível para acesso no sítio eletrônico da Autarquia, Portal da Transparência (<https://cofecon.org.br/transparencia/>).

Em 2021, o setor de Apoio Administrativo/ Atendimento aos Regionais do Cofecon atendeu 355 solicitações ou dúvidas de Corecons e do público em geral. Os funcionários realizaram 3.229 pesquisas por CPF/CNPJ por meio do sistema do SERPRO, vinculado à Receita Federal do Brasil, no sentido de averiguar os endereços atualizados de Economistas registrados com o fim de subsidiar os Corecons no desempenho de suas atividades de fiscalização.

1.7. Fatos externos relevantes: um ano de grandes feitos

Mesmo durante um ano ainda marcado por perdas de vidas, desemprego, inflação e negacionismo, o trabalho dentro do Sistema Cofecon/Corecons foi intenso, com impactos positivos para profissionais registrados, por meio da valorização do papel do economista no mercado de trabalho; para estudantes de ensino médio e de graduação em Ciências Econômicas, que participaram de ações planejadas para fortalecimento da profissão; e para a sociedade, que tomou conhecimento do papel do economista como profissional chave para o desenvolvimento justo e inclusivo do país.

Com a impossibilidade de realizar encontros presenciais durante a pandemia, seguindo o formato adotado em 2020, as comissões permanentes e grupos de trabalho do Cofecon desenvolveram diversas atividades virtualmente durante o ano, com foco em dar continuidade ao plano de trabalho e dialogar com a população sobre a crise e os desafios socioeconômicos que surgiram com a Covid-19.

Ao longo de quase todo o ano, as sessões plenárias ordinárias e extraordinárias ocorreram em formato virtual, sendo que para as plenárias 709 e 710 foi adotado o formato híbrido, com transmissão a partir da sede do Cofecon em Brasília. Todas as atividades realizadas pelas comissões e grupos de trabalho estão detalhadas neste Relatório de Gestão 2021.

PEC 108/2019

Uma das vitórias mais importantes obtidas no âmbito da Cofecon está relacionada com a PEC 108/19, que propunha uma alteração significativa na natureza jurídica dos Conselhos. Por meio de uma ampla mobilização coordenada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), com apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia, o assunto foi resolvido e a proposta finalmente foi retirada de tramitação.

“Como todos acompanharam, a PEC 108 propunha uma mudança radical na figura dos Conselhos profissionais”, comentou Lacerda. “Conseguimos uma mobilização no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e junto ao Conselhão, que reúne as 31 profissões regulamentadas. Foram dois anos de trabalho intenso e felizmente o assunto está resolvido. Agradecemos a participação dos Corecons. Foi um trabalho vitorioso de todos”.

70 Anos da profissão

Dentro das comemorações dos 70 anos da profissão, o Cofecon desenvolveu diversas atividades, culminando no mês de agosto com a celebração do Dia do Economista. Entre os destaques estão: realização de um podcast com uma série de entrevistas com especialistas sobre os 70 anos da regulamentação da profissão de economista no Brasil; criação de categoria de Artigo Temático, dentro do Prêmio Brasil de Economia; criação de selo alusivo à data, reprodução de material veiculado pela mídia e por outros Regionais, além da participação de membros do Cofecon em eventos organizados por outras instituições.

Figura nº 5 – Selo 70 anos



Realização do XXIV Congresso Brasileiro de Economia em formato virtual

O XXIV Congresso Brasileiro de Economia (CBE 2021) ficará marcado na história do Sistema Cofecon/Corecons. Esta edição foi a primeira realizada em formato virtual, o que proporcionou a participação de mais de 1.500 economistas e estudantes de todo o país. O CBE 2021 foi realizado pelo Corecon-SP e pelo Cofecon. Durante três dias, profissionais de renome nacional e internacional debateram questões fundamentais sob o tema central “Perspectivas da economia brasileira pós-pandemia”. Um total de 116 palestrantes preencheram mais de 80 horas de programação. Todo o conteúdo está disponível por meio do aplicativo Economistas.

Para Waldir Pereira Gomes, presidente do CBE 2021, o evento preencheu todas as expectativas. Durante a solenidade de encerramento, ele enfatizou a importância do engajamento da categoria na promoção do debate econômico. “O CBE é uma grande oportunidade que temos de fornecer à sociedade e à categoria subsídios fundamentais para a promoção do desenvolvimento econômico”, aponta. O presidente do CBE 2021 também ressaltou que a tecnologia propiciou também que todos os conselheiros federais e os conselheiros regionais do Corecon-SP, realizador do evento, tivessem a oportunidade de atuar como moderadores das discussões.

Entre os tópicos debatidos nas palestras e mesas redondas do Congresso, estiveram: conjuntura econômica e política; impactos econômicos da pandemia; papel dos bancos; estrutura e política industrial; financeirização da economia; ESG; investimentos; finanças públicas; integração nacional; função do Estado; custo Brasil; matriz energética; economias compartilhada, comportamental e solidária; construção civil; mercado de trabalho; estratégias do governo Biden; comércio exterior; entre muitos outros temas referentes a economia brasileira e internacional.

“Neste Congresso foram apresentadas alternativas para a política econômica brasileira nos mais diversos campos. Está claro que não existe um único caminho. O papel do economista é apresentar essas alternativas para que a população escolha com lucidez o caminho que deseja seguir, o projeto de país que almeja”, explica o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda.

Programação e números do CBE

A adaptação do evento para o formato on-line foi um grande desafio, superado com bastante sucesso. A tecnologia oportunizou aos inscritos de todo o país o acompanhamento do Congresso na íntegra a um preço acessível. E os números são expressivos: ao todo, foram 17.200 visualizações ao

vivo, somando mais 5.499 horas de tempo assistido, sendo que o maior pico de audiência foi de 415 participantes simultâneos.

Gráfico nº 1: Número de inscritos no CBE 2021, por região.



A extensa programação do CBE contou com intervalos culturais que exaltaram a música popular brasileira. A cerimônia de encerramento contou com uma emocionante apresentação do grupo sociocultural Meninos do Morumbi, que interpretou clássicos da MPB, como a obra “O que é, o que é?”, de Gonzaguinha. A iniciativa foi muito elogiada pelo público. Além das palestras e mesas redondas, foi realizado o workshop “Ciência de dados para economistas”; o Encontro de Peritos; o Fórum de Mulheres Economistas; a apresentação de trabalhos científicos; além da entrega de prêmios e honrarias do Sistema Cofecon/Corecons.

Um dado observado pela Comissão Organizadora foi a grande participação das mulheres economistas, 42,7% das inscrições. O Fórum das Mulheres Economistas <https://youtu.be/EpOFOcbHtKs>, que é uma tradição nos eventos do Sistema Cofecon/Corecons, destacou dois temas principais: “Mulheres economistas pensadoras do desenvolvimento econômico”, discutido pelas economistas Luciana Acioly e Izete Pengo Bagolin; e “Macroeconomia e o empoderamento das mulheres: a presença das mulheres nas políticas públicas”, debatido por Ana Luiza Matos de Oliveira e Joana Mostafa. A responsabilidade do evento foi das economistas Mônica Beraldo, que é conselheira federal e coordenadora da Comissão da Mulher Economista, e Nancy Gorgulho, conselheira regional e coordenadora da Comissão da Mulher Economista em São Paulo.

Gráfico nº 2: Segmentação por gênero.



Entre as sessões mais assistidas, 346 visualizações em apenas um dos dias, destaque para a Apresentação de Trabalhos Científicos (8 de setembro, 9 de setembro e 10 de setembro), aprovados e selecionados pela comissão avaliadora do XXVII Prêmio Brasil de Economia e pelo Comitê Científico do CBE 2021. A conselheira federal Ana Claudia Arruda Laprovitera foi a coordenadora das apresentações dos livros, das monografias e dos artigos científicos e temáticos sobre os 70 anos da profissão de economista no Brasil.

O workshop de ciência de dados para economistas teve recorde de visualizações: um total de 518, sendo 123 simultâneos. O evento permitiu o compartilhamento de conhecimentos sobre uma área que se encontra em franca expansão. Os economistas Augusto Fadel, Denise Freire e Paulo Jannuzzi, todos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abordaram três temas fundamentais da área. Fadel falou sobre algumas experiências de uso de Big Data em institutos de estatística. Denise Freire, em sua exposição, comentou sobre a taxa de desemprego do IBGE e as calculadas por projeção pelos bancos. E Jannuzzi finalizou o workshop falando do apagão dos dados decorrente da desarticulação das políticas na área.

O encontro de peritos, com 126 visualizações, reuniu profissionais interessados neste setor que tem crescido muito entre os economistas ao longo das últimas duas décadas. Os profissionais Vilma Guimarães, José Marcos de Campos, Tiago Jazynski e Angeliz Suckow apresentaram quatro tipos de trabalho dentro do campo da perícia: Perícias em Previdência Social e Complementar; Mercado de Trabalho em Perícia Econômico-Financeira; Mercado de Trabalho em Perícia Trabalhista; Mediação e Arbitragem.

Paralelamente às discussões econômicas, também foram realizados outros eventos. A Gincana Nacional de Economia aconteceu nos dias 6 e 7 de setembro, abrindo oficialmente a programação do CBE 2021.

A Gincana também aconteceu ineditamente em formato on-line. Estudantes de Economia de todo o país puderam participar da competição, que teve sua fase regional e a fase nacional realizadas

virtualmente. O estudante Luís Eduardo Candiotto Tereza, da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), foi o grande campeão desta edição. O catarinense ganhou um prêmio de R\$ 2.500. Rafael de Souza Teixeira, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), alcançou o segundo lugar e levou um prêmio de R\$ 2.000. Já a terceira colocação foi de Gisele de Paiva Furieri, da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A estudante capixaba recebeu um prêmio de R\$ 1.500.

O Cofecon também anunciou os ganhadores do XXVII Prêmio Brasil de Economia, que distribuiu um total de R\$ 18 mil aos vencedores de quatro diferentes categorias.

A entrega virtual de prêmios também contemplou as honrarias Personalidade Econômica do Ano, Mulher Economista, Mulher Transformadora e Destaque Econômico. A economista Leda Maria Paulani recebeu a honraria de Personalidade Econômica do Ano de 2020. A profissional é reconhecida por suas pesquisas e artigos na área da Economia Política e também pela destacada atuação na Associação Brasileira de Economistas pela Democracia (ABED). Denise Gentil, por sua vez, foi eleita Mulher Economista do Ano 2020. Ela foi uma das mais eminentes profissionais do campo econômico na oposição à última reforma da Previdência. Atualmente, é professora do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem se destacado nas discussões sobre os reflexos do processo de financeirização da Economia. O título de Mulher Transformadora foi entregue à Irmã Lourdes Dill. Ela é Educadora Popular do Cooperativismo, da Economia Popular Solidária, da Agricultura Familiar e é agente da Cáritas desde 1987. As organizações vencedoras dos prêmios de Destaque Econômico foram o IBGE, a UNICAMP e a CNN, nas modalidades Desempenho Técnico, Academia e Mídia, respectivamente.

Ao final do CBE 2021, o Cofecon divulgou a Carta de São Paulo, sintetizando as opiniões discutidas nos vários debates realizados durante o Congresso e opinando sobre o momento econômico e político vivido pelo Brasil. No documento, os economistas sublinham a importância de retomar uma trajetória de crescimento econômico inclusivo. “Está mais que na hora de construirmos consensos em torno de uma nova agenda para o País”, pontua a Carta. Leia o documento a seguir:

CARTA DE SÃO PAULO – PELO RETORNO A UM CRESCIMENTO INCLUSIVO

De 8 a 10 de setembro de 2021 realizou-se de forma virtual em São Paulo, o XXIV Congresso Brasileiro de Economistas, contando com cerca de 120 palestrantes nacionais e internacionais, das mais diversas correntes de pensamento econômico e mais de 1500 congressistas. Sob o grande tema “Perspectivas para a Economia Brasileira Pós-pandemia”, houve palestras e mesas redondas sobre os mais relevantes problemas brasileiros: política macroeconômica, tributação, distribuição de renda e combate à pobreza, inflação e papel do Estado dentre outros.

O quadro atual é preocupante. O PIB retornou aos níveis anteriores à pandemia, mas os 50% mais pobres da população acumulam perda de 21,5% em suas rendas, entre o último trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2021, de acordo com estimativas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Outro estudo, da mesma FGV, identifica o que a literatura considera um grande salto de desigualdade, com o índice de Gini, no primeiro trimestre de 2021, alcançando o maior nível da série histórica iniciada em 2012.

Contribuem para a continuidade da retomada cíclica da economia o avanço da vacinação e o controle da inflação. No médio prazo, estimular investimentos públicos e manter os programas de concessão, fortalecendo o marco regulatório setorial, é essencial para melhorar a infraestrutura e permitir maiores ganhos de produtividade. As reformas econômicas devem buscar a modernização e aprimoramento das instituições e marcos jurídicos.

Vale alertar que o uso eficiente dos recursos públicos, cortando privilégios e evitando desvios e desperdícios, é fundamental para que a capacidade produtiva não se esgote sem ganhos de produtividade, como tem sido a marca de nossa história recente de baixo crescimento.

A sustentabilidade e celeridade do crescimento requer que o país volte a elevar continuamente a produtividade, o que depende da incorporação de tecnologia e inovações. Para tanto, são necessárias políticas que a promovam, não só assegurando financiamentos, mas com programas de metas, incentivos e articulação dos atores envolvidos, abrangendo o sistema educacional, de pesquisa e produtivo.

Nos últimos dias tem havido turbulência nos mercados financeiros gerada por excesso de instabilidades políticas e institucionais. Nesse sentido vale dizer que a economia não se dissocia da política. O respeito aos princípios do estado democrático de direito é basilar para a construção de uma sociedade mais justa.

Nossos desafios para recuperarmos o crescimento robusto e inclusivo são amplos. Está mais que na hora de construirmos consensos em torno de uma nova agenda para o País. Não há tempo a perder!

Novas ferramentas

Neste ano, por meio de suas comissões, o Cofecon mais uma vez renovou suas formas de contato com os economistas, estudantes e sociedade em geral. Em 2021, a Comissão de Comunicação deu início à produção de um clipping diário, de uma newsletter semanal (link para assine a News) e de um canal de podcast, também semanal, que, em sua primeira temporada, apresentou 30 episódios (<https://cofecon.org.br/podcast/>).

No podcast foram tratados diversos temas, com destaque para os episódios que trataram dos diferentes campos de atuação profissional do economista.



Figura nº 6 – Artes do podcast

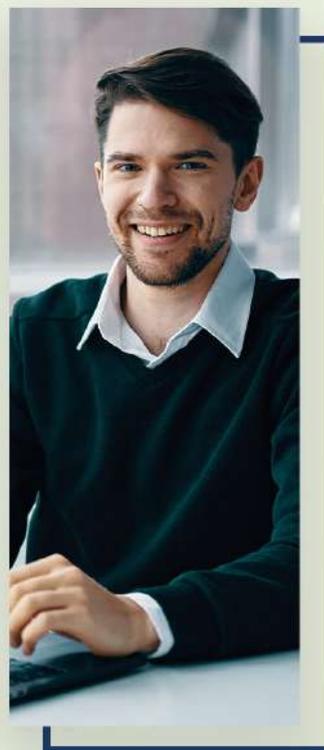
O material também serviu de apoio para a atualização do Guia de Orientação Profissional, criado a partir de um modelo originado no Corecon-DF. Em formato on-line, com versão impressa já prevista para o próximo ano, o Guia oferece acesso à íntegra dos podcasts por meio de link e/ou QR Code. A Newsletter consolidou fatos importantes da semana no Sistema Cofecon/Corecons e o clipping diário consolidou a importância dos membros do Conselho em questões de relevância regional e nacional.

Figura nº 7 – Artes da capa do Guia, print News e print Clipping

GUIA DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

2ª edição

PROFISSÃO DE **ECONOMISTA**



- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Newsletter ECONOMISTAS



Nota oficial

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

Nota da Comissão de Política
Econômica do Cofecon

Leia em:
www.cofecon.org.br



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**Economia
em debate**

Nessa terrível conjuntura mundial de guerra, a Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia (Cofecon), em linha com o que este afirmou no início da pandemia de COVID19 por meio da Nota Oficial "A política econômica durante e após a pandemia", vem proclamar seu princípio maior de que a vida e a integridade humanas estão sempre acima de qualquer interesse.



Sexta-feira, 13 de agosto de 2021 - Dia do Economista



Hoje é Dia do Economista! O que ele faz, quais as oportunidades, quanto ganha? Matéria do Diário do Nordeste fala a respeito e ouviu o presidente do Corecon-CE, Ricardo Coimbra. O conselheiro federal Fernando de Aquino participou de um debate promovido pela Unimontes. E o clipping de hoje tem um destaque especial para os Corecons na mídia.

No noticiário econômico, o Banco Central divulgou seu índice de atividade econômica, considerado uma prévia do PIB: 1,14% em junho, 2,33% em 12 meses. Os Bancos Centrais estão se tornando mais ativos e indo além da busca pela meta de inflação. E por falar em inflação, Bolsonaro colocou a culpa nos governadores e prefeitos. E quais os alimentos que podem ficar mais caros por causa das recentes geadas?

Boa leitura. E feliz dia do Economista!

1.8. Modelo de negócios

O Conselho Federal de Economia recebeu, no Art. 7º da Lei 1.411/51, dez atribuições (alíneas “a” a “j”). Dentre elas, sete são de caráter interno e dizem respeito à própria organização e à dos Conselhos Regionais de Economia (alíneas b, c, d, e, f, h e i). Levando em conta que a arrecadação do Cofecon provém dos Conselhos Regionais de Economia, a autarquia promove encontros de funcionários, um espaço de capacitação e troca de experiências para que cada Corecon possa realizar melhor as suas atividades, prestando um melhor serviço ao economista que se encontra na ponta.

As demais atribuições, que têm caráter externo, são as seguintes:

Alínea a: contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica através da disseminação da técnica econômica nos diversos setores de economia nacional;

Alínea g: promover estudos e campanhas em prol da racionalização econômica do País;

Alínea j: servir de órgão consultivo do Governo em matéria de economia profissional.

A fim de contribuir para a formação de sadia mentalidade econômica no País, o Conselho Federal de Economia promove, em suas sessões plenárias, a discussão de temas da conjuntura econômica, emitindo notas oficiais sobre o tema debatido. As notas são divulgadas à imprensa e aos interessados.

Além disso, todos os anos é realizado o Prêmio Brasil de Economia, certame que reconhece as melhores produções técnicas dos economistas em cinco áreas: livro de economia, dissertação de mestrado, artigo técnico/científico e monografia de graduação, e em 2021, artigo temático. O melhor trabalho em cada uma destas áreas recebe um prêmio em dinheiro.

Entre os estudos e campanhas realizados em prol da racionalização econômica do País, destaca-se a Campanha Nacional pela Redução da Desigualdade Social, dirigida pelo Cofecon, com a parceria de cerca de 30 entidades dos mais variados segmentos.

CAPÍTULO 2

2. GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

2.1. Estrutura de governança da entidade

A estrutura de governança do Conselho Federal de Economia é composta pelas Comissões Permanentes de Licitação e de Tomada de Contas, instituídas pela Resolução nº 1832 de 30 de julho de 2010, Regimento Interno do Cofecon, bem como pela Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão:

Art. 58. O Plenário do Cofecon, na primeira Sessão anual, elegerá duas comissões permanentes, a Comissão de Tomada de Contas e a Comissão de Licitação.

§ 1.º A Comissão de Tomada de Contas - CTC será constituída de seis membros, escolhidos entre os Conselheiros Efetivos que integram o Plenário, com mandato de 1(um) ano, inadmitida a recondução, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, sendo 3 (três) Conselheiros titulares e igual número de Suplentes, com a competência para exercer a função de controle interno do Sistema integrado pelo Cofecon e pelos Conselhos Regionais, além das seguintes atribuições:

I. avaliar os controles orçamentários, financeiros e de Gestões internas do Cofecon e dos Conselhos Regionais, emitindo pareceres que serão submetidos a deliberação do Plenário;

II. proceder verificações e vistorias em qualquer unidade do Sistema Cofecon/Corecons.

§ 2.º Em sua primeira reunião a CTC elegerá o seu presidente, ao qual competirá, além da direção dos trabalhos, a convocação das demais reuniões.

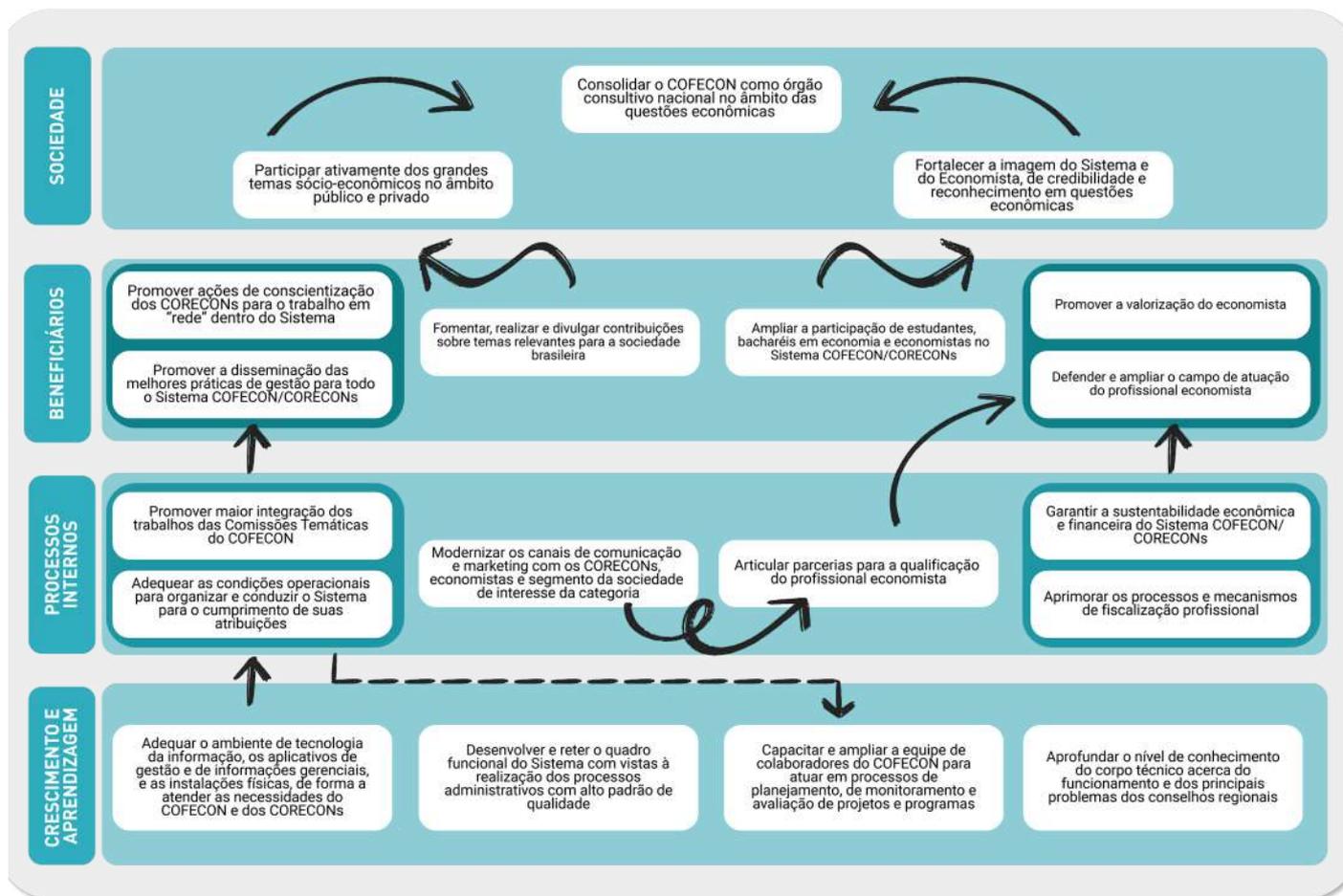
§ 3.º É vetada a participação dos atuais presidente e vice-presidente como membros da CTC, bem como dos ex-dirigentes cujas contas estejam pendentes de aprovação.

§ 4.º A Comissão de Licitação será constituída de três membros, sendo um membro escolhido entre os Conselheiros Efetivos, que a presidirá, e dois funcionários permanentes do Cofecon, com mandato de 1(um) ano, inadmitida a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, em escrutínio aberto e por maioria dos votos, com 2 (dois) Suplentes, um do plenário e um do quadro de funcionários do Cofecon, com a competência para examinar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pelo artigo 51 da Lei federal nº 8.666/93.

§ 5º As Comissões Temáticas serão criadas em função do Programa de Trabalho apresentado pelo Presidente e aprovadas pelo Plenário, as quais terão atribuições específicas voltadas para questões dos interesses da ciência econômica, dos profissionais economistas e dos órgãos que integram o Sistema Cofecon/Corecons e serão sempre coordenadas por um membro efetivo do plenário, com prazo de vigência determinado ou indeterminado.

§ 6º As Comissões Temáticas serão criadas a qualquer tempo, quando motivação pertinente justificar, delas podendo participar profissionais que não integram o Plenário.

Figura nº 8 - Mapa Estratégico



2.2. Descrição sucinta do processo de planejamento estratégico da entidade

O processo de planejamento estratégico do Cofecon para o exercício de 2021 representou, além da continuidade da gestão 2020, o desdobramento do processo de elaboração e aperfeiçoamento de ações sistêmicas capazes de garantir o futuro da entidade, sejam elas de caráter permanente ou extraordinário, derivadas de, pelo menos, um dos seguintes eixos estruturantes:

Eixo 1: Fortalecimento da imagem institucional;

Eixo 2: Valorização da profissão;

Eixo 3: Intensificação da ação fiscalizadora do Sistema Cofecon/Corecons;

Eixo 4: Aprimoramento da estrutura administrativa;

Eixo 5: Potencialização da capacidade financeira.

2.3. Principais objetivos estratégicos

MISSÃO: Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.

VISÃO: Ser referência como entidade profissional que contribui de forma decisiva para o desenvolvimento econômico com justiça social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Perspectiva SOCIEDADE

- 1) Consolidar o Cofecon como órgão consultivo nacional no âmbito das questões econômicas;
- 2) Fortalecer, junto à sociedade, uma imagem do Sistema e do Economista de credibilidade e reconhecimento em questões econômicas;
- 3) Participar ativamente dos grandes temas socioeconômicos no âmbito público e privado.

Perspectiva BENEFICIÁRIOS

- 4) Promover ações de conscientização dos Corecons para o trabalho em “rede” dentro do Sistema;
- 5) Promover a disseminação das melhores práticas de gestão para todo o Sistema Cofecon/Corecons;
- 6) Fomentar, realizar e divulgar contribuições sobre temas relevantes para a sociedade brasileira;
- 7) Ampliar a participação de estudantes, bacharéis em Economia e economistas no Sistema Cofecon/Corecons;
- 8) Defender e ampliar o campo de atuação do profissional economista;
- 9) Promover a valorização do economista.

Perspectiva PROCESSOS INTERNOS

- 10) Modernizar os canais de comunicação e marketing com os Corecons, economistas e segmentos da sociedade de interesse da categoria;
- 11) Promover maior integração dos trabalhos das Comissões Temáticas do Cofecon;
- 12) Articular parcerias para a qualificação do profissional economista;
- 13) Aprimorar os processos e mecanismos de fiscalização profissional;
- 14) Garantir a sustentabilidade econômica e financeira do Sistema Cofecon/Corecons;
- 15) Adequar as condições operacionais para organizar e conduzir o Sistema para o cumprimento de suas atribuições.

Perspectiva CRESCIMENTO E APRENDIZAGEM

16) Promover contínua modernização do ambiente de tecnologia da informação, dos aplicativos de gestão e de informações gerenciais, e das instalações físicas, de forma a atender as necessidades do Cofecon e dos Corecons;

17) Desenvolver e reter o quadro funcional do Sistema com vistas à realização dos processos administrativos com alto padrão de qualidade;

18) Aprofundar o nível de conhecimento do corpo técnico acerca do funcionamento e dos principais problemas dos Conselhos Regionais;

19) Promover a contínua capacitação da equipe de colaboradores do Cofecon para atuar em processos de planejamento, de monitoramento e avaliação de projetos e programas.

Os objetivos estratégicos do Cofecon são executados por meio de projetos coordenados pelas Comissões Permanentes e Temáticas e Grupos de Trabalho, cujas atribuições e atividades são apresentadas a seguir.

2.4. Principais programas, projetos e iniciativas executadas

ATIVIDADES DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Comissão de Tomada de Contas

Atribuições: Acompanhar as demonstrações de receita e despesa do Cofecon, conferindo a regularidade das despesas efetivadas, inclusive dos bens patrimoniais permanentes; exercer o papel de controle interno do Sistema, emitindo pareceres conclusivos sobre registros, prestação de contas e balancetes trimestrais do Sistema Cofecon/Corecons.

Plano de Trabalho: O trabalho da Comissão está firmado sobre as seguintes atividades:

- Exercer a função de controle interno do Sistema Cofecon/Corecons;
- Avaliar os controles orçamentários, financeiros e de gestão interna do Cofecon e dos Conselhos Regionais, emitindo pareceres que serão submetidos à deliberação do Plenário;
- Verificar a regularidade da documentação das despesas pagas, quanto à validade das autorizações e quitações, em relação a processos que lhe sejam submetidos pela direção, ou cujo exame seja solicitado pela própria Comissão;
- Verificar o recebimento das rendas integrantes da receita, através do exame do confronto entre as transferências registradas no sistema de controle e os extratos bancários que contenham os recebimentos e de quaisquer outras formas de verificação que julgue necessárias;
- Examinar a regularidade dos processos de aquisições, alienações e de baixa de bens patrimoniais permanentes;
- Emitir pareceres conclusivos sobre a prestação de contas, os balancetes trimestrais, os balanços do exercício e os pedidos de abertura de crédito suplementar a serem apreciados pelo Plenário do Cofecon.

Membros efetivos: Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Presidente), Carlos Alberto Safatle e Maurílio Procópio Gomes

Suplentes: João Manoel Gonçalves Barbosa, Maria de Fátima Miranda e Paulo Roberto Polli Lobo

Interfaces no Cofecon: Antonio Tolentino e José Luiz Pereira Barboza

Atividades: No exercício de 2021 não foram realizadas Auditoria de Controle Externo nos Conselhos Regionais de Economia, tendo em vista as recomendações das autoridades de saúde devido à pandemia de Covid-19. Quanto a controles internos, foram averiguadas as emissões de passagens e diárias por parte do Cofecon, bem como realizada uma auditoria nas folhas de pagamento do período de janeiro a julho de 2021. “Foram realizados controles internos no Conselho

Federal de Economia referentes às despesas operacionais no período de janeiro a junho de 2021”, explicou a coordenadora da comissão, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa.

Também foi realizada, em 2021, a primeira fase da implantação do e-Social, um sistema informatizado da administração pública. “Foram enviados os eventos referentes às tabelas que serão utilizadas para compor a base do site do eSocial. Nesse envio serão consideradas as informações do empregador, tabela de estabelecimentos, obras, tabela de rubricas e tabela de lotações tributárias”, completa Feitosa.

Além disso, no exercício de 2021 a Comissão de Tomada de Contas analisou 180 processos com pareceres conclusivos, sendo eles: 28 de prestações de contas; 53 propostas de reformulação orçamentária; 89 balancetes; oito prestações de contas de auxílios financeiros; um processo de desfazimento de bens; e um processo de baixa de bens móveis. Neste ano foi excepcionalmente prorrogado o prazo para que os Corecons apresentassem os balancetes referentes ao primeiro trimestre de 2021, o que não acarretou prejuízo ao Sistema. A Comissão também teve um total de 79 participações em lives, oficinas, webinários e reuniões do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social.

Comissão de Licitação

Atribuições: Efetivar os processos de aquisição de bens e de contratação de serviços, de acordo com os parâmetros definidos pela Lei Federal 8.666/1993.

Plano de trabalho: No ano de 2021 está previsto o lançamento do pregão que tratará da eleição eletrônica e auditoria de eleição. O programa pode ser baixado AQUI. <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComLicitacao.pdf>

Membros efetivos: Eduardo Rodrigues da Silva (Presidente), Jane Lopes da Silva e João Henrique Vieira Costa

Suplentes: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior

Interfaces no Cofecon: Ana Cláudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa

Atividades: A Comissão é responsável por realizar as licitações do Cofecon em suas diversas modalidades, garantindo economia para os cofres da autarquia. Em 2021 foram realizados Pregões Eletrônicos, Cotações Eletrônicas e Dispensas de Licitação (modalidade usada para desburocratizar o processo em situações específicas estabelecidas em lei), que garantiram a realização da Gincana Nacional de Economia, a disponibilização de revista Economistas por meio eletrônico e interativo, dentre outros programas que aprimoraram a comunicação do Conselho com os economistas, estudantes e sociedade. “Neste ano conduzimos todas as licitações necessárias para a realização dos trabalhos deste Conselho Federal”, comenta o coordenador da comissão, Eduardo Rodrigues da Silva. “Para 2022, já estão previstas as licitações do sistema eleitoral, carteiras profissionais, telefonia e internet fixa”, finalizou.

Comissão de Política Econômica

Atribuições: Pesquisar, discutir e promover a participação efetiva dos economistas no desenvolvimento econômico do país e sua inserção na economia mundial.

Posicionar-se sobre os impactos das políticas econômicas. Elaborar estudos e avaliações referentes à situação da desigualdade na distribuição espacial da renda no Brasil, possíveis avanços e suas causas. Estimular a publicação de artigos relacionados ao tema nos sites e nas publicações do Sistema Cofecon/Corecon e avaliar a edição pelo Cofecon de uma coletânea sobre o tema, com artigos elaborados pelos Corecons.

Plano de trabalho:

Em cada sessão plenária e também em eventos isolados, a Comissão organiza debates sobre temas econômicos, trazendo os mais atuantes e reconhecidos especialistas, fazendo a mediação

e encaminhando comentários e perguntas do público. Também nas sessões plenárias e sobre o mesmo tema do debate, a CPE apresenta uma nota para ser debatida e votada pelo plenário e se tornar nota oficial do Cofecon. Em demandas de imprensa sobre política econômica, sempre que a presidência do Cofecon não puder atender, a Comissão assume a tarefa, por intermédio de seus membros ou indicando economista com formação reconhecida no tema. A Comissão encoraja o envio de trabalhos sobre política econômica, pelos Corecons e por economistas, para avaliação com vistas a divulgação nas mídias e publicações do Cofecon. O programa da Comissão pode ser acessado no link <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComPoliticaEconomica.pdf>.

Membros: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coodenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antonio Melki Jr., Carlos Eduardo Soares de Oliveira Júnior, Heric Santos Hossoé, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lauro Chaves Neto, Roberto Bocaccio Piscitelli, Ricardo Coimbra, Tânia Cristina Teixeira, Waldir Pereira Gomes e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Renata Reis

Atividades: A Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia realizou, ao longo de 2021, uma série de debates de Conjuntura Econômica, com a participação de convidados. Ao final de cada evento virtual, o Cofecon divulgou uma Nota Oficial, apresentando o posicionamento do plenário em relação aos diferentes temas. Os debates foram apresentados pelo presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e mediados pelo conselheiro federal e coordenador da Comissão, Fernando de Aquino Fonseca Neto.

“Apesar das plenárias virtuais, pudemos manter nossos debates de conjuntura. Nesse formato, tivemos mais facilidade de conseguir trazer nossos convidados, já que há mais disponibilidade para participar de encontros virtuais. Trouxemos pessoas bastante reconhecidas e os debates foram bem concorridos”, comentou o coordenador da Comissão. A partir das contribuições dos membros da Comissão e com o apoio do Plenário, elaboramos as notas de conjuntura, que são distribuídas para o público chave do Conselho, que inclui profissionais, imprensa, estudantes e pesquisadores das Ciências Econômicas”. As notas podem ser acessadas diretamente na página do Cofecon (<https://www.cofecon.org.br/notas-oficiais/>).

1. O mais visualizado

Os economistas Paulo Gala e Elias Jabbour comentam “Políticas de desenvolvimento para o Brasil”. O debate conta com 1.435 visualizações e pode ser acessado clicando aqui. A Nota Oficial com o mesmo tema foi divulgada em 23 de janeiro e pode ser acessada em: bit.ly/3pPH6iH.

2. Um tema necessário e elucidador

Os economistas Marcos Lisboa e Simone Deos foram os convidados para falar sobre “Corte de gastos resolvem nossos problemas fiscais”. O debate contou com 986 visualizações no canal do Youtube do Cofecon e pode ser assistido diretamente clicando aqui. A Nota Oficial divulgada a partir do debate, foi publicada em 20 de março e pode ser acessada em: bit.ly/3JNKpPk.

3. Um tema inspirador

Bidenomics e o Brasil foi o tema do último debate do ano e contou com as participações dos economistas Laura Carvalho e André Roncaglia e com o jornalista convidado, Fabio Graner, do Valor Econômico. O debate foi visualizado por mais de 500 pessoas. Para acessar, clique aqui. A Nota

Oficial com o título Condições para superação do teto de gastos foi divulgada a partir do debate e

pode ser lida em: bit.ly/32EoOYX.

4. Debate ainda muito atual

Marcelo Neri e Rosa Maria Marques discutiram políticas sociais pós-pandemia. O debate pode ser assistido clicando aqui. A Nota Oficial com o mesmo título foi publicada em 3 de julho e pode ser acessada em: bit.ly/3sV1cKa.

5. Um debate entre professores

E por último, mas não menos importante, os economistas Gabriel Galípolo e Guilherme Mello aceitaram o convite para falar sobre Política Monetária na Atual Conjuntura. Para acessar a nota oficial, clique aqui: bit.ly/3sTZY1Y.

Comissão de Relacionamento Institucional e Assuntos Legislativos

Atribuições: Coordenar e articular as relações institucionais do Conselho Federal de Economia. Promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais. Consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada. Acompanhar a tramitação de projetos de lei que afetem o campo de atuação dos Economistas. Promover entendimentos entre o Conselho Federal de Economia e os Conselhos Federais de Administração e de Contabilidade no que se refere aos projetos de lei que visam a atualização da legislação das profissões, com foco no campo de atuação.

Plano de Trabalho:

O plano de trabalho da Comissão está fundado sobre os seguintes pilares:

- Promover ações de valorização da profissão com foco nos 70 anos de sua regulamentação.
- Obstar a aprovação da PEC nº 108/2019 e de projetos de lei que tratem de anuidades e funcionamento dos Conselhos de Fiscalização Profissional.
- Acompanhar de perto projetos de lei que tratam de anuidades e do funcionamento dos Conselhos, mas que no plano de fundo representam a desregulamentação das profissões e das autarquias de fiscalização profissional.
- Promover o diálogo com entidades nacionais e internacionais e consolidar e ampliar as interfaces com a sociedade civil organizada via CNBB, CONSELHÃO, ABED, ANGE, ANPEC, AEALC, AELP, ANAMATRA, AJD, CÁRITAS, IREE, UNAFISCO, OABs regionais, Prefeituras, Governos Estaduais e parlamentares do Congresso Nacional comprometidos com a defesa da democracia e dos interesses dos excluídos.
- Realizar articulações como CFA e CFC relativas às atividades privativas e compartilhadas entre as profissões de economista, administrador e contador.

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador), João Manoel Gonçalves Barbosa (Vice-Coodenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Júlio Flávio Gameiro Miragaya, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Renata Reis

Atividades: No âmbito do Conselho, foram 10 reuniões ao longo do ano e o Cofecon participou ativamente de todas. Em especial, no dia 23 de novembro os Conselhos receberam o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, para falar sobre governança nas autarquias federais. Ao pedir a palavra, Lacerda elogiou a exposição de Nardes e manifestou a total aderência do Cofecon aos preceitos de governança. “Temos trabalhado de forma intensa nas questões que envolvem compliance, Lei Geral de Proteção de Dados e estratégia, não só pela gestão em si, mas pelo valor econômico que a governança traz”, expressou o presidente do Cofecon. “No âmbito da nossa especialidade,

temos tratado da necessidade de haver uma maior aderência da gestão pública, orçamento, controle orçamentário e preservação de investimentos”. Lacerda apontou a Emenda Constitucional 95 como tendo um viés anti-investimento do ponto de vista macroeconômico. “Precisamos aperfeiçoá-la, porque tendo em vista a rigidez dos demais gastos, ela prejudica o investimento, não apenas tangível como também intangível, como é o caso da pesquisa e desenvolvimento”, comentou.

Além disso, o Cofecon, na pessoa do presidente, participou de duas audiências públicas, sendo uma na Ordem dos Advogados do Brasil, para debater a PEC 32/2020 (reforma administrativa) e outra promovida pelo CEDES/Câmara dos Deputados que discutiu indústria 4.0 e transformações na economia Global.

Comissão de Educação

Atribuições: Organizar e promover o Prêmio Brasil de Economia, Personalidade Econômica do Ano e Gincana Nacional de Economia.

Promover mecanismos que estreitem a relação do Cofecon com as Universidades e com as escolas de economia do país, assim como os cursinhos e escolas de ensino médio. Articular e participar, juntamente com outras entidades, no acompanhamento das diretrizes curriculares do curso de economia no país.

Plano de Trabalho:

O trabalho da Comissão de Educação foi estruturado sobre os seguintes projetos:

– Desafio Quero Ser Economista: competição para estudantes de nível médio, que busca apresentar conceitos econômicos e informações referentes à profissão de Economista, atraindo interessados para os cursos de Ciências Econômicas.

– Prêmio Brasil de Economia: premiação que reconhece o trabalho acadêmico dos economistas e graduandos.

– Gincana Nacional de Economia: competição para estudantes de Economia realizada por meio de um jogo eletrônico que simula variáveis macroeconômicas, envolvendo conhecimentos de política econômica, macroeconomia, câmbio e mercado financeiro. Os estudantes também respondem a perguntas sobre pensadores econômicos.

– Escola de Educação à Distância: plataforma por meio da qual são oferecidas oficinas sobre temas específicos, de modo que os economistas possam se qualificar.

Uma apresentação mais detalhada pode ser baixada no link <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComEducacao-1.pdf>

Membros: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Carlos Alberto Safatle (Vice-Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando Tadeu Miranda Borges, Heric Santos Hossoé, Isabel, Cristina Nogueira, Marcelo Pereira Fernandes, Michele Lins Aracaty e Silva, Ricardo Silveira da Paixão e Waldir Pereira Gomes

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Lilian de Souza Barbosa e Raphael Pacheco Filho

Atividades: 6º Desafio Quero Ser Economista; XXVII Prêmio Brasil de Economia; Escola de Educação à Distância (EAD). Em 2021 a Gincana Nacional de Economia ocorreu, pela primeira vez, em formato totalmente on line. O detalhamento dos eventos está na íntegra este Relatório.

Comissão de Comunicação

Atribuições: Aperfeiçoar os mecanismos de comunicação do Sistema Cofecon/Corecon e a comunicação interna, inserindo-o na agenda econômica e na mídia nacional e nos Estados. Revisar os mecanismos da página do Cofecon na Internet; coordenar o Jornal e Revista do Cofecon.

Plano de trabalho: O trabalho da Comissão de Comunicação contempla os seguintes itens:

- Realizar campanha de valorização profissional;
- Produzir a Revista Economistas;
- Divulgar premiações e ações voltadas à aproximação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais com os profissionais, as universidades e das escolas de ensino médio;
- Distribuir conteúdo para imprensa especializada;
- Manter atualizados sites ligados ao Cofecon e suas mídias sociais;
- Apresentar produtos de aproximação do Cofecon e Corecons.

O programa detalhado pode ser acessado aqui: <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComComunicacao-2.pdf>

Membros: Waldir Pereira Gomes (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-Coodenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Gilson de Lima Garófalo, Lauro Chaves Neto, Maria de Fátima Miranda e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Manoel José Castanho, Raquel Passos da Silva Araújo e Renata Reis

Atividades: Além das atividades de rotina, como produção de notícias e atualização do site e redes sociais, o setor de Comunicação, sob a coordenação da Comissão, encarou 2021 como um ano de desafios. “Foi um ano de novidades: aderimos ao formato on-line ou híbrido em nossas comunicações e ações”, expressa Waldir Pereira Gomes, coordenador da comissão. “

Além disso, o setor de Comunicação (e a Comissão como um todo) oferece suporte ao trabalho de diversas outras comissões do Cofecon, inclusive na realização do Congresso Brasileiro de Economia. “O Cofecon teve um papel fundamental naquilo que nós podemos dizer que foi o êxito deste Congresso”, comemora Waldir. A primeira edição realizada em formato virtual, o que proporcionou a participação de mais de 1.500 economistas e estudantes de todo o país, teve 17.200 visualizações ao vivo, somando mais 5.499 horas de tempo assistido, sendo que o maior pico de audiência ao vivo foi de 415 participantes simultâneos.

Dentre os novos projetos para 2022, há planos de apresentar uma nova proposta de site para o Cofecon. “Ele precisa estar sempre sendo atualizado, não é algo estático”, finaliza o coordenador.

Comissão de Planejamento Estratégico, Modernização e Qualidade de Gestão

Atribuições: Consolidar a efetivação do Planejamento Estratégico do Conselho com vistas ao fortalecimento do Sistema Cofecon/Corecons. Planejar, aperfeiçoar e apoiar ações de promoção da sustentabilidade do Sistema e dos processos de tecnologia e gestão.

Plano de Trabalho:

O plano de trabalho da comissão foi estabelecido sobre as seguintes atividades:

- 1 – Projeto de emissão de carteiras profissionais digitais para os economistas por meio de aplicativo;
- 2 – Projeto de emissão de certificados digitais a custo zero ou reduzido aos economistas em condição regular perante os respectivos Corecons;
- 3 – Aderir a uma ferramenta que viabilize a assinatura eletrônica de documentos pelos membros do plenário do Cofecon e presidência dos Corecons.
- 4 – Promover a capacitação dos funcionários do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coodenadora), Fabíola Andréa Leite de Paula, Fernando Baptistella Fernandes, Lauro Chaves Neto, Maria do Socorro Erculano de Lima e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira e Ana Claudia Ramos Pinto

Atividades: A Comissão realizou um esforço de modernização junto à Valid, empresa atualmente responsável pela emissão das carteiras profissionais, com dois objetivos:

- a) para oferecer a todos economistas uma Carteira de Identidade Profissional eletrônica (e-CIP) junto com uma assinatura digital que permite ao profissional firmar documentos, contratos, etc...

b) Da mesma forma, internamente, se buscou a aquisição gratuita de assinaturas digitais para os Conselheiros Federais, Presidentes de Corecons e equipe executiva e colaboradores do Cofecon,

responsáveis por assinar documentos e processos.

A Comissão de Normas tomou as providências para ajustar os dispositivos prevendo a e-CIP, com a agilidade que lhe é peculiar.

Em relação ao cronograma original, houve certa prorrogação dos prazos. De qualquer forma, as orientações para realização do agendamento para validação da assinatura digital já estão sendo enviadas espera-se que a partir do primeiro trimestre de 2022 sejam realizados para que todos interessados possam usufruir desta modernização.

Comissão de Normas, Legislação e Ação Parlamentar

Atribuições: Acompanhar a aplicação de normas e procedimentos do Sistema Cofecon/Corecon. Revisar e atualizar a Consolidação da legislação da Profissão do Economista.

Plano de trabalho:

O plano de trabalho da Comissão de Normas e Legislação prevê a realização de estudos e a consequente elaboração de normativos que resultem na atualização ou modernização do conjunto de regras atinentes à profissão do economista brasileiro. Nesse contexto, por exemplo, foi elaborado um novo normativo que possibilita a criação da Carteira de Identidade Profissional Eletrônica. A dinâmica de atuação da Comissão de Normas e Legislação está sempre atrelada às demandas provenientes da presidência do Cofecon, dos conselheiros e dos Corecons.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Vice-Coodenador), Antonio Melki Jr, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Maria do Socorro Erculano de Lima, Maurílio Procópio Gomes, Nei Jorge Correia Cardim, Pedro Afonso Gomes, Paulo Roberto Polli Lobo, Róridan Penido Duarte e Sérgio da Rocha Bastos

Interfaces no Cofecon: Fábio Ronan Miranda Alves, Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto e Jane Lopes da Silva

Atividades: Entre os principais normativos trabalhados pela Comissão durante o ano, encontram-se: a resolução 2.068, que instituiu procedimentos excepcionais e aprovou o calendário referente ao processo eleitoral de 2021; a resolução 2.069, autorizando a realização de cursos de aperfeiçoamento na modalidade a distância pelo Cofecon; a resolução 2.070, que instituiu a carteira de identidade profissional eletrônica (e-CIP) no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons; a resolução 2.074, que dispõe sobre o registro, nos Corecons, pelos diplomados em Comércio Exterior; a resolução 2.087, que disciplina os procedimentos relativos à representação judicial dos agentes públicos do Sistema Cofecon/Corecons; a resolução 2.090, que altera o regimento do Cofecon para respaldar a realização de sessões plenárias de forma on-line; a resolução 2.091, que altera e acrescenta dispositivos no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons; e a resolução 2.095, que trata do registro dos estudantes diplomados em Economia Ecológica. As resoluções editadas em 2021 podem ser acessadas aqui: bit.ly/3ESps1T.

“A Comissão de Normas funciona na medida que recebe as demandas, que são oriundas do plenário, da presidência ou do próprio Sistema Cofecon/Corecons”, explica o coordenador da comissão, Paulo Dantas da Costa. “Neste sentido, temos participado, seja de forma direta ou apenas manifestando a nossa opinião, de todas as resoluções do Cofecon”.

Comissão de Fiscalização e Registro Profissional

Atribuições: Acompanhar a fiscalização em todo o Sistema Cofecon/Corecon. Acompanhar e verificar as condições do exercício da profissão de economista e as habilitações para o registro do profissional. Apreciar e relatar os processos relativos à atividade fim de registro e fiscalização.

Plano de Trabalho: O plano de trabalho da comissão foi segmentado nas seguintes tarefas:

- 1 – Orientações sobre os encaminhamentos dos processos para o Cofecon;
- 2 – Solicitar ao Órgão competente o acesso às informações da RAIS e encaminhar aos Corecons para as devidas providências;
- 3 – Divulgar o Manual de Boas Práticas de Fiscalização e solicitar sugestões para atualizá-lo;
- 4 – Participações dos Fiscais ou representantes nos encontros realizados com os funcionários dos Corecons;
- 5 – Realizar encontros virtuais com os Corecons para tratar do aperfeiçoamento e padronização dos processos de fiscalização;
- 6 – Fortalecer a Fiscalização passando informações aos Corecons sobre onde devem buscar as informações de economistas não registrados.

Membros: Paulo Roberto Polli Lobo (Coordenador), Carlos Alberto Safatle (Vice-Coodenador), Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa e Maurílio Procópio Gomes

Interfaces: Daniel Nunes de Oliveira, Danielle Costa Barbosa Giroto e Maria Aparecida Carneiro

Atividades: Dando sequência a um trabalho iniciado em 2020, a Comissão deu andamento a cerca de 300 processos envolvendo fiscalização e registro. “Este foi o trabalho grande, tirar os processos antigos para que consigamos, com agilidade, devolver todos os processos aos Conselhos Regionais”, comentou o coordenador da Comissão, Paulo Polli. Nesse sentido, as rotinas e os fluxos de trabalho foram alterados para permitir que, num prazo máximo de 90 dias, todos os processos possam ser concluídos, votados e devolvidos.

Os processos analisados pela Comissão são oriundos dos Conselhos Regionais. Em muitos casos, são recursos quanto a decisões sobre cancelamento de registro e ou exercício ilegal da profissão de economista. Nesse trabalho, procuramos fazer o melhor possível”, finalizou.

Comissão de Desenvolvimento Regional

Atribuições: Apoiar a realização de seminários e encontros nacionais e regionais sobre a questão do desenvolvimento regional. Promover a avaliação das políticas públicas que tratam da questão regional, considerando seus diversos aspectos: planejamento territorial, desenvolvimento regional ordenamento territorial. Participar de eventos nacionais e regionais relacionados ao tema do desenvolvimento regional.

Plano de Trabalho: O trabalho da Comissão de Desenvolvimento Regional foi firmado em duas atividades básicas:

- O ciclo de debates, com uma atividade mensal a ser transmitida pelo Cofecon por meio do canal no YouTube;
- As notas técnicas, cuja periodicidade prevista é trimestral.

Ostemaspropostos,tantoparaosdebatesquantoparaasnotastécnicas,podemseracessadosclcando AQUI. <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComDesenvolvimento-1.pdf>

Membros: Lauro Chaves Neto (Coordenador), Heric Santos Hossoé (Vice-Coodenador), Denise Kassama Franco do Amaral, Felipe Macedo de Holanda, Gustavo Casseb Pessoti, Gustavo Souto de Noronha, José Júnior de Oliveira, Leonardo Alonso Rodrigues, Ricardo Valério Costa Menezes, Sérgio da Rocha Bastos, Silvana Maria Parente Neiva Santos e Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva e Maria Aparecida Carneiro

Atividades: A Comissão de Desenvolvimento Regional tem como atribuições apoiar a realização de

seminários e encontros nacionais e regionais, além de promover a avaliação das políticas públicas propostas regionalmente.

“A Comissão participou de uma série de debates realizados pelos Corecons, produziu artigos, tendo, por meio da assessoria de imprensa, uma participação quase semanal na mídia nacional e nos estados”, expressou o coordenador da comissão, Lauro Chaves Neto. “Isso levou a questão regional para um debate muito amplo”.

Comissão de Previdência Social

Atribuições: Estudar a possibilidade de oferecer plano de previdência complementar aos economistas registrados no Sistema Cofecon/Corecons, podendo, adicionalmente, agregar outras categorias profissionais.

Plano de Trabalho: A Comissão de Previdência Complementar do Economista tem a missão temporária de avaliar a possibilidade de disponibilizar esses planos de previdência para os economistas. Com base em discussões com especialistas e em reuniões com representantes de vários fundos de pensão, verificou-se a viabilidade e as vantagens dessa ação. A modalidade que vale a pena ser disponibilizada seria a de planos de previdência complementar fechados, pelas seguintes razões:

- (i) Vir se mantendo entre as melhores alternativas de aplicação financeira de prazo mais longo, em termos de rentabilidade e risco;
- (ii) Ser acessível apenas para os vinculados a entidades de classe ou a empresas conveniadas com algum desses fundos. Portanto, os economistas sem acesso através das empresas que trabalhem precisarão estar regulares junto ao Corecon.

Simultaneamente ao levantamento desta Comissão, o Corecon-SP concluiu os procedimentos para a instituição dessa modalidade de plano para seus economistas. Acompanhamos em detalhe essa ação, inclusive por um dos membros de nossa Comissão integrar a direção daquele Regional, verificando as condições bastante favoráveis da negociação.

Identificamos, como forma mais simples e direta de disponibilizar esses planos de previdência complementar fechados para os economistas de outros estados, recomendar que os demais Corecons avaliem a conveniência e oportunidade de adesão ao plano do Corecon-SP. Esse ainda é apenas um encaminhamento da Comissão de Previdência Complementar do Economista, em processo a ser relatado e votado em plenária, e eventualmente aprovado pelo Cofecon.

O plano de trabalho pode ser acessado no site <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComPrevComplementar.pdf>

Membros: Fernando de Aquino Fonseca Neto (Coordenador), Carlos Alberto Safatle (Vice-Coodenador), Antonio Melki Jr., Jin Whan Oh, Pedro Afonso Gomes, Roberto Bocaccio Piscitelli, Róridan Penido Duarte e Vilma Guimarães

Interfaces no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro e Renata Reis

Atividades: O objetivo da comissão é estudar a possibilidade de oferecer aos economistas registrados no Sistema Cofecon/Corecons um plano de previdência complementar. Durante o ano foi aprovado o relatório com a indicação de realizar um processo licitatório para proporcionar o convênio com planos de previdência complementar para os economistas. De acordo com o encaminhamento, em fase adiantada, está sendo avaliada a realização de uma licitação para atendimento da demanda.

“Pelo que está sendo encaminhado, em avaliação das possibilidades pelos membros da Comissão, podem surgir alternativas e não apenas uma única proposta, expressa o coordenador da Comissão, Fernando de Aquino Fonseca Neto. ,

Comissão de Reforma Tributária

Atribuições: Acompanhar o debate a respeito da Reforma Tributária. Influenciar as discussões a fim de que se construa um modelo socialmente justo e economicamente eficiente.

Plano de Trabalho: O trabalho da Comissão foi estruturado nas seguintes atividades:

- Debater as principais propostas de reforma tributária;
- Elaborar minutas de notas para discussão e aprovação em plenária;
- Defender a tributação das grandes riquezas no país.

Membros: Paulo Dantas da Costa (Coordenador), Paulo Roberto Polli Lobo (Vice-Coodenador), Antonio Corrêa de Lacerda, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Antonio Melki Jr. e Odilon Guedes Pinto Junior

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva, Lilian de Souza Barbosa e Manoel José Castanho

Atividades: “O assunto esteve na ordem do dia em virtude de ações do parlamento brasileiro, mas aparentemente não existe a possibilidade da conclusão de uma efetiva reforma tributária no ano de 2021”, afirma o coordenador da comissão, Paulo Dantas da Costa. “Ratificamos o posicionamento do Cofecon quanto a esta questão: de todas as propostas que vêm tramitando, não existe uma que seja digna de ser chamada reforma tributária”, completou. “Reforma demanda que algo seja reformado. O Brasil precisa deixar de tributar o consumo. Deveríamos atingir renda e patrimônio, especialmente as altas rendas. Esta, sim, seria uma reforma tributária”, finalizou Dantas.

Comissão de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem

Atribuições: Realizar estudos visando a proposição de ações para fortalecer as atividades de Perícia Econômico-Financeira e Mediação e Arbitragem.

Divulgar as atividades aos profissionais e estudantes de Ciências Econômicas e tomadores de serviços.

Promover a capacitação técnica e certificação de competência das especialidades (Consolidação, 4.3).

Plano de Trabalho: O programa de trabalho da Comissão inclui cursos, tanto de perícia econômico-financeira quanto de mediação e arbitragem (via EAD), bem como realização de palestras e a inserção do assunto nos grandes eventos do Cofecon e dos Corecons. Mais detalhes podem ser acessados no plano de trabalho no site <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComPericia.pdf>

Membros: Maria de Fátima Miranda (Coordenadora), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coodenador), André Luiz Koerich, Alex Antonio Andrade e Silva, Aristóteles da Rosa Galvão, Eduardo André Cosentino, Gustavo da Cunha Raupp, José Marcos de Campos, Luiz Antonio Rubin, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Marcos Matos Brito de Albuquerque Junior, Pedro Afonso Gomes, Tiago Jazynski e Vilma Guimarães

Interfaces no Cofecon: Jane Lopes da Silva e Raphael Pacheco Filho

Atividades: A atuação da Comissão ao longo do ano teve como diretriz o fortalecimento da atuação do economista na área de perícia, mediação e arbitragem. Dentro da programação do XXIV Congresso Brasileiro de Economia (CBE), por exemplo, foi realizado um encontro de peritos, que contou com quatro palestras: “Perícias em previdência social e complementar”, de Vilma Guimarães; “Mercado de trabalho em perícia econômico-financeira”, por José Marcos de Campos; “Mercado de trabalho em perícia”, por Tiago Jazynski; e “Mediação e Arbitragem”, por Angeliz Suckow.

Em parceria com a Comissão de Educação permitiu realizar duas oficinas de educação a distância pela plataforma do Cofecon: em outubro, Tiago Jazynski e Antonio Umbelino apresentaram a oficina de Perícia Econômico-Financeira; em novembro e dezembro, Angeliz Suckow apresentou a oficina de Mediação e Arbitragem.

Para 2022, queremos dar andamento à carteira de perito, que é bastante solicitada pelos economistas”, comenta a coordenadora da comissão, Maria de Fátima Miranda. “Ter trabalhado com esta comissão foi uma experiência muito gratificante”.

Comissão Mulher Economista

Atribuições: Aperfeiçoar a participação das economistas na economia brasileira bem como estimular a participação mais efetiva no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons. Pesquisar o perfil e área de atuação com maior participação das economistas e conhecer a estrutura do mercado de trabalho.

Plano de Trabalho: O trabalho da Comissão contempla as seguintes atividades:

- Revisar os regulamentos e realizar os processos de escolha das candidatas ao Prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora/2021;
- Realizar novo questionário no site do Cofecon para identificar o perfil da mulher economista e da estudante de economia por meio de pesquisa anual;
- Criar mecanismos para a realização do censo destinado à construção do perfil da mulher economista no Brasil e por Regiões;
- Resgatar tratativas com instituições para pesquisar o perfil da mulher economista no Brasil;
- Participar de campanhas nacionais e internacionais de combate à violência e pelo bem-estar da mulher;
- Resgatar tratativas com instituições para pesquisar o perfil da mulher economista no Brasil;
- Assegurar a realização do Fórum da Mulher Economista nos principais eventos do Sistema Cofecon/Corecons.

Mais informações podem ser acessadas no site <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComMulherEconomista-1.pdf>

Membros: Mônica Beraldo Fabrício da Silva (Coordenadora), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coodenadora), Ana Cláudia Arruda Laprovitera, Ana Carolina Rocha, Bianca Lopes de Andrade Rodrigues, Bruna Furlanetto, Celina Martins Ramalho, Clician do Couto Oliveira, Denise Kassama Franco do Amaral, Fabíola Andréa Leite de Paula, Flávia Vinhaes Santos, Izabel Christina de Carvalho Colares Maia, João Manoel Gonçalves Barbosa, Lia Lopes Almeida, Maria Alejandra Caporale Madi, Maria Cristina de Araújo, Maria de Fátima Miranda, Maria do Socorro Erculano de Lima, Nancy Gorgulho Chaves Braga, Pâmela Sobrinho, Roseli Farias, Silvana Parente, Tânia Cristina Teixeira, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Waldir Pereira Gomes

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Jane Lopes da Silva, Lilian de Souza Barbosa e Renata Reis

Atividades: Tradicionalmente, a Comissão Mulher Economista trabalha em parceria com a Comissão de Comunicação e apresenta a revista Economistas do mês de março, em comemoração ao Mês da Mulher, lembrado internacionalmente. A publicação conta com a colaboração das economistas e todos os artigos apresentados são assinados por mulheres que abordam temas que impactam suas carreiras, seus trabalhos em prol de outras mulheres, e em prol da sociedade como um todo.

Ainda como parte das comemorações, em 2021, a Comissão organizou a live “As (reiteradas) tentativas de silenciar mulheres”. O evento contou com as economistas Ana Claudia Arruda e Cristiane David e com a advogada Gabriela Araujo. O evento foi mediado pela conselheira Mônica Beraldo. Outra live de destaque organizada pela Comissão e que foi transmitida em 25 de agosto, teve como tema a participação feminina no Sistema Cofecon/Corecons. O evento foi realizado às vésperas do processo eleitoral no Sistema com o objetivo de incentivar as mulheres a concorrer aos cargos tanto regional como nacionalmente. Em novembro, a convite do Corecon BA, a coordenadora da Comissão participou do evento virtual Prosa com elas: Trajetória da Mulher Economista nos Corecons e suas Comissões. Os eventos podem ser acessados nos seguintes links: (<https://www.youtube.com/watch?v=AGTnxLxwOpg>); (<https://www.youtube.com/watch?v=Od1sbQYk4HE>).

A Comissão Mulher Economista está no buscando maior representatividade por meio da conscientização dos colegas nos Conselhos Regionais de Economia, realizando debates em universidades e promovendo campanhas sobre a importância do curso de Ciências Econômicas e da presença de mulheres economistas ao lado de grandes pensadores do desenvolvimento econômico”, destaca a coordenadora da comissão, Mônica Beraldo.

Outro evento que tem sido tradicional nos últimos anos é o Fórum da Mulher Economista, neste ano de 2021 realizado durante o XXIV Congresso Brasileiro de Economia. O debate contou com Izete Bagolin, professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Luciana Acioly, doutora em Economia pela Unicamp; Ana Luíza Matos de Oliveira, professora visitante da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, e Joana Mostafa, servidora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Também durante o Congresso, foram entregues os prêmios Mulher Economista e Mulher Transformadora, que são projetos de destaque da Comissão por valorizarem o papel estratégico da profissional economista e o poder de transformação das mulheres em suas comunidades.

Outro trabalho de grande importância realizado pela Comissão é o de mapeamento do perfil de mulheres economistas e de estudantes de economia. “Esse é um trabalho decisivo para formulação e desenvolvimento das estratégias de atuação da Comissão, que é realizado por meio de pesquisas – disponíveis no do Cofecon ([link para pesquisa](#)) e de parcerias com outras instituições que já realizam ações para o fortalecimento da participação feminina nas instituições, como OAB nacional e Sistema Confea/Crea”, informou a coordenadora.

“Temos sido procurados pela mídia para falar sobre o trabalho da comissão Mulher Economista, muito em virtude das ações desenvolvidas pelos outros órgãos, observa Mônica. “Este processo de conquista do espaço tem sido equilibrado, apoiado e fortalecido dentro do nosso Sistema e vem crescendo gradativamente”, comemora a conselheira.

Para as demais ações, seria necessário levar em conta o resultado da pesquisa realizada pela Comissão com os Corecons e com as profissionais e estudantes de Economia, cujos resultados foram apresentados por ocasião da 700ª Sessão Plenária. A coordenadora aponta a necessidade de aprimorar o censo das mulheres economistas, a partir das respostas ao questionário enviado aos Corecons, incluindo a participação dos setores de fiscalização dos Corecons nos estudos e relatórios que mapeiam as mulheres economistas, bachareis em Economia e estudantes de Economia, tendo como exemplo as informações a partir das classificações da RAIS/CBO

Comissão Lei Geral de Proteção de Dados

Atribuições: Avaliar os mecanismos de tratamento e proteção de dados existentes e propor políticas, estratégias e metas.

Formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e propor sua regulamentação.

Supervisionar a execução dos planos, projetos e ações.

Prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais.

Promover o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos.

Plano de Trabalho: O plano de trabalho da Comissão foi estruturado nas seguintes atividades:

- 1 – Avaliar os mecanismos de tratamento e proteção de dados existentes e propor políticas, estratégias e metas;
- 2 – Formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais e propor sua regulamentação;
- 3 – Supervisionar a execução dos planos, projetos e ações;
- 4 – Prestar orientações sobre o tratamento e a proteção de dados pessoais;
- 5 – Promover o intercâmbio de informações sobre a proteção de dados pessoais com outros órgãos
- 2 – Projeto de emissão de certificados digitais a custo zero ou reduzido aos economistas em condição regular perante os respectivos Corecons;
- 6 – Elaborar plano de trabalho que contemple: ações de transparência; mapeamento e registro de

tratamento de dados; disponibilização de canal de exercício de direitos do titular; revisão de contratos, convênios e instrumentos congêneres;

7 – Prestar informes ao Corecons.

Mais informações podem ser acessadas no site. <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/ComLGPD.pdf>

Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coordenador), César Augusto Moreira Bergo, Fernando Baptistella Fernandes, João Bosco Ferraz de Oliveira e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus

Atividades: Durante o ano foram emitidas novas normas e recomendações para o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), reforçando a responsabilidade que os dirigentes de autarquias têm sobre os dados que lhes são cedidos. Por isso, foram realizadas reuniões com os Corecons, buscando sempre um número mínimo de duas pessoas por Regional para receber instruções sobre o andamento das recomendações acerca do cumprimento da lei.

“Vimos uma evolução muito grande na LGPD durante o ano, com novas normas e recomendações sendo implementadas”, comenta o coordenador da comissão, Clovis Meurer. “Da mesma forma, foram emitidas orientações no sentido de que cada Corecon implementasse métodos e rotinas para armazenar os dados, obedecendo regras de não compartilhando com terceiros e, indicando responsáveis pela guarda e pelo manuseio das informações. Também avançamos numa pesquisa para saber se todos os Regionais estão organizados nesta linha”.

Mais recentemente a fiscalização do cumprimento da lei começou a ser executada, e ela é bastante severa quanto à guarda e ao manuseio de dados, não apenas de economistas, mas também do corpo funcional e dos contratos feitos com terceiros. “O que até o ano passado eram notificações e avisos, agora já pode chegar em forma de fiscalização a qualquer uma das nossas unidades”, completou Meurer. Por isso, o trabalho realizado em 2021 terá continuidade no próximo ano.

Comissão Eleitoral

Atribuições: Coordenar o processo eleitoral no âmbito do Sistema COFECON/CORECONS e funcionará como instância auxiliar ao Plenário do COFECON.

Membros: Carlos Alberto Safatle (Presidente), Eduardo Rodrigues da Silva e João Manoel Gonçalves Barbosa como membros efetivos, e Maria de Fátima Miranda como membro suplente.

Interfaces: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Keliane Souza de Jesus, Fábio Ronan Miranda Alves.

Atividades: A comissão Eleitoral do Cofecon tem a tarefa de coordenar o processo eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, sendo responsável, com isso, pela operação das eleições eletrônicas. O pleito, em 2021, teve o objetivo de eleger um terço dos conselheiros efetivos e suplentes dos Conselhos Regionais de Economia (Corecons) para o triênio 2022/2024, além de delegados-eleitores efetivo e suplente para as eleições do Cofecon. Todo o processo foi acompanhado por auditoria externa, garantindo a legalidade da votação. A comissão contou com o apoio da Comissão de Comunicação para dar ampla publicidade ao pleito.

“O portal www.votaeconomista.org.br passou por uma renovação a fim de garantir maior agilidade no processo como um todo, incluindo a apresentação das chapas e perfil de candidatos, cadastro de senha dos eleitores, votação e apuração”, ressaltou o coordenador da comissão, Carlos Alberto Safatle. “Em 2021, nós tivemos aproximadamente 36 mil economistas em condição de voto dos quais seis mil compareceram virtualmente nas votações, completou. A comissão também foi responsável pela realização da eleição para presidência e vice-presidência da Autarquia para o exercício 2022.

Grupo de Trabalho Situação Financeira e Patrimonial dos Conselhos Regionais

Atribuições: Atuar junto às Superintendências do Patrimônio da União nos Estados visando a cessão de imóveis para instalação dos Conselhos Regionais de Economia que não possuem sede própria, ou que não dispuserem de sede adequada para a execução de suas atividades fins.

Plano de Trabalho: Há sete Conselhos Regionais de Economia que não dispõem de sede própria. O primeiro passo do programa de trabalho consistiu em contactar os Corecons que não possuem sede própria para saber se houve procura de imóvel disponível para cessão por parte das Secretarias de Patrimônio da União nos estados.

O plano pode ser visto no site <http://cofecon.org.br/comissoes/grupo-de-trabalho-estudar-a-situacao-patrimonial-dos-conselhos/>

Membros: Maurílio Procópio Gomes (Coordenador), Paulo Dantas da Costa (Vice-Coodenador), Frednan Bezerra dos Santos, João Manoel Gonçalves Barbosa, Mônica Beraldo Fabrício da Silva e Nei Jorge Correia Cardim

Interfaces no Cofecon: Antonio Tolentino e Jane Lopes da Silva

Atividades: Com a função de atuar junto às superintendências do Patrimônio da União nos Estados para viabilizar a instalação dos Regionais que não possuem uma sede adequada para o desenvolvimento de suas atividades, o GT iniciou o trabalho de mapeamento do status de cada Regional. Foram identificados, então, sete Corecons sem sede própria e que poderão contar com o apoio do GT nas tratativas junto aos órgãos responsáveis, visando à cessão de um imóvel para atendimento do Regional na realização de suas atividades.

O coordenador Maurílio Procópio Gomes informou sobre o envio de correspondências aos sete Regionais identificados relatando que “Não houve resposta por parte dos Corecons de Tocantins e Roraima; em Rondônia e no Acre, há poucos imóveis da União que possam servir a tal finalidade; no Piauí e na Paraíba há interesse dos Corecons em nova sede; e em Alagoas o Corecon funciona na mesma sede que o Sindicato dos Economistas e o aluguel é baixo”. “Esperamos que, quando esta pandemia já estiver mais branda, consigamos avançar mais nos processos para que todos os Conselhos Regionais tenham condições de desenvolver seus trabalhos em sede própria, aprimorando ainda mais no atendimento às demandas do economista e da sociedade”, finalizou.

Grupo de Trabalho Estatísticas Econômicas

Atribuições: Elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos Conselheiros. Elaborar proposta metodológica para a disponibilização sistemática de indicadores conjunturais e da percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon para a categoria profissional dos economistas, setor empresarial e financeiro, acadêmicos de economia e setor público.

Plano de Trabalho: As principais ações previstas no plano de trabalho são:

1 – Mapear os principais indicadores Econômico-Financeiros.

– Definição dos índices que serão pesquisados em séries mensais/anuais e os respectivos intervalos de tempo.

– Definição dos indicadores ou propostas para criação de indicadores que permitam análises e estudos em relação ao comportamento de variáveis importantes nos seguintes segmentos macroeconômicos:

Mercado Financeiro

Serviço de Liquidação e Custódia (SELIC);

Taxa Referencial (TR);

Inflação Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe;

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);

Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC);

Índice da Bolsa de Valores B3 (IBOVESPA);

Certificado de Depósito Interbancário (CDI);

Dólar

Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Mercado de Trabalho

Número de empregados e desempregados conforme Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Cagede – do Ministério do Trabalho;

Alunos do Curso de Economia por estados e Brasil – concluintes 2021 e ingressos 2021;

Economistas no setor público brasileiro;

Dados e análises de Conselheiros contidos na página do Site Cofecon, Grupo Estatísticas Econômicas, que interessem a esse público, especialmente.

Mercado de Bens e Serviços

Produção Industrial

Produção do Agronegócio

Política Tributária

Política Monetária

Política Cambial e Comercial

Política de Rendas

2 – Elaborar Calendário de Reuniões do Grupo de Trabalho (GT) 2021

3 – Providenciar a atualização dos dados 2021

4 – Criação – Participação

– Criação de Grupo no WhatsApp

– Criação de Lista de E-mail

5 – Formulário de Avaliação da utilização dos dados pelos conselheiros.

O programa de trabalho pode ser acessado clicando AQUI. <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/GTEstatisticas.pdf>

Membros: Heric Santos Hossoé (Coordenador), Eduardo Rodrigues da Silva (Vice-Coodenador), Clician do Couto Oliveira, Flávia Vinhaes dos Santos e José Antonio Lutterbach Soares

Interface no Cofecon: Maria Aparecida Carneiro

Atividades: O grupo tem como uma de suas principais atribuições elaborar um banco de dados com informações de natureza econômica que possa subsidiar as atividades dos conselheiros. O trabalho inclui elaborar uma proposta metodológica para disponibilizar indicadores conjunturais e de percepção de tendências de comportamento das principais variáveis macroeconômicas pelo Cofecon.

“Nós fizemos um mapeamento dos principais indicadores econômicos e financeiros e trabalhamos constantemente na atualização destes dados”, afirma o coordenador do grupo, Heric Hossoé. “Criamos grupos para dinamizar a interação entre os membros da comissão que incluí a criação de um formulário de avaliação e a apresentação dos dados pelos conselheiros”.

Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária

Atribuições: Estudar a implantação de programas de responsabilidade social e economia solidária no sistema Cofecon/Corecons, de modo que suas ações impactem na sociedade de forma positiva.

Plano de Trabalho: O Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária tem seu trabalho estruturado nas seguintes atividades:

- Realização de um curso, por meio da plataforma EAD do Cofecon, sobre economia solidária;
- Realização de um curso, em parceria com o CIRIEC Brasil (International Centre of Research and Information of Public, Social and Cooperative Economy) durante o Congresso Brasileiro de Economia;
- Criação de um prêmio referente a uma incubadora de projetos.

Mais detalhes do plano podem ser acessados no link <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/GTResponsabilidade-1.pdf>

Membros: Denise Kassama Franco do Amaral (Coordenadora), Maria de Fátima Miranda (Vice-Coodenadora), Carlos Eduardo Soares de Oliveira Jr., Fabíola Andréa Leite de Paula, Lauro Chaves Neto, Marcela Vieira Gonçalves, Maria Auxiliadora Sobral Feitosa, Pedro Henrique Guimarães, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Tânia Cristina Teixeira

Interfaces no Cofecon: Danielle Costa Barbosa Giroto, Jane Lopes da Silva e Raphael Pacheco Filho

Atividades: Ao longo do ano, um dos principais parceiros do GT foi o Instituto Paul Singer, com o lançamento do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas, um marco para a Economia Solidária dentro da Academia. Para Denise Kassama, o momento é de comemoração. “Esse é um projeto antigo que ganhou força, dentro do GT, ao longo do último ano. A partir das contribuições do Grupo, criamos o edital, aprovado recentemente pelo Plenário do Cofecon. Para nós, ter um prêmio com o nome do grande Paul Singer é motivo de muito orgulho”, afirmou.

Ao longo do ano, foram realizadas lives com o objetivo de apresentar o papel transformador da Economia Solidária nas comunidades. Entre elas, O papel da sociedade frente à pobreza extrema teve grande repercussão (<https://youtu.be/n6ALyE9-QXc>). Entre os podcasts apoiados pelo GT, participou um dos maiores conhecedores da trajetória de Paul Singer, o sociólogo Marcelo Gomes Justo.

Entre as principais atividades do GT, destacam-se também o apoio à realização do prêmio Mulher Transformadora. Entre as ações, a coordenadora mediu uma live com as indicadas à premiação em 2021. “Uma honra apresentar para a sociedade o papel de cada uma das indicadas. Emocionante acompanhar trajetórias de tamanho poder transformador”, ressaltou Denise.

Entre os projetos levados pelo GT para avaliação do Plenário, esteve também o apoio financeiro para impressão do livro infantil O dia em que a terra voltou a sorrir, idealizado por Marco Antônio da Silva e Silva, com texto de Paula Emmanuella Fernandes e ilustração de Sergio Neres. O livro, que apresenta a Economia Solidária para crianças, já está disponível virtualmente no seguinte link: https://issuu.com/paulaemmanuella/docs/o_dia_em_quea_terra_voltou_a_sorrir_09-08.

A parceria do Cofecon com o instituto Gerando Falcões, apoiada pelo GT, foi firmada em junho e tem a meta de arrecadação 1.000 cestas virtuais. “A nossa adesão ao projeto é muito importante na medida em que reafirma a responsabilidade social do Cofecon. Não podemos nos omitir em um momento difícil e de grande insegurança como o que vivemos, incluindo a insegurança alimentar. Abrir as portas virtuais do Conselho e oferecer a possibilidade de os economistas contribuirmos com suas ações vai ao encontro de tudo o que nós defendemos sobre solidariedade e justiça social”, afirma Denise.

Grupo de Trabalho Transparência

Atribuições: Conduzir o processo de implantação, aperfeiçoamento e disseminação da cultura de observância à transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e zelar pelo cumprimento da Lei nº 12.527/2011.

Plano de trabalho: O trabalho do GT está estruturado sobre os seguintes eixos:

- Disponibilizar o modelo de portal da transparência;
- Apoio técnico para a instalação do portal;
- Esclarecimento de dúvidas.

Mais informações podem ser acessadas AQUI. <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/GTTransparencia.pdf>

Membros: Clovis Benoni Meurer (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coodenadora), Antonio Melki Júnior, Denise Kassama Franco do Amaral e Fernando Baptistella Fernandes

Interfaces no Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto e Danyel Willian Santos Teófilo

Atividades: O Grupo de Trabalho Transparência é o responsável por aperfeiçoar os mecanismos de transparência no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, em atendimento à Lei de Transparência (Lei 12.527/2011).

A partir deste ano o modelo de trabalho consistiu em fazer uma verificação trimestral das informações que cada Corecon disponibiliza em seu site em atendimento à Lei de Transparência. Esta verificação ocorre aproximadamente 15 dias após o encerramento de cada trimestre e, após o procedimento, os Corecons são comunicados formalmente a fim de sanar eventuais pendências.

“Neste ano não só mostramos o que estava errado ou o que estava faltando ser divulgado, mas elogiamos o que estava correto”, expressa o coordenador do GT, Clovis Meurer. “Seguimos os trâmites normais para alertar a todos os Regionais sobre a necessidade de postar todas as informações. O cronograma trimestral que foi adotado tem sido importante para não acumular pendências”.

Destacou ainda o trabalho da Equipe do Cofecon que se dedica a essa verificação junto a todos os Regionais, mantendo em dia o processo.

Grupo de Trabalho Concurso Público do Sistema Cofecon/Corecons

Atribuições: Realizar estudos e emitir um parecer sobre a viabilidade de continuar realizando o concurso público do Sistema Cofecon/Corecons.

Membros: Antonio Corrêa Lacerda (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral (Vice-Coordenadora) e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto e Fábio Ronan Miranda Alves

Atividades: Nos Conselhos de fiscalização profissional, a contratação via concurso público é obrigatória para todas as atividades permanentes, estratégicas e ligadas às atividades-fim da entidade, tais como fiscalização, registro, julgamento, orientação profissional, normatização e arrecadação.

“A pacificação pelo STF a respeito do regime de contratação (celetista) no âmbito dos Conselhos trouxe mais segurança jurídica à contratação de funcionários”, expressou o coordenador do grupo, Antonio Corrêa de Lacerda. “Assim, o Cofecon pretende avançar nos estudos e manifestar-se em breve sobre a viabilidade de realizar concursos para o Sistema Cofecon/Corecons”.

Grupo de Trabalho Redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia

Atribuições: Analisar e implementar ações de redução dos Gastos do Conselho Federal de Economia.

Plano de Trabalho:

- Realizamos o monitoramento do total de receita comparada com as despesas realizadas, com o objetivo de promover a adequação das despesas à nova realidade;
- Monitoramos os contratos vigentes, realizamos pesquisas de preços e reduzimos o quantitativo de produtos e serviços contratados, em virtude da pandemia.
- Por fim, a direção orienta seus empregados quanto à utilização de materiais e na gestão dos processos, para que os recursos disponíveis continuem sendo utilizados de modo consciente.

Membros: Paulo Roberto Polli Lobo (Coordenador), Maria Auxiliadora Sobral Feitosa (Vice-Coordenadora), Clovis Benoni Meurer, João Manoel Gonçalves Barbosa e Wellington Leonardo da Silva

Interfaces no Cofecon: Ana Claudia Ramos Pinto, Antonio Tolentino, e José Luiz Pereira Barboza

Atividades: Em razão da pandemia e das medidas de isolamento social, o Cofecon teve uma redução grande na área de despesas, totalizando mais de 15%. O coordenador da Comissão, Paulo Roberto Polli Lobo, comemora os números, mas chama a atenção para o cenário previsto para o próximo ano quando as medidas restritivas forem suspensas e a situação voltar ao normal.

“Teremos que nos reunir com a equipe da área financeira para verificar os relatórios trimestralmente e analisar os dados”, comenta Polli. “Não adianta verificar o papel, a caneta e o lápis. Nossas maiores reduções de despesas foram em viagens e diárias. Faço um apelo para que, no próximo ano, as passagens sejam feitas com bastante antecedência para reduzir o custo”.

Grupo de Trabalho Economista Empreendedor

Atribuições: Estimular o empreendedorismo entre os economistas brasileiros e incentivar a economia criativa e outras modalidades.

Programa de Trabalho: O trabalho do GT está estruturado em duas ações:

- Cursos, via EAD, apresentando mecanismos eficientes de gestão, por meio dos quais os gerentes possam lidar com os desafios cotidianos do trabalho, especialmente pós pandemia;
- Fornecer aos gerentes ferramentas para o desenvolvimento de suas competências e habilidades, através do diagnóstico empresarial.

Mais detalhes podem ser acessados no link <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/GTEmpreendedorismo.pdf>

Membros: Maria de Fátima Miranda (Coordenadora), Lauro Chaves Neto (Vice-Coodenador), Carlos Magno Andriolli Bittencourt, Clovis Benoni Meurer, Denise Kassama Franco do Amaral, Eduardo André Consentino e Paulo Roberto de Jesus

Interfaces no Cofecon: Lilian de Souza Barbosa e Maria Aparecida Carneiro

Atividades: O GT Economista Empreendedor realizou um ciclo de lives sobre inovação e competitividade, ouvindo representantes de órgãos e empresas que apoiam empreendedores. O evento teve cinco encontros, com os seguintes temas e debatedores: Como a Conampe pode ajudar você no seu negócio, com Carlos Magno Bittencourt; Investimentos que transformam os projetos de sua empresa em realidade, com Mateus Müller, do BRDE; Empreendimentos inovadores, com Francisco Saboya, da Anprotec; Como alcançar o sucesso como empreendedor, com Enio Pinto, do Sebrae Nacional; e Como um Anjo pode ajudar você no seu negócio, com Brenda Gildin, da Anjos do Brasil. Os vídeos podem ser acessados nos seguintes links:

<https://youtu.be/LWcA9NkgGjE>

<https://youtu.be/yJ7oecCOp20>

<https://youtu.be/ix5rrO5ZXF0>

https://youtu.be/4_d4lus5TQE

https://youtu.be/D_maaTEGmlQ

Além disso, a coordenadora do grupo, conselheira Maria de Fátima Miranda, realizou duas palestras em ambiente virtual, em outros canais, sendo uma sobre a profissão do economista e outra sobre empreendedorismo para economistas.

“Para o ano que vem, gostaríamos de idealizar lives com o tema economista empreendedor, buscando, dentro do nosso Sistema, profissionais empresários expressa Fátima. “Também queremos fazer uma pesquisa junto aos Corecons para mapear quem é o empreendedor registrado para que ele fale de suas experiências. Este relato anima os estudantes, porque ser empresário também é a nossa profissão”, finalizou.

Conselho Editorial da Revista Economistas

Atribuições: Aprovar a pauta e avaliar o conteúdo da revista, aprovando ou não a sua publicação.

Plano de Trabalho: O Conselho Editorial da revista Economistas é responsável por pela aprovação dos temas de cada revista, bem como pela análise dos artigos enviados para publicação, podendo aprovar ou rejeitar os textos. A linha editorial pode ser acessada no link <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/Linha-editorial.pdf>

Membros: Antonio Corrêa de Lacerda (Presidente do Cofecon), Waldir Pereira Gomes (Coordenador da Comissão de Comunicação), Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera, Antônio de Pádua Ubirajara e Silva, Denise Kassama Franco do Amaral, Dércio Garcia Munhoz, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Gilson de Lima Garófalo, Heric Santos Hossoé, José Luiz Pagnussat, Lauro Chaves Neto, Luiz Carlos Delorme Prado, Maria Cristina de Araújo, Roberto Bocaccio

GT Articulações com o Inep

Atribuições: Manter relações institucionais com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com vistas a construir critérios para a formação e treinamento de avaliadores do Ministério da Educação (MEC) para os cursos de graduação em Economia, Finanças e Relações Internacionais e acompanhamento dos editais do Inep para novos avaliadores.

Plano de Trabalho: Por iniciativa do presidente do Inep, Dr. Alexandre Lopes, o Conselho Federal de Economia foi convidado para uma parceria com aquele instituto, contribuindo nos critérios de formação dos avaliadores dos cursos de Economia, visando aprimorar o processo de avaliação. No dia 26 de fevereiro o Dr. Alexandre Lopes foi exonerado da presidência do Inep, sendo substituído pelo Dr. Danilo Dupas Ribeiro, Economista e mestre em Administração Financeira. Também ocorreram mudanças na estrutura administrativa do Inep, permanecendo como Coordenadora Geral a Dra. Sueli Macedo Silveira. Considerando as mudanças na direção do Inep, o Cofecon realizará novo contato para manifestar interesse em continuar as interlocuções com aquele instituto e seu novo presidente, apontando o desejo de resgatar a proposta apresentada na reunião anterior. Havendo interesse do Inep, o Grupo de Trabalho realizará reuniões virtuais para elaboração de propostas a serem apresentadas ao instituto. Mais informações podem ser acessadas no link <http://cofecon.org.br/comissoes/wp-content/uploads/2021/04/GTInep.pdf>

Membros: Antônio de Pádua Ubirajara e Silva (Coordenador), Denise Kassama Franco do Amaral (Vice-Coordenadora), Antonio Corrêa de Lacerda, Carlos Alberto Safatle, Eduardo Rodrigues da Silva, Fernando de Aquino Fonseca Neto, Lourival Batista de Oliveira Júnior, Waldir Pereira Gomes Interface no Cofecon, Aline Tales Ferreira, Fábio Ronan Miranda Alves e Paulo Roberto Samuel Alves Júnior

Atividades: Em 2019 o INEP realizou um chamamento para avaliadores de cursos que contemplava 28 profissões, mas não a de economista. Na ocasião, representantes do Cofecon visitaram o presidente da instituição, que convidou o Cofecon a auxiliar o órgão na formação de parâmetros para a avaliação dos cursos de economia. Foi então criado, no âmbito do Cofecon, o Grupo de Trabalho para acompanhar esta questão.

“Por causa da pandemia e todos os problemas que vieram posteriormente, não houve a possibilidade de realizar novos concursos para contratar avaliadores”, comenta o coordenador do grupo, Antonio de Pádua Ubirajara e Silva.

Pádua avalia que, diante do quadro conturbado dentro do Inep, frequentemente noticiado, não há espaço para uma interlocução. “Veremos se a partir do mês de janeiro vale a pena marcar uma nova reunião e ouvir do novo presidente se ainda existe interesse na parceria”, concluiu.

GT Migração e Implantação dos Sistemas Cadastral, Financeiro e Fiscal

Atribuições: Coordenar e acompanhar o processo de migração e implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal utilizado pelos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Economia. Acompanhar a execução do contrato objeto do Pregão Eletrônico nº 9/2019. Supervisionar a execução do cronograma planejado com os planos e ações. Interagir com os Conselhos Regionais de Economia e auxiliar no processo de migração e implantação do sistema. Dirimir dúvidas e sanar casos omissos relativos a regras de negócio inerentes ao sistema.

Plano de Trabalho: O Plano de trabalho desse GT tem por finalidade:

1 – Acompanhar o processo de migração e implantação do Sistema Cadastral, Financeiro e Fiscal utilizado pelos Conselhos Federal e Conselhos Regionais de Economia, minimizando possíveis impactos aos seus usuários, identificando erros sistêmicos e gaps funcionais.

2- Auxiliar os Conselhos Regionais de Economia de forma que estes consigam planejar, executar e homologar a migração do Sistema.

3- Apoiar os Conselhos Regionais de Economia em: dirimir dúvidas, construir estratégias de migração, acompanhar o cronograma de implantação e mediar reuniões com o fornecedor.

Membros: Eduardo Rodrigues da Silva (Coordenador), Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coodenador) e Antonio Melki Jr.

Interfaces no Cofecon: Aline Tales Ferreira, Ana Claudia Ramos Pinto, Fabio Ronan Miranda Alves e Keliane Souza de Jesus

Atividades: Após uma licitação iniciada ainda em 2019, o Sistema Cofecon/Corecons está adotando novos sistemas de informática para a realização de suas atividades. A adoção dos novos sistemas é um processo complexo e o Corecon-PR foi o primeiro Regional a realizar a migração, como um projeto piloto.

Além deste Regional, durante o ano de 2021 foi concluída a migração dos sistemas no Corecon-DF, Corecon-SC e Corecon-RJ. A migração nos demais Conselhos Regionais e no Cofecon está prevista para ocorrer em 2022.

Os benefícios da migração e a importância do projeto para o Sistema são inegáveis e contemplam entre outras funcionalidades o mapeamento de processos específicos e de documentos da categoria e a hospedagem em nuvem, que representa um grande avanço tecnológico.

“Estamos conseguindo ir bem, na medida do possível”, pontua o coordenador do grupo, Eduardo Rodrigues da Silva. “É um sistema novo, com novas formas, novos lugares para registro e consulta, e traz, em si, algumas diferenças importantes em relação ao sistema que era utilizado. Obtivemos bons resultados nos Regionais em que o sistema foi implantado”.

SESSÕES PLENÁRIAS

Em atendimento às suas atribuições de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, o Cofecon realizou nove Sessões Plenárias no exercício de 2021, sendo sete ordinárias e duas extraordinárias (estas realizadas em 28 de abril e 10 de novembro).

Devido às medidas restritivas para conter a pandemia de Covid-19, quase todas as sessões plenárias ocorreram em ambiente virtual. A grande novidade foi a realização das duas últimas sessões do ano - nos dias 30 de novembro e 10 e 11 de dezembro, respectivamente - em formato híbrido, no qual os conselheiros puderam escolher entre a participação presencial (em Brasília) ou virtual.

Entre as principais decisões tomadas em sessões plenárias, destacam-se as aprovações dos regulamentos dos prêmios oferecidos pelo Cofecon, incluindo a criação do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas; os procedimentos excepcionais para o processo eleitoral de 2021; a autorização para que o Cofecon ofereça cursos de aperfeiçoamento à distância; a normatização da carteira de identidade profissional eletrônica; os normativos que disciplinam o registro de graduados em Comércio Exterior e Economia Ambiental; a alteração no regimento do Cofecon para respaldar a realização de sessões plenárias de forma on-line; e as alterações no Manual de Arrecadação do Sistema Cofecon/Corecons. Destacam-se a edição dos seguintes atos normativos:

702ª Sessão Plenária Ampliada

Realizada nos dias 22 e 23 de janeiro, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.962, DE 25 DE JANEIRO DE 2021 - Homologa os resultados do XXVI Prêmio Brasil de Economia-2020;

DELIBERAÇÃO Nº 4.963, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021 - Defere solicitação do Conselho Regional de Economia da 1ª Região - RJ para, excepcionalmente, prorrogar a data de vencimento da cota única referente à anuidade do exercício de 2021;

RESOLUÇÃO Nº 2.060, DE 25 DE JANEIRO DE 2021 - Aprova o Regulamento do 6º Desafio Quero ser

Economista 2021;

RESOLUÇÃO Nº 2.061, DE 25 DE JANEIRO DE 2021 - Designa composição da Comissão de Tomada de Contas do Cofecon para o exercício 2021;

RESOLUÇÃO Nº 2.062, DE 25 DE JANEIRO DE 2021 - Designa composição da Comissão de Licitação do Cofecon;

RESOLUÇÃO Nº 2.063, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021 - Prorroga os prazos de adesão dos Corecons e economistas ao VIII RECREDE, bem como as demais fases instituídas pela Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020 no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

703ª Sessão Plenária Extraordinária

Realizada nos dias 19 e 20 de março, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.965, DE 22 DE MARÇO DE 2021 - Homologa processos contábeis apreciados na 703ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.966, DE 22 DE MARÇO DE 2021 - Homologa os processos administrativos apreciados na 703ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

RESOLUÇÃO Nº 2.064, DE 22 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre o Regulamento do Prêmio Mulher Economista do Ano;

RESOLUÇÃO Nº 2.065, DE 22 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre o Regulamento do Prêmio Mulher Transformadora do Ano;

RESOLUÇÃO Nº 2.066, DE 22 DE MARÇO DE 2021 - Dispõe sobre o Regulamento do XXVII Prêmio Brasil de Economia.

704ª Sessão Plenária Ordinária

Não houve, em razão da pauta exclusiva para apresentação dos Programas de Trabalho das Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho, bem como o lançamento do portal de interação com as comissões.

705ª Sessão Plenária Ordinária

DELIBERAÇÃO Nº 4.968, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Homologa processos contábeis apreciados na 705ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.969, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Comércio Exterior da Universidade de Fortaleza (Unifor), de Fortaleza-CE;

RESOLUÇÃO Nº 2.067, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Aprova o Regulamento da X Gincana Nacional de Economia 2021;

RESOLUÇÃO Nº 2.068, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Institui procedimentos excepcionais e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2021, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO Nº 2.069, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Autoriza a realização de cursos de aperfeiçoamento na modalidade à distância pelo Cofecon e aprova seu regulamento;

RESOLUÇÃO Nº 2.070, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Institui a Carteira de Identidade Profissional Eletrônica (e-CIP) no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, altera a Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre os procedimentos de registro, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO Nº 2.071, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Altera os regulamentos dos Prêmios Personalidade Econômica do Ano e Destaque Econômico do Ano;

RESOLUÇÃO Nº 2.073, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Altera dispositivos do Anexo da Resolução nº 2.066/2021 que dispõe sobre o XXVII Prêmio Brasil de Economia – PBE;

RESOLUÇÃO Nº 2.074, DE 10 DE MAIO DE 2021 - Dispõe sobre o registro nos Conselhos Regionais de Economia, dos diplomados em Comércio Exterior, e dá outras providências;

706ª Sessão Plenária Ordinária

Realizada nos dias 02 e 03 de julho, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.971, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Homologa processos contábeis apreciados na 706ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.972, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), de Brasília-DF;

DELIBERAÇÃO Nº 4.973, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Homologa os processos administrativos apreciados na 706ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.974, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais do Centro Universitário do Distrito Federal (UDF), de Brasília-DF;

RESOLUÇÃO Nº 2.076, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Altera dispositivos da Resolução nº 2.066/2021, que dispõe sobre o XXVII Prêmio Brasil de Economia – PBE;

RESOLUÇÃO Nº 2.077, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Altera dispositivos da Resolução nº 1.981, de 23 de outubro de 2017, que aprova o regulamento eleitoral no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons, e da Resolução nº 2.068, de 10 de maio de 2021, que institui procedimentos excepcionais e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2021, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO Nº 2.078, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Prorroga os prazos de adesão dos Corecons e economistas ao VIII RECRED, bem como as demais fases instituídas pela Resolução nº 2.034, de 9 de março de 2020, no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons e dá outras providências;

RESOLUÇÃO Nº 2.079, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Inclui dispositivo na Resolução nº 1.851, de 28 de maio de 2011;

RESOLUÇÃO Nº 2.080, DE 5 DE JULHO DE 2021 - Inclui dispositivos à Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, e dá outras providências;

707ª Sessão Plenária Ordinária

Realizada no dia 11 de setembro, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.977, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 - Homologa processos contábeis apreciados na 707ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.978, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 - Homologa os processos administrativos apreciados na 707ª Sessão Plenária Ordinária Ampliada do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.979, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 - Homologa o resultado da X Gincana Nacional De Economia 2021;

RESOLUÇÃO Nº 2.085, 13 DE SETEMBRO DE 2021 - Fixa os valores das anuidades, bem como dos emolumentos e das multas devidas pelas pessoas físicas e jurídicas aos Conselhos de Economia, para o exercício de 2022, e dá outras providências;

RESOLUÇÃO Nº 2.086, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021 - Altera dispositivos da Resolução nº 1.945, de 30 de novembro de 2015, que dispõe sobre o normativo de procedimentos para registro profissional junto aos Corecons, no que se refere ao registro do profissional estrangeiro;

708ª Sessão Plenária Ordinária

Realizada no dia 10 de novembro, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.980, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - Homologa os processos administrativos apreciados na 708ª Sessão Plenária Extraordinária do Conselho Federal de Economia;

RESOLUÇÃO Nº 2.089, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 2.068, de 10 de maio de 2021, que institui procedimentos excepcionais e aprova o calendário referente ao processo eleitoral de 2021 e dá outras providências;

RESOLUÇÃO Nº 2.090, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - Alterar o Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 2010;

RESOLUÇÃO Nº 2.091, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021 - Altera e acrescenta dispositivos à Resolução nº 1.853, de 28 de maio de 2011, que cria e regula o Manual de Arrecadação no Sistema Cofecon/ Corecons.

709ª Sessão Plenária Ordinária

Realizada no dia 30 de novembro, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.981, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2021 - Homologa os Dossiês Eleitorais dos Conselhos Regionais de Economia referentes ao exercício de 2021, considerando as ressalvas constantes dos pareceres da Comissão Eleitoral do Cofecon;

DELIBERAÇÃO Nº 4.982, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Homologa processos contábeis apreciados na 709ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.983, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Homologa os processos administrativos apreciados na 709ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.984, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos do curso de Bacharelado em Economia Ecológica da Universidade Federal do Ceará, de Fortaleza-CE;

RESOLUÇÃO Nº 2.092, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Ratifica as alterações promovidas pela Resolução nº 2.090, de 11 de novembro de 2021, ao Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.832 de 2010;

RESOLUÇÃO Nº 2.093, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Altera o Modelo de Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.837, de 2010;

RESOLUÇÃO Nº 2.094, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre o Prêmio Paul Singer de Boas Práticas Acadêmicas;

RESOLUÇÃO Nº 2.095, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre o registro nos Conselhos Regionais de Economia dos diplomados em Economia Ecológica e dá outras providências.

710ª Sessão Plenária Extraordinária

Realizada nos dias 10 e 11 de dezembro, formato virtual

DELIBERAÇÃO Nº 4.985, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Homologa processos contábeis apreciados na 710ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.986, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Dispõe sobre questões trabalhistas e reajuste das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e função de livre provimento do Cofecon;

DELIBERAÇÃO Nº 4.987, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Reajusta os valores das Tabelas Salariais do Plano de Cargos e Salários - PCS e das Tabelas Salariais e das Gratificações dos cargos e função de livre provimento do Cofecon;

DELIBERAÇÃO Nº 4.988, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Homologa os processos administrativos apreciados na 710ª Sessão Plenária Ordinária do Conselho Federal de Economia;

DELIBERAÇÃO Nº 4.989, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Aprova o registro, nos Conselhos Regionais de Economia, dos egressos dos cursos de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, da Universidade La Salle - Unilasalle e do Centro Universitário Ritter dos Reis – Uniritter;

RESOLUÇÃO Nº 2.096, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2021 - Ratifica, em segunda sessão plenária ordinária, as alterações promovidas pela Resolução nº 2.090, de 11 de novembro de 2021, e ratificadas, em primeira sessão plenária ordinária, pela Resolução nº 2.092, de 1º de dezembro de 2021, ao Regimento Interno do Conselho Federal de Economia, aprovado pela Resolução nº 1.832, de 2010.

ELEIÇÕES NO SISTEMA Cofecon/Corecons

Entre os dias 27 e 29 de outubro, foram realizadas as eleições do Sistema Cofecon/Corecons. Votaram no pleito, os profissionais registrados e em dia com suas obrigações perante o Conselho Regional de Economia (Corecon) e que estavam com o cadastro profissional atualizado junto ao órgão. Assim como nos anos anteriores, para votar, o profissional acessou portal exclusivo para a eleição (www.votaeconomista.org.br).

As chapas concorrentes às eleições do Sistema Cofecon/Corecons e os respectivos planos de trabalho também foram apresentadas no portal. Para acessar as informações, interessados selecionaram o Estado e em seguida a opção Chapas/Candidatos. Na mesma página, estavam disponíveis os mini-currículos de todos os candidatos aos cargos de conselheiro efetivo, conselheiro suplente, presidente do Corecon (caso houvesse) e delegados- eleitores, sendo que estes participaram de votação para escolher um terço dos conselheiros federais.

O plenário do Conselho Federal de Economia possui 18 conselheiros efetivos e 18 suplentes, e é dividido em três terços, cujos mandatos são de três anos, porém não coincidentes (2019-21, 2020-22 e 2021-23). Desta forma, a cada ano um dos terços é substituído por novos conselheiros, sendo permitida uma reeleição.

No mês de outubro, quando se realizam as eleições dos Conselhos Regionais de Economia, cada chapa inscrita contém um delegado-eleitor efetivo e um suplente. Estes são os responsáveis por participar da Assembleia – que foi realizada hoje, completando assim o processo iniciado com os votos da categoria.

Na Assembleia, cada delegado-eleitor detém um número de votos proporcional à quantidade de economistas que se encontram adimplentes junto ao respectivo Regional: até o limite de 2.000, um voto para cada 100 economistas; e acima deste limite, um voto para cada 200.

Os candidatos eleitos pela Assembleia farão parte do plenário do Cofecon no triênio 2022-2024.

A eleição aconteceu em formato híbrido, com parte dos delegados reunindo-se em Brasília e parte acessando a reunião por meio de ambiente virtual. Foram eleitos os seguintes conselheiros federais efetivos: Clóvis Benoni Meurer (RS), Lauro Chaves Neto (CE), Teresinha de Jesus Ferreira da Silva (PI), Maurílio Procópio Gomes (AL), Paulo Dantas da Costa (BA) e Heric Santos Hossoé (MA).

XXVI PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA

A Comissão de Educação também foi responsável pela organização do XXVII Prêmio Brasil de Economia, que foi coordenado pelo conselheiro Carlos Alberto Safatle.

O Prêmio Brasil de Economia é realizado anualmente pelo Conselho Federal de Economia. Os trabalhos são divididos em quatro categorias: livro de economia, artigo técnico/científico, artigo temático e monografia de graduação. A edição deste ano contemplou trabalhos nas categorias Livro de Economia, Artigo técnico/científico, Artigo temático (sobre os 70 anos da regulamentação da profissão) e Monografia de graduação. Ao todo, foram 69 trabalhos inscritos. Os vencedores dividiram R\$ 18 mil em prêmios, assim distribuídos: Livro de economia R\$ 8.000,00; Artigo técnico/científico R\$ 4.000,00; Artigo temático R\$ 3.000,00; Monografia de graduação R\$ 3.000,00.

Livro de economia

O maior prêmio correspondeu à categoria livro de economia. Paulo Sérgio de Oliveira Simões Gala e André Roncaglia de Carvalho dividirão o montante de R\$ 8 mil. Ambos são autores do livro “Brasil, uma economia que não aprende. Novas perspectivas para entender nosso fracasso”.

O segundo lugar ficou com o livro “O Salto do Sapo – A Difícil Corrida Brasileira Rumo ao Desenvolvimento Econômico”, organizado por André Galhardo Fernandes e Frankling Lacerda.

O economista Carlos Alberto Ramos obteve o terceiro lugar com o livro “Economia da Felicidade. Rumo a uma Nova Medição da Prosperidade das Nações”.

Artigo técnico/científico

Tal como na categoria livro, o prêmio para o melhor artigo técnico/científico também foi dividido entre dois autores. Os economistas gaúchos Martinho Roberto Lazzari e Tomás Amaral Torezani obtiveram o primeiro lugar com o trabalho “Meio Século da Manufatura Brasileira: Transição Estrutural em uma Abordagem Subnacional”. Tomás, inclusive, já foi vencedor numa edição anterior do Prêmio Brasil de Economia.

O segundo lugar ficou com a paranaense Thais Andreia Araújo de Souza, com o trabalho “O Impacto do Desempenho da Produtividade do Capital para o Crescimento Econômico nos Setores e Regiões Brasileiras”, e o terceiro lugar foi para Diego Bezerra de Melo Maciel, de Pernambuco, com o trabalho “Mercado Imobiliário empresarial nos Centros Históricos Brasileiros: uma análise situacional a partir do caso recifense”. Ambos receberam menções honrosas.

Artigo temático

Uma novidade nesta edição do Prêmio Brasil de Economia foi a categoria artigo temático, em comemoração aos 70 anos da regulamentação da profissão de economista no Brasil. O prêmio de R\$ 3.000,00 ficou com a economista mineira Graciele de Fátima Sousa. As menções honrosas pelo segundo e terceiro lugares foram para duas pessoas muito atuantes no Sistema Cofecon/Corecons: Reinaldo Gonçalves e Carlos Roberto de Castro, respectivamente. Castro foi presidente do Cofecon nos anos de 2002 e 2003, e Gonçalves recebeu o título de Personalidade Econômica do Ano em 2005.

Monografia

Na categoria Monografia de Graduação, o primeiro colocado foi Fernando Antonio Machado, da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Ele receberá o prêmio de R\$ 3.000,00 pelo artigo “Inserção Ocupacional e Diferenças Salariais de Mães de Menores de 14 Anos: o Mercado de Trabalho Brasileiro em 2017”.

O segundo lugar foi para Fabrício Ferreira Caetano Santos, da Universidade Estadual de Santa Cruz, pela monografia “Análise Espacial dos Determinantes da Pobreza no Estado da Bahia”, e o terceiro colocado foi Lucas Jean de Miranda, da Universidade Federal da Grande Dourados, com o tema “Introdução ao Crédito Agroambiental no Brasil: sua influência sobre o desmatamento no bioma Amazônia”. Ambos receberam menções honrosas.

As inscrições não têm custo e foram realizadas pelo site www.cofecon.org.br/pbe/

ESCOLA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (EAD)

O programa de Educação a Distância do Cofecon, implementado em 2020, teve continuidade em 2021, totalizando seis oficinas ministradas durante o ano, totalizando 21 horas de conteúdo. Os interessados puderam inscrever-se pela plataforma EAD do Cofecon e acompanhar todos os conteúdos de forma gratuita. Ao todo, foram 2370 usuários inscritos e 1282 certificados emitidos.

Os conteúdos ofertados foram: Introdução à Economia da Oralidade - Módulo 2, com Jorge Cury Neto (4 horas); Economia de Baixo Carbono, com Renata Machado (3 horas); Negócios Sustentáveis e Empreendedorismo verde, com Renata Machado (3 horas); Economia Solidária, com Roberto Marinho Alves Da Silva, Tânia Cristina Teixeira, Anderson Oriente, Marcela Vieira, José Raimundo Oliveira Lima, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Graça Aparecida Barcos (4 horas);

Perícia Econômico-Financeira, com Tiago Jazynski e Antonio Umbellino (3 horas); e Mediação e Arbitragem, com Angeliz Suckow (4 horas).

“A oficina não concorre com os cursos tradicionais; como o próprio nome diz, é uma oficina”, pontua a coordenadora da comissão, Denise Kassama. “Nós estamos mostrando para o economista, para o estudante de economia, que há outras áreas de atuação da profissão e, se ele se interessar pela área, tem caminhos para aprofundar os conhecimentos”. Os economistas responsáveis pelas oficinas participaram das atividades de forma voluntária.

DESAFIO QUERO SER ECONOMISTA

Nos meses de maio a junho o Cofecon realizou a sexta edição do Desafio Quero Ser Economista. A pandemia não modificou o andamento da competição, mas alterou totalmente a divulgação: com a suspensão das aulas, os estudantes tiveram que se adaptar a uma nova rotina de estudos em casa. Tal situação inviabilizou as palestras nas escolas, realizadas anteriormente pelos Corecons para divulgação do projeto. Desta forma, a divulgação ocorreu totalmente no meio digital, via site e redes sociais do Cofecon. A competição contou com cerca de 1.700 estudantes inscritos, sendo Pernambuco o estado com mais participantes.

A competição se deu num site específico criado para esta finalidade, enquanto as redes sociais serviram também como apoio divulgando os desafios diários. Além de adquirirem conhecimentos por meio de vídeos, nos quais vários economistas falavam sobre a profissão, os participantes também responderam a várias questões objetivas sobre economia e foram desafiados a resolver situações específicas por meio de perguntas dissertativas, nas quais demonstravam a utilidade prática daquilo que aprenderam. Por último, foram desafiados a gravar um vídeo no qual falavam sobre economia. “Foi uma missão nada fácil para o time de avaliadores, pois os vídeos estavam de altíssima qualidade, não deixando nada a desejar para nenhum outro vídeo profissional”, expressou a coordenadora da Comissão de Educação, Denise Kassama.

Gabriela Lima de Sousa, do Colégio Piaget, em São Paulo, foi a grande campeã em 2021. Ela somou 2.000 pontos e fez um vídeo explicando conceitos de economia solidária. O segundo e terceiro colocados, curiosamente, foram estudantes da mesma escola, a EEEP Mário Alencar, em Fortaleza. Luiz Eduardo Farias fez um vídeo sobre economia compartilhada e terminou a competição em segundo lugar, com 1.690 pontos; João Carlos Bezerra teve 1.650 pontos e seu vídeo tratou da economia circular.

Os três primeiros colocados receberam prêmios de R\$ 2 mil, R\$ 1,5 mil e R\$ 1 mil, respectivamente. Os demais classificados até o décimo lugar receberam certificados.

GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

Um dos projetos de grande destaque da Comissão é a Gincana Nacional de Economia, que em 2021, em sua 10ª edição, aconteceu de forma totalmente virtual. A primeira etapa consistiu em um jogo de cartas nos quais os participantes responderam a perguntas de múltipla escolha e, mais tarde, no envio de vídeos pelos competidores. Já a etapa nacional consistiu em jogos sobre o mercado cambial e imobiliário. O vencedor foi o catarinense Luís Eduardo Candiotto Tereza (UNESC); Rafael de Souza Teixeira (UFJF) foi o segundo, Gisele de Paiva Furieri (UFES) ficou com o terceiro lugar, e Iure dos Santos Lima (UEFS) foi o quarto. “Investir na Comissão de Educação é investir no crescimento do Sistema, porque falamos com o economista de hoje e com o de amanhã, das próximas gerações. Os Conselhos que investem nos projetos da Comissão de Educação certamente têm essa preocupação”, comenta Denise Kassama, coordenadora do projeto.

FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Em 2021 o Fórum publicou a terceira e quarta edições da revista Justiça Social. A publicação, feita em um único volume, teve tiragem de 1.500 exemplares, foi custeada com doações das entidades que compõem o Fórum e está disponível de forma eletrônica no site do Cofecon (<https://www.cofecon.org.br/justica-social/>). Os textos foram produto dos seminários “A função social do Estado” e “Democracia e Participação Social” - ambos realizados em formato on-line e o primeiro deles ainda em 2020.

O seminário “Democracia e Participação Social” teve quatro lives, realizadas nos dias 24/09, 01/10, 08/10 e 15/10. Os temas abordados e os convidados foram: “Como os mecanismos da Dívida Pública inviabilizam o desenvolvimento socioeconômico do Brasil”, com Maria Lúcia Fattorelli, José Menezes Gomes e Luiz Fernando Reis; “Ampliar a Democracia e a Participação Social”, com Romualdo Portela, Marcela Vieira e Valmor Schiochet; “Democracia no sistema de justiça”, com Renata Gil, Suzani Andrade e José Geraldo de Souza Júnior; e “Democratização do Sistema de Comunicação Social”, com Samuel Lima, Vilson Romero e Paulo Jerônimo.

O Fórum trabalha ainda na constituição de uma Frente Parlamentar pela Redução da Desigualdade Social no Brasil, o texto do requerimento será aprimorado, e, após a conclusão, será realizado o trabalho parlamentar e registro do requerimento na Câmara dos Deputados.

PARCERIA COM A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

O Cofecon aprovou, por meio da Resolução nº 2.036/20200, a participação da autarquia na realização dos congressos anuais realizados sob a responsabilidade da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas (ANGE), que necessariamente terão como objetivo central o debate sobre o aprimoramento do ensino de Ciências Econômicas nos cursos de graduação no Brasil.

O XXXVI Congresso da ANGE ocorreu nos dias 10 a 12 de novembro de 2021 e, tal como no ano anterior, foi realizado em formato virtual. As palestras encontram-se disponíveis no site da entidade, no endereço <https://ange.org.br/2021/11/10/congresso-2021-da-ange/>. O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou como palestrante da mesa de conjuntura e encerramento, no dia 12, junto ao economista Guilherme Mello, com mediação do conselheiro federal Eduardo Rodrigues da Silva.

2.5. Despesas com a fiscalização do exercício profissional

O Cofecon não executa despesas diretamente relacionadas à fiscalização do exercício profissional, considerando que esta atribuição é delegada pela Lei nº 1.411/51 aos Conselhos Regionais de Economia. Compete ao Cofecon organizar, coordenar e orientar os Corecons no processo de fiscalização de aproximadamente 230 mil economistas brasileiros. As despesas relacionadas com estas atividades relacionam-se com os diversos tópicos do programa de trabalho do Cofecon e estão demonstradas em itens específicos deste relatório.

2.6. Despesas com as principais atividades finalísticas

AUXÍLIOS E DOAÇÕES AOS CONSELHOS

Foram concedidos auxílios financeiros aos Corecons e terceiros no valor total de R\$ 137.696,16 (cento e trinta e sete mil, seiscentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), conforme a seguir relacionado.

Quadro nº 3: Auxílios e doações aos Conselhos

Interessado	Assunto	Concessão	Valor concedido
CORECON-DF	Apoio Inst. e Fin. -Ciclo de Debates	Plenária 703	R\$ 3.000,00
CORECON-PE	XV Prêmio Pernambuco de Economia Dirceu Pessoa	Plenária 706	R\$ 3.000,00
CORECON-SE	XX Prêmio Sergipe de Economia	Plenária 706	R\$ 3.000,00
CORECON-PA/AP	Prêmio de Monografia “Prof. Armando Corrêa Pinto” 2021	Plenária 706	R\$ 3.000,00
CORECON-GO	XIV Prêmio de Monografia “Leopoldo de Bulhões”	Plenária 706	R\$ 3.000,00
CORECON-SP	XXIV CBE	Plenária 706	R\$ 100.000,00
CORECON-MA	Prêmio Maranhão de Economia -2021	Plenária 707	R\$ 3.000,00
CORECON-SE	Reforma da Sede	Plenária 707	R\$ 5.696,16
CORECON-AL	IX Prêmio de Estímulo ao Estudante de Economia -2021	Plenária 707	R\$ 3.000,00
CORECON-RN	XIX Prêmio Rio Grande do Norte de Economia-2021	Plenária 708	R\$ 3.000,00
ANGE	XXXVI Congresso da ANGE	Plenária 708	R\$ 5.000,00
CORECON-ES	Prêmio Espírito Santo de Economia	Plenária 708	R\$ 3.000,00
Total			R\$ 137.696,16

O detalhamento de todas as despesas executadas pela Autarquia consta no Capítulo 5 deste relatório. O quadro a seguir demonstra os gastos com as principais atividades finalísticas executadas pelo Cofecon no decorrer do exercício de 2021.

Quadro nº 4: Despesas com as principais atividades finalísticas

Atividade	Despesas para execução das atividades
Sessões Plenárias	R\$ 4.634,34
Solenidade de Posse	Não houve
Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 11.566,90
Pagamento de premiação: 6º Desafio Quero Ser Economista- 2021, X Gincana Nacional de Economia; XXVII Prêmio Brasil de Economia e Concurso de Resenha.	R\$ 31.000,00
Publicações D.O.U (6º Desafio Quero Ser Economista-2021, X Gincana Nacional de Economia; XXVII Prêmio Brasil de Economia, Prêmio Mulher Economista, Prêmio Mulher Transformadora, Prêmio Mulher Economista, Paul Singer, Boas Práticas e Escola de Ensino a Distância).	R\$ 19.031,04
Desafio Quero Ser Economista	Não houve
Eleições no Sistema Cofecon/Corecons, Assembleia de Delegados Eleitores	R\$ 104.915,50
Auditoria Processo eleitora Sistema Cofecon/Corecons, eleição de presidente e vice do Cofecon	R\$ 17.500,00
Assinatura plataforma <i>zoom</i> para reuniões virtuais	R\$ 3.281,89
Impulsionamento redes sociais(anúncio)	R\$ 5.521,16
Postagem revista do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil*	R\$ 1.008,43
Publicações – Comissão de Educação	Não houve
Anúncios Redes Sociais (Campanha Dia do Economista, Prêmio Brasil de Economia, Concurso de Resenhas, Desafio Quero ser Economista)	impulsionamento
Revista Economistas (plataforma Isend)	R\$ 450,00
Informativo AEALC.	Não houve

2.7. Despesas com indenizações a conselheiros

Em 2021 foram emitidas 70(setenta) passagens aéreas ida e volta, totalizando R\$ 122.853,22 (cento e vinte e dois mil e oitocentos e cinquenta e três mil e vinte e dois centavos), foram pagas 69(sessenta e nove) diárias, totalizando R\$ 124.048,00 (cento e vinte e quatro mil e quarenta e oito reais).

2.8. Acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos

Tendo em vista as características institucionais do Cofecon, a experiência tem demonstrado que o melhor método a ser utilizado para o acompanhamento das ações que visam ao atendimento dos objetivos estratégicos consiste na divisão de tarefas entre as Comissões Permanentes, Temáticas e Grupos de Trabalho que integram a estrutura organizacional da Autarquia.

Dessa forma, o planejamento, execução e acompanhamento das atividades é feito de forma participativa envolvendo todos os conselheiros federais, membros de comissões, grupos de trabalhos e funcionários do Cofecon.

Em todas as Sessões Plenárias são apresentados os informes do andamento dos projetos estratégicos pelos respectivos coordenadores. Ao término do exercício é realizado um balanço das ações com vistas a subsidiar a elaboração do programa de trabalho da próxima gestão.

CAPÍTULO 3 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 Principais riscos

1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;
2. Projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;
4. Tendência nos setores público e privado a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/ Corecons;
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/ Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;
8. Perda da sustentabilidade;
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de Economia.

3.2. Indicadores de desempenho

As receitas do Cofecon são provenientes, em sua quase totalidade, de um quinto (20%) das anuidades pagas pelos economistas e empresas registrados nos Corecons. O número de Economistas em Condição de Voto (ECV), que são aqueles profissionais ativos e adimplentes, vem caindo desde 2012, com uma redução de 1,3% em relação a 2020 e 20% quando comparado o período de 2011 a 2021.

Gráfico nº 3: Economistas em Condições de Voto



3.3 Gestão de Riscos e Controles

No processo de elaboração do planejamento estratégico, a direção e os atores envolvidos identificaram os principais riscos da gestão. No quadro a seguir, destacam-se os principais riscos identificados e sua respectiva mitigação.

Quadro nº 5: Gestão de riscos e controles

Principais Riscos	Mitigação
1. Legislação que regulamenta a profissão de economista desatualizada;	Promover a atualização da Lei nº 1.411/1951. As próximas gestões deverão avaliar o momento mais propício para retomar a iniciativa junto ao parlamento.
2. Combate à PEC 108/2019 e aos projetos de emendas constitucionais visando a desregulamentação da profissão e a não obrigatoriedade do pagamento de anuidades;	Por meio de uma ampla mobilização coordenada pelo Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), com apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia, o assunto foi resolvido e a proposta finalmente foi retirada de tramitação.
3. Invasão no mercado de trabalho por parte de profissionais e conselhos de fiscalização cujas formações proporcionam áreas de sombra com a dos economistas;	Atuar junto aos Conselhos Federais de Administração, Contabilidade e Engenharia com vistas a delimitar as atribuições privativas e as compartilhadas de cada uma das profissões.
4. Tendência nos setores públicos e privados a trabalhar pela desregulamentação da maioria das profissões;	Realizar campanhas de comunicação visando esclarecer e conscientizar a sociedade em geral da importância da atuação do economista para contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista.
5. Grande número de pedidos de cancelamentos de registros junto aos Conselhos Regionais de Economia;	Apoiar os Corecons na execução de projetos de retenção dos economistas registrados, a exemplo de cursos de capacitação profissional, realização de convênios que forneçam pacotes de benefícios e/ou descontos em serviços para os profissionais em condição de regularidade perante o Conselho Profissional.
6. Baixa confiança e pouco reconhecimento da categoria em relação ao trabalho do Sistema Cofecon/Corecons;	Promover ampla divulgação das atividades desenvolvidas pelo Sistema Cofecon/Corecons em prol dos economistas e da sociedade.
7. Desconhecimento de grande parte da população brasileira a respeito do Sistema Cofecon/Corecons, do papel do economista na sociedade e de suas áreas de atuação profissional;	Promover ampla divulgação da profissão do economista.
8. Perda da sustentabilidade;	Promover mecanismos para aumentar a arrecadação, seja por meio de cobrança de débitos, fiscalização e autuação do exercício ilegal da profissão. Analisar e implementar ações de redução das despesas da Autarquia.
9. A evasão dos alunos nos cursos de Ciências Econômicas e pouco interesse dos alunos do ensino médio;	Realizar projetos voltados para estudantes de nível médio e para estudantes de graduação em Ciências Econômicas. Aproximação com as Instituições de Ensino Superior e com as Escolas de Nível Médio.
10. Não existência de um código CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) específico para as atividades do profissional de economia.	Atuar junto ao Concla – Comissão Nacional de Classificação e ao Conselhão – Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

3.4 Oportunidades e Perspectivas

1. Surgimento de novos nichos de mercado em função do dinamismo do ambiente econômico;
2. Presença massiva e cotidiana do tema econômico na mídia;
3. Interlocução com outros Conselhos Profissionais (Fórum dos Conselhos Federais de Fiscalização Profissional);
4. Revisão da regulamentação interna da Profissão do Economista (Consolidação);
5. Demanda por mão de obra qualificada no mercado;
6. Consolidação do Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil;
7. Atividades relacionadas aos 70 Anos do Conselho Federal de Economia;
8. Congresso Brasileiro de Economia.

3.5. Controles Internos

Os controles internos são realizados pela Comissão de Tomada de Contas (CTC). Podem ser realizados de forma preventiva, com visitas da Comissão aos Conselhos Regionais de Economia e elaboração de ofícios com informações e recomendações, ou quando a CTC analisa as peças contábeis, tais como propostas orçamentárias, balancetes trimestrais e prestações de contas anuais. Foram trabalhados, no exercício de 2021, os processos a seguir relacionados:

Quadro nº 6: Processos analisados pela Comissão de Tomada de Contas em 2021

Processos Contábeis Cofecon/Corecons 2021								
Processos relatados	Sessão Plenária							
Assunto	703	704	705	706	707	709	710	Total
Prestações de Contas	12	8	7		1			28
Propostas e Reformulações Orçamentárias	21	3	2	4	3	15	5	53
Balancetes Trimestrais	20	3	7	21	18	18	2	89
Prestações de Contas de Auxílios Financeiros			3	2		2	1	8
Desfazimento de bens móveis					1	1		2
Soma	53	14	19	27	23	36	8	180

CAPÍTULO 4 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS E ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. Resultados da área-fim

Os conselhos de fiscalização profissional, além de exercerem atividades típicas de Estado, são entidades criadas por lei federal para prestação de serviços públicos, detentoras do poder de polícia, com a finalidade de fiscalizar o exercício da profissão em defesa da sociedade. Para tanto, possuem competência para habilitar os profissionais para o exercício da profissão, por meio da concessão do registro profissional; habilitar legalmente as empresas para a exploração das atividades profissionais; normatizar os limites de atuação profissional; fiscalizar o seu adequado exercício, dentro dos padrões éticos e técnicos definidos; cobrar anuidades e aplicar e cobrar multas; executar débitos; aplicar o

código de ética profissional; suspender e cassar registros; dentre outras atividades típicas de Estado, uma vez que atua em seu nome.

Assim, consoante entendimento exposto pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU) quando da prolação do Acórdão nº 1925/2019/Plenário no âmbito do Processo nº 036.608/2016-5, outras competências estão relacionadas com as citadas funções típicas de Estado, delegadas pela União para os conselhos, as quais podem ser agrupadas em cinco funções principais, quais sejam: registro, normatização, fiscalização, julgamento e orientação.

A Lei nº 1.411/51, que dispõe sobre a profissão de Economista, em seus artigos 7º e 10º, respectivamente, tratam das atribuições do Cofecon e dos Corecons. De tais dispositivos, observa-se que as atividades relacionadas à efetivação do registro profissional, à fiscalização, à aplicação de penalidades e à arrecadação são atribuições inerentes aos Conselhos Regionais de Economia.

Com relação ao Conselho Federal de Economia, a este compete orientar e disciplinar o exercício da profissão, bem como apreciar e julgar os recursos interpostos contra as decisões proferidas pelos Conselhos Regionais de Economia. Além de tais atividades, destacam-se as de elaborar programa de atividades que servirá de base para todos os Regionais, assim como a de organizar os Corecons, fixando-lhes a composição, a jurisdição e a forma de eleição de seus membros. Em outras palavras, dentre as principais atribuições do Cofecon inserem-se a de orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista, bem como de julgar, em última instância, os recursos de penalidades impostas pelos Corecons, exercendo, assim, papel central e superior no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons.

Diante desse cenário, especialmente considerando que são os Corecons que exercem as atividades voltadas à fiscalização, ao registro profissional, à aplicação de sanção e à arrecadação, tem-se que este Cofecon não possui e tampouco faz gestão sobre as informações referentes às atividades desempenhadas pelos Corecons, inclusive sobre o número total de fiscalizações realizadas, o número de denúncias recebidas, o número total de profissionais fiscalizados e o quantitativo de processos instaurados e julgados, com detalhamento das sanções aplicadas, entre outros.

Todavia, restrito às competências do Cofecon, insta consignar que no exercício de 2021 foram analisados e julgados 109 processos/recursos, sendo 25 envolvendo remissão de débitos; 54 cancelamentos de registro profissional; 24 relativos ao exercício ilegal da profissão; 4 sobre suspensão de registro; e 2 parcelamentos de débitos

4.2. Atuação da Procuradoria Jurídica

A Procuradoria Jurídica do Conselho Federal de Economia (Cofecon) é responsável pelo tratamento de demandas jurídicas e administrativas da Autarquia, assim como por representar os interesses do Conselho nas esferas judiciais e extrajudiciais perante os Poderes Públicos, além de prestar consultoria e assessoramento jurídico.

Ademais, o setor lida com matéria jurídica de média ou grande complexidade, seja mediante pareceres opinativos, seja mediante despachos jurídicos envolvendo matérias e questões eminentemente de cunho jurídico, elaboração de pareceres, prestação de auxílio aos Conselhos Regionais de Economia e aos demais setores do Cofecon. A Procuradoria Jurídica também acompanha e atua nos trabalhos das Comissões de Normas e Legislação, bem como nos trabalhos da Comissão Permanente de Licitação, entre outras.

Destaca-se, ainda, como papel de atuação da Procuradoria, o trabalho de assessoramento jurídico junto às Sessões Plenárias que ordinariamente são realizadas, na participação nas reuniões e todos os demais eventos que envolvem o Cofecon, em especial aqueles relacionados ao Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em seus mais diversos assuntos.

Atualmente, o setor encontra-se com equipe reduzida, contando apenas com o Procurador-Geral e um Assessor, de modo que restam sem preenchimento 02 (duas) vagas de estagiário e 02 (duas) de advogado

Quanto aos trabalhos desempenhados durante o exercício de 2021, vale ressaltar a atipicidade novamente vivenciada em razão da grave pandemia ocasionada pelo novo coronavírus que fez com que o Cofecon satisfatoriamente se adequasse ao novo cenário que lhe foi imposto.

O que corroborou para diminuição de potenciais prejuízos à atuação da Procuradoria Jurídica foi o fato de que praticamente todos os processos judiciais em que o Cofecon figura como parte já tramitavam de forma eletrônica, ou seja, todos os protocolos e acompanhamentos são feitos remotamente, não havendo a necessidade de deslocamento até o fórum para diligências.

Além disso, a Procuradoria Jurídica do Cofecon se fez presente quase que integralmente nas tomadas de decisões no âmbito das Comissões e Grupos de Trabalho do Cofecon para que normativos e atos internos do Sistema Cofecon/Corecon fossem ajustados e aperfeiçoados. Ressalta-se, ainda, que no exercício em referência houve participação ativa da Procuradoria no processo, ainda em andamento, de consolidação dos decretos das profissões regulamentadas junto ao Ministério da Economia (atualmente Ministério do Trabalho e Emprego), momento em que foram realizadas novas reuniões e foi apresentada minuta final de decreto contemplando alterações pontuais de melhoria na legislação de regência.

Além disso, destacam-se a atuação em vários processos judiciais que tramitam nas diversas esferas e instâncias do Poder Judiciário, em especial perante a primeira e a segunda instância da Justiça Federal e da Justiça Trabalhista.

No âmbito da Justiça do Trabalho, evidenciou-se o processo em trâmite no Tribunal Superior do Trabalho, cuja atuação deu-se em processo que discute a concessão do benefício do plano de saúde aos empregados do Conselho. Atualmente, tal processo possui decisão judicial transitada em julgada em favor dos substituídos.

Além dessas, há que se destacar, já na esfera cível, os litígios no Estado de São Paulo, em especial os envolvendo o Corecon/SP. Isso porque em 2021 foi formalizado e homologado judicialmente acordo para por fim as ações envolvendo ambos os conselhos. Na oportunidade, em síntese, o Corecon/SP anuiu com a liberação dos valores depositados pelo Regional em conta judicial, em favor do Cofecon, cujo montante estimado é de R\$ 160 mil reais.

Na justiça de São Paulo, por fim, tem-se, ainda, ação movida por ex-presidente do Corecon/SP contra o Cofecon e outros, pedindo suspensão de processo administrativo de apuração de responsabilidade, bem como danos morais. Ocorre que no pedido inicial também se solicitou liminar suspendendo o processo administrativo, a qual foi concedida pelo juízo em São Paulo e encontra-se eficaz até hoje. Ademais, a Procuradoria Jurídica do Cofecon, por meio dos instrumentos jurídicos apropriados conseguiu o declínio da competência da justiça de São Paulo para a do Distrito Federal, de modo a facilitar o acesso aos autos, bem como evitar maiores despesas com processo (com passagens aéreas). Atualmente, a referida ação encontra-se ainda em 1ª instância e sem sentença proferida.

Por fim, registra-se que o Cofecon foi condenado ao pagamento de honorários de sucumbência nas ações judiciais movidas pelo Cofecon contra o BASA e o COFITTO, e em ações envolvendo cancelamento de registro.

Quanto às demandas de origem interna do COFECOM, a Procuradoria procedeu à análise de inúmeros processos, tanto processos que envolvem licitações e contratos da Autarquia, quanto processos administrativos em geral, tais como os de cancelamento de registro, remissão e parcelamento de débitos, exercício ilegal da profissão, auxílio financeiro, ético-disciplinar etc.

Em números, até 31/12/2021 foram emitidas 330 manifestações, entre pareceres e despachos jurídicos, e realizadas 190 análises e orientações internas e externas, além de diversos outros expedientes realizados em processos administrativos.

Desta maneira, tem-se que o setor, com mais um ano de muito empenho e com as peculiaridades que a pandemia e com o quadro da equipe reduzida, conseguiu atuar de maneira satisfatória, com dedicação e sucesso, agindo sempre em corrente alinhamento com a missão, visão e valores deste

Conselho no empenho em busca da defesa e garantia dos direitos e deveres dos profissionais economistas e do Sistema Cofecon/Corecons.

4.3. Gestão Orçamentária e Financeira

Quadro nº 7: Evolução das Receitas e Despesas do Conselho Federal de Economia: 2016 a 2021

	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Total	5.692.797,65	5.475.509,66	6.191.152,49	6.431.595,75	5.711.878,59	6116290,12
Despesas Correntes	5.995.210,29	5.460.258,46	5.603.070,67	6.559.785,15	4.957.658,31	5558635,1
1. Pessoal e encargos	2.913.118,92	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11
2. Manutenção da sede	200.895,06	156.540,22	55.073,63	66.989,50	46.368,47	
3. Material de consumo	51.541,01	27.927,50	26.872,37	34.146,90	22.764,89	40.004,41
4. Telefonia, Internet e Correios	170.504,59	298.503,86	78.274,40	171.560,61	150.483,25	95.278,08
5. Manutenção Programas Informática	401.368,78	466.373,26	485.225,61	601.079,16	678.253,92	1.043.955,92
6. Despesas bancárias	55.870,80	14.045,12	11.290,67	25.932,43	2.841,38	3.367,86
7. Diárias	431.105,34	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35
8. Passagens aéreas	460.628,02	229.464,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03
9. Serviço Gráfico e Publicidade	340.108,73	330.316,44	246.420,47	311.651,57	142.760,04	24.145,82
10. Assessoria Parlamentar	49.311,22	-	-	-	-	
11. Despesas com Sessões Plenárias	91.437,07	55.843,54	41.573,78	58.371,97	14.040,86	14.083,90
12. Premiações	97.924,90	53.200,00	53.700,00	89.200,00	11.250,00	72.236,80
13. Transferências para os Regionais	270.081,89	211.196,00	172.588,92	168.234,48	22.500,00	147.921,16
14. Eleição eletrônica (inclui auditoria)	202.235,80	74.150,00	74.642,24	134.445,85	132.771,16	122.415,50
15. Impressão de carteira profissional	166.749,29	179.755,40	132.698,00	106.616,30	71.376,35	85.947,35
16. Outras despesas	88.328,04	426.103,08	519.045,54	519.984,63	479.147,17	8.932,00
Saldo Orçamentário Parcial	-302.412,64	15.251,20	558.081,82	-	-	-
Despesas de capital	272.660,32	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	5.859,76
17. Obras e Instalações	213.459,25	-	-	-	-	-
18. Equipamento material permanente	59.201,07	239.554,90	1.909,47	8.202,91	9.701,00	-
Despesa Total	6.267.870,61	5.699.813,36	5.604.980,14	6.567.988,06	4.967.359,31	5564494,86
Saldo Orçamentário Final	-575.072,96	-224.303,70	586.172,35	-136.392,31	744.519,28	435.505,14
Resultado Extra Orçamentário	-6.321,19	-	-	-	-	152.556,43
Saldo Financeiro	1.026.516,54	945.431,85	1.397.259,89	1.158.342,83	1.948.013,76	2652365,45

4.4. Gestão de Pessoas

Quadro nº 8: Detalhamento de despesas de pessoal, gastos com diárias e passagens

Indicadores	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Pessoal	2.913.118	2.677.319,86	3.019.791,94	3.121.179,71	2.882.296,86	3.078.191,11
Diárias	435.086	435.086,17	318.997,51	526.370,01	123.242,70	123.961,35
Passagens	460.628	229.464,18	366.875,59	624.022,03	177.561,26	103.330,03

4.5. Gestão de Licitações e Contratos

A Portaria nº 1, de 4 de janeiro de 2021, publicada no DOU nº 3, de 6 de janeiro de 2021, Seção 2, Página: 41, designou os empregados Ana Claudia Ramos Pinto e João Henrique Vieira Costa como Pregoeiros Oficiais do Cofecon, para a condução e realização dos processos licitatórios na modalidade Pregão, e para compor a equipe de apoio Ana Claudia Ramos Pinto, João Henrique Vieira Costa, Antonio Tolentino, Danyel Willian Santos Teófilo e Jane Lopes da Silva. A Portaria nº 34, de

28 de setembro de 2021, publicada no DOU nº 187, de 1º de outubro de 2021, Seção 2, Página: 85 designou os empregados Ana Claudia Ramos Pinto e Lilian de Souza Barbosa para constarem como Pregoeiros Oficiais do Cofecon, com a mesma equipe de apoio.

A Resolução nº 2.062, de 25 de janeiro de 2021, publicada no DOU nº 23, de 3 de fevereiro de 2021, Seção 2, Página: 59, designou composição da Comissão de Licitação do Cofecon, cujos MEMBROS TITULARES são o Conselheiro Federal Eduardo Rodrigues da Silva, na condição de Presidente, e os empregados Jane Lopes da Silva e João Henrique Vieira Costa; como MEMBROS SUPLENTEs, o Conselheiro Federal Antônio de Pádua Ubirajara e Silva e o empregado Paulo Roberto Samuel Alves Júnior, com mandatos a partir de 25/1/2021 e término em 31/12/2021.

Devido a permanência da condição de pandemia instaurada no país, o foco das atividades do Setor de Licitação durante o ano de 2021 foi a manutenção dos contratos, buscando negociações para manutenção dos preços, de acordo com as novas necessidades do Conselho.

Foram realizados dois Pregões Eletrônicos (Sistema eleitoral e telefonia móvel, sendo que o primeiro restou frustrado); e cerca de 40 dispensas, que visaram dar continuidade aos trabalhos rotineiros do Conselho.

4.6. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Em razão de restrições orçamentárias e financeiras, bem como devido a permanência da pandemia de COVID 19, não foram realizados grandes investimentos de capital no exercício de 2021. Os poucos investimentos ocorreram para a manutenção da sede do Cofecon com a aquisição de relógio de ponto (R\$ 1.400,00), dois ares-condicionados e instalação (R\$ 4.279,76 e R\$ 1.080,00).

4.7. Gestão da Tecnologia da Informação

Em 2021, o setor de Tecnologia da Informação (TI) do Cofecon teve como diretrizes a modernização de seus sistemas e serviços, bem como o suporte no ambiente interno e aos Conselho Regionais, visando alcançar melhores níveis de produtividade e aprimoramento dos serviços executados pelo Cofecon. Destacam-se as seguintes atividades:

1. Acompanhamento da migração dos Sistemas Cadastral, Financeiro e Fiscal nos Corecons. Até nov/2021 foram concluídas 4 migrações: Corecons PR, DF, SC e RJ.
2. Acompanhamento pós-migração do Sistema Contábil para o Cofecon e os Corecons;
3. Automação do processo eleitoral eletrônico para escolha de presidente e vice-presidente do Cofecon e dos Corecons, bem como dos conselheiros federais e regionais dos órgãos;
4. Organização e acompanhamento do processo das eleições eletrônicas, possibilitando a votação a distância ou presencialmente (formato híbrido para eleição dos cargos da Presidência do Cofecon), por meio do site www.votaeconomista.org.br;
5. Operacionalização da transmissão ao vivo, no canal do Youtube do Cofecon, do resultado das eleições do Sistema Cofecon/Corecons;
6. Transmissão ao vivo no canal do Youtube do Cofecon das eleições dos delegados eleitores;
7. Suporte técnico para realização das Sessões Plenárias virtuais e posteriormente em formato híbrido, com transmissão pelo Zoom para participantes fora de Brasília;
8. Análise de Portais da Transparência em todo o Sistema Cofecon/Corecons;
9. Atendimento via e-mail, telefone e WhatsApp aos sistemas de carteiras profissionais, cadastro de peritos (CNPEF), entre outros;
10. Configurações e melhorias na plataforma no Moodle;
11. Confecção de certificados para os participantes das oficinas/cursos gratuitos no formato EAD pela plataforma Moodle;

12. Confeção de certificados para os palestrantes que ministraram as oficinas/cursos gratuitos no formato EAD pela plataforma Moodle;
13. Criação de ambiente virtual para inscrições do Concurso de Resenhas do Prêmio Brasil de Economia;
14. Confeção de formulários de enquete, como: Honraria Destaque Econômico do ano, Personalidade Econômica do Ano, Pesquisa Mulher Economista, Honraria Prêmio Mulher Economista, Honraria Prêmio Mulher Transformadora;
15. Adaptações no sistema para realização do Desafio Quero Ser Economista, conforme novas regras do jogo;
16. Adesão de um sistema on-line para a etapa Regional da Gincana Nacional de Economia;
17. Suporte aos colaboradores do Cofecon para realização de acesso remoto aos computadores durante regime de home office imposto pela pandemia de Covid-19;
18. Adesão de um plano de hospedagem na Hosgator para melhor alocação dos serviços e atendimento ao sistema Cofecon/Corecons, economistas e público em geral;
19. Disseminação de boas práticas no uso de recursos de TI;
20. Aquisição de itens de informática, como SSD (Solid State Drive), para melhor desempenho de máquinas no parque tecnológico, além de webcams e microfones para participação do corpo funcional e membros do plenário em eventos virtuais;
21. Criação de site e ambiente virtual para realização do Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons;
22. Suportes diversos à infraestrutura de rede, à central telefônica e às estações de trabalho dos colaboradores do Cofecon;
23. Planejamento para aquisição de um software automatizado para backups de arquivos e sistemas (em andamento);
24. Planejamento para aquisição de um software automatizado com intuito de checar as vulnerabilidades dos sítios eletrônicos e sistemas (em andamento).

4.8. Gestão dos Custos

A receita do Conselho Federal de Economia consiste, em sua quase totalidade, no percentual de 20% das anuidades pagas pelos economistas registrados junto ao respectivo Conselho Regional de Economia, conforme previsto na Lei nº 1.411/1951.

No exercício de 2021 não houve a gestão dos recursos através de centros de custos, porém todas as despesas foram realizadas em estrita observância dos objetivos estratégicos da Autarquia.

Quadro nº 9: Gestão de Custos

Discriminação	Somatório por Grupo	Percentual da Despesa
Despesas com Pessoal e Encargos	3.078.191,11	55%
Benefícios a Pessoal	10.348,10	0,2%
Material de Consumo	40.004,41	0,7%
Serviços de Pessoas Físicas	190.418,38	3,4%
Outros Serviços e Encargos	2.091.751,94	38%
Despesas Exercícios Anteriores		
Transferências Correntes	147.921,16	2,7%
Despesas de Capital	5.859,76	0,1%
Total	5.564.494,86	100%

* valores da despesa de 2021

4.9. Sustentabilidade Ambiental

No ano de 2021, com a ocorrência do trabalho remoto, a Autarquia adquiriu a cultura de reduzir consideravelmente o quantitativo de materiais impressos, sendo priorizada a tramitação eletrônica / digitalizada de documentos.

Também foram adotadas ações internas para o reaproveitamento de papéis e resíduos de informática como cabos, pilhas, baterias e afins, por meio de parcerias com cooperativas do Distrito Federal.

CAPÍTULO 5 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

5.1. Declaração dos titulares da Secretaria-Executiva responsável pelo planejamento, pelo orçamento e pela administração



DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações estão alinhadas com a estrutura conceitual exigida pela Decisão Normativa IN 84/2020 e foram distribuídas de forma a deixar o relatório conciso, claro e objetivo, assegurando sua integridade e credibilidade. Apesar de nem todos os itens previstos na respectiva DN serem aplicáveis a realidade e estrutura administrativa do Conselho Federal de Economia, o relatório foi construído de forma atender aos princípios da publicidade e transparência, facilitando a leitura tanto pelos órgãos de controle, quanto pelos demais entes da sociedade.

Brasília, 31 de março de 2021.


Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
Presidente de Cofecon


Aline Tales Ferreira
Superintendente em exercício

5.2. Fatos contábeis e financeiros relevantes

Notas explicativas da Prestação de Contas do exercício de 2021

Informações e avaliações sobre os fatos contábeis e financeiros mais relevantes e impactantes nos resultados e de forma estão expressas nos demonstrativos contábeis e nas principais contas:

Comportamento das receitas no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020

Exercício	2020	2021
Receita Prevista	7.100.000,00	6.000.000,00
Arrecadação	5.711.878,59	6.116.290,12
Saldo orçamentário	1.388.121,41	(116.920,12)

Comportamento das despesas no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020

Exercício	2020	2021
Despesa Prevista	7.100.000,00	6.000.000,00
Realizada	4.957.658,31	5.564.494,86
Saldo orçamentário	2.142.341,69	435.505,14

Dos exames procedidos nas contas que integram o Balanço da Entidade destacamos as seguintes:

Receitas: Comportamento das receitas no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020.

No exercício de 2021 o total das receitas realizadas foi de R\$ 6.116.290,12

Já em 2020 foi no valor de R\$ 5.711.878,59, com um acréscimo nominal de R\$ 404.411,53, correspondente ao percentual de 7,1%.

Despesas: Comportamento das despesas no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020.

No exercício de 2021 o total das despesas realizadas foi de R\$ 5.564.494,86.

Já em 2020 foi no valor de R\$ 4.957.658,31, com um acréscimo nominal de R\$ 606.836,55, correspondente ao percentual de 12,2% em relação ao exercício de 2020.

Resultado Orçamentário do Exercício de 2021:

No exercício de 2021 o total das receitas foi de R\$ 6.116.290,12 e o total das despesas foi de R\$ 5.564.494,86 ocorrendo um superávit orçamentário de R\$ 551.795,26.

Saldo Financeiro do Exercício de 2021:

No exercício de 2021 o saldo financeiro foi de R\$ 2.652.365,45.

Quadro nº 10: Variação Receitas e Despesas do Cofecon

MÊS	2019	2020	Variação	2021	Variação	2019	2020	Variação	2021	Variação
JANEIRO	1.015.302,46	1.073.081,56	5,69%	850.018,25	-20,79%	327.566,19	503.920,11	53,84%	362.037,05	-28,16%
FEVEREIRO	1.580.210,87	1.344.368,18	-14,92%	1.394.831,96	3,75%	727.626,57	459.147,32	-36,90%	355.358,65	-22,60%
ACUMULADO JAN - FEV	2.595.513,33	2.417.449,74	-6,86%	2.244.850,21	-7,14%	1.055.192,76	963.067,43	-8,73%	717.395,70	-25,51%
MARÇO	662.556,42	650.050,12	-1,89%	725.570,71	11,62%	536.778,06	481.215,02	-10,35%	379.078,94	-21,22%
ACUMULADO JAN - MAR	3.258.069,75	3.067.499,86	-5,85%	2.970.420,92	-3,16%	1.591.970,82	1.444.282,45	-9,28%	1.096.474,64	-24,08%
ABRIL	755.256,67	528.015,82	-30,09%	645.712,65	22,29%	555.906,92	404.849,27	-27,17%	362.722,30	-10,41%
ACUMULADO JAN - ABR	4.013.326,42	3.595.515,68	-10,41%	3.616.133,57	0,57%	2.147.877,74	1.849.131,72	-13,91%	1.459.196,94	-21,09%
MAIO	318.436,94	158.204,48	-50,32%	321.705,68	103,35%	558.861,15	342.770,19	-38,67%	390.921,79	14,05%
ACUMULADO JAN - MAI	4.331.763,36	3.753.720,16	-13,34%	3.937.839,25	4,90%	2.706.738,89	2.191.901,91	-19,02%	1.850.118,73	-15,59%
JUNHO	336.281,40	165.945,80	-50,65%	314.666,18	89,62%	459.286,02	330.174,94	-28,11%	383.354,85	16,11%
ACUMULADO JAN - JUN	4.668.044,76	3.919.665,96	-16,03%	4.252.505,43	8,49%	3.166.024,91	2.522.076,85	-20,34%	2.233.473,58	-11,44%
JULHO	310.430,95	259.014,22	-16,56%	321.705,80	24,20%	470.404,70	331.137,01	-29,61%	516.362,10	55,94%
ACUMULADO JAN - JUL	4.978.475,71	4.178.680,18	-16,07%	4.574.211,23	9,47%	3.636.429,61	2.853.213,86	-21,54%	2.749.835,68	-3,62%
AGOSTO	248.409,95	220.506,90	-11,23%	275.422,72	24,90%	540.769,86	360.908,55	-33,26%	378.813,94	4,96%
ACUMULADO JAN - AGO	5.226.885,66	4.399.187,08	-15,84%	4.849.633,95	10,24%	4.177.199,47	3.214.122,41	-23,06%	3.128.649,62	-2,66%
SETEMBRO	383.680,23	341.263,49	-11,06%	267.583,23	-21,59%	432.612,07	357.947,67	-17,26%	516.990,14	44,43%
ACUMULADO JAN - SET	5.610.565,89	4.740.450,57	-15,51%	5.117.217,18	7,95%	4.609.811,54	3.572.070,08	-22,51%	3.645.639,76	2,06%
OUTUBRO	258.236,36	256.037,45	-0,85%	357.926,01	39,79%	708.287,73	397.638,49	-43,86%	395.213,83	-0,61%
ACUMULADO JAN - OUT	5.868.802,25	4.996.488,02	-14,86%	5.475.143,19	9,58%	5.318.099,27	3.969.708,57	-25,35%	4.040.853,59	1,79%
NOVEMBRO	228.434,93	232.182,53	1,64%	273.759,27	17,91%	537.452,05	368.687,42	-31,40%	666.347,29	80,74%
ACUMULADO JAN - NOV	6.097.237,18	5.228.670,55	-14,25%	5.748.902,46	9,95%	5.855.551,32	4.338.395,99	-25,91%	4.707.200,88	8,50%
DEZEMBRO	334.358,57	483.205,95	44,52%	367.387,66	-23,97%	714.618,08	628.454,75	-12,06%	857.293,98	36,41%
ACUMULADO JAN - DEZ	6.431.595,75	5.711.876,50	-11,19%	6.116.290,12	7,08%	6.570.169,40	4.966.850,74	-24,40%	5.564.494,86	12,03%

5.3. Balanço Orçamentário



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800

Balanço Orçamentário

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	5.440.000,00	5.440.000,00	6.116.290,12	-676.290,12
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.300.000,00	5.300.000,00	5.512.989,08	-212.989,08
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	70.000,00	45.000,00	25.000,00
6.2.1.3	FINANCEIRAS	70.000,00	70.000,00	123.548,70	-53.548,70
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	434.752,34	-434.752,34
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	560.000,00	560.000,00	0,00	560.000,00
6.2.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	560.000,00	560.000,00	0,00	560.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS:	6.000.000,00	6.000.000,00	6.116.290,12	-116.290,12

TOTAL GERAL:

6.116.290,12

Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidada	Crédito Disponível
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	5.940.000,00	5.940.000,00	5.558.635,10	5.558.635,10	381.364,90
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.975.000,00	3.258.500,00	3.077.809,53	3.078.191,11	180.690,47
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	25.000,00	20.000,00	10.348,10	10.348,10	9.651,90
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.680.000,00	2.479.000,00	2.322.556,31	2.322.174,73	156.443,69
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	260.000,00	182.500,00	147.921,16	147.921,16	34.578,84
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	60.000,00	60.000,00	5.859,76	5.859,76	54.140,24
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	60.000,00	60.000,00	5.859,76	5.859,76	54.140,24
	TOTAL DAS DESPESAS:	6.000.000,00	6.000.000,00	5.564.494,86	5.564.494,86	435.505,14
	SUPERÁVIT			551.795,26		
	TOTAL GERAL:			6.116.290,12		

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

Pedro Gomes da Silva
CPF: 001.137.005-04
CRC: BA 4320
(Contador)



1/1

Siscac

5.4. Balanço Patrimonial



Conselho Federal de Economia
 CNPJ: 33.758.053/0001-25
 SCS Q2 BI b Sala 1201 a 1211
 Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800



Balanço Patrimonial

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Número Conta	Descrição	Valor Atual
1	ATIVO	4.473.800,45
1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.703.898,37
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.652.365,45
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.652.365,45
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	51.532,92
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	10.785,11
1.1.3.5	DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	37.747,81
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	3.000,00
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.769.902,08
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.769.902,08
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.769.902,08
2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.473.800,45
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	174.252,01
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR	35.315,30
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	35.315,30
2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	138.936,71
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	138.936,71
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.299.548,44
2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.299.548,44
2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.299.548,44

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual
ATIVO FINANCEIRO	2.703.898,37	PASSIVO FINANCEIRO	174.252,01
ATIVO PERMANENTE	1.769.902,08	PASSIVO PERMANENTE	0,00
SALDO PATRIMONIAL			4.299.548,44

Compensações

Saldo dos Atos Potenciais Ativos

Saldo dos Atos Potenciais Passivos

Especificação	Valor Atual	Especificação	Valor Atual

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Valor Atual
Superávit Financeiro	2.529.646,36

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
 CPF: 879.270.718-15
 (Presidente)

Pedro Gomes da Silva
 CPE: 001.137.005-04
 CRC: BA 4320
 (Contador)

5.5. Balanço Financeiro



Conselho Federal de Economia
 CNPJ: 33.758.053/0001-25
 SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
 Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800

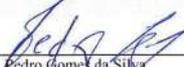
Balanço Financeiro

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Ingressos Títulos	Valor	Dispêndios Títulos	Valor
RECEITA ORÇAMENTARIA	6.116.290,12	DESPEZA ORÇAMENTARIA	5.564.494,86
RECEITAS CORRENTES REALIZADA	6.116.290,12	DESPEAS CORRENTES LIQUIDADAS	5.558.635,10
RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	DESPEAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	5.859,76
RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA	6.628.310,78	DESPEZA EXTRA-ORÇAMENTARIA	6.475.754,35
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	342.563,56	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	306.314,91
OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	0,00	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	3.000,00
PESSOAL A PAGAR	2.438.655,66	PESSOAL A PAGAR	2.438.655,66
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	651.637,72	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	616.322,42
OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.195.453,84	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	3.111.461,36
DISPONÍVEL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.948.013,76	DISPONÍVEL PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	2.652.365,45
TOTAL GERAL	14.692.614,66	TOTAL GERAL	14.692.614,66


 Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
 CPF: 879.270.718-15
 (Presidente)


 Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.005-04
 CRC: BA 4320
 (Contador)



5.6. Balanço Patrimonial Comparado 2020/2021

CNPJ: 33.58.053/0001-25		Brasília - DF		Telefone: (61) 3208-1800			
Balanço Patrimonial Comparado				Período: 01/01/2021 até 31/12/2021			
Ano do Exercício: 2021							
Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
1	ATIVO	4.473.800,45	3.796.837,65	2	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.473.800,45	3.796.837,65
1.1	ATIVO CIRCULANTE	2.703.898,37	2.032.795,33	2.1	PASSIVO CIRCULANTE	174.252,01	54.944,23
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.652.365,45	1.948.013,76	2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIARIAS A PAGAR	35.315,30	0,00
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.652.365,45	1.948.013,76	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	0,00	0,00
1.1.1.1.02	FUNDO FIXO DE CAIXA	0,00	0,00	2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	35.315,30	0,00
1.1.1.1.03	BANCOS CONTA MOVIMENTO	13.605,75	17.436,95	2.1.1.2.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	35.315,30	0,00
1.1.1.1.04	BANCOS CONTA ARRECADAÇÃO	5.254,08	70.412,14	2.1.2	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	138.936,71	54.944,23
1.1.1.1.05	DISPONÍVEL VINCULADO EM CC BANCÁRIA	2.633.505,62	1.860.164,67	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	138.936,71	54.944,23
1.1.1.1.06	DISPONÍVEL VINCULADO EM CC BANCÁRIA	0,00	0,00	2.1.2.1.01	OBRIGAÇÕES FISCAIS DE CURTO PRAZO	350,90	0,00
1.1.1.1.07	RESPONSÁVEL POR SEPRIMENTO	0,00	0,00	2.1.2.1.02	DEPÓSITOS CONSIGNÁVEIS	58.336,28	54.944,23
1.1.2	CRÉDITOS DE CURTO PRAZO	0,00	0,00	2.1.2.1.03	FORNECEDORES/PRESTADORES DE SERVIÇOS	80.249,53	0,00
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO	51.532,92	84.781,57	2.1.3.01	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	0,00	0,00
1.1.3.1	ADANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	10.785,11	47.033,76	2.1.3.3	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.1.01	ADANTAMENTOS A PESSOAL	10.785,11	47.033,76	2.1.3.3.01	VALORES EM TRÂNSITO	0,00	0,00
1.1.3.3	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	37.747,81	37.747,81	2.1.5.1	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.3.5.01	DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	37.747,81	37.747,81	2.1.5.1.01	EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	0,00	0,00
1.1.3.6	OUTROS CRÉDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	3.000,00	0,00	2.1.5.2	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
1.1.3.6.01	ENTIDADES PÚBLICAS DEVEDORAS	3.000,00	0,00	2.1.5.2.01	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
1.2	ATIVO NÃO-CIRCULANTE	1.769.902,08	1.764.042,32	2.2	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
1.2.2	INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	1.769.902,08	1.764.042,32				
1.2.2.2	IMOBILIZADO	1.769.902,08	1.764.042,32				
1.2.2.2.01	BENS MÓVEIS	740.517,99	734.658,23				
1.2.2.2.02	BENS IMÓVEIS	1.029.384,09	1.029.384,09				
				2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.299.548,44	3.741.893,42
				2.3.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.299.548,44	3.741.893,42
				2.3.1.1	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.299.548,44	3.741.893,42
				2.3.1.1.01	PATRIMÔNIO SOCIAL	4.299.548,44	3.741.893,42
				2.3.1.1.01.01	RESULTADOS ACUMULADOS	4.299.548,44	3.741.893,42
				2.3.1.1.01.01.001	DO EXERCÍCIO	557.655,02	711.612,91
				2.3.1.1.01.01.002	DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.741.893,42	3.030.280,51
ATIVOS FINANCEIRO	2.703.898,37	2.032.795,33	PASSIVO FINANCEIRO	174.252,01	54.944,23		
ATIVO PERMANENTE	1.769.902,08	1.764.042,32	PASSIVO PERMANENTE	0,00	0,00		
SALDO PATRIMONIAL				4.299.548,44	3.741.893,42		
Compensações							
Saldo dos Atos Potenciais Ativos				Saldo dos Atos Potenciais Passivos			
Especificação	Valor Atual	Valor Anterior	Especificação	Valor Atual	Valor Anterior		
CONTROLES CREDORES	0,00	0,00	CONTROLES CREDORES	0,00	0,00		
EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	0,00	EXCLUSÃO DOS ATOS POTENCIAIS	0,00	0,00		
2.3							Siscac
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00		
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A EXECUTAR	0,00	0,00		
EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONVENIADAS A EXECUTAR	0,00	0,00		
DIREITOS CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	0,00	0,00		
DIREITOS EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES EM COMODATOS A EXECUTAR	0,00	0,00		
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00	OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS A EXECUTAR	0,00	0,00		
ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00		
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS EXECUTADOS	0,00	0,00		
DIREITOS CONVENIADOS EXECUTADOS	0,00	0,00					
DIREITOS CONTRATUAIS EXECUTADOS	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS EXECUTADAS	0,00	0,00		
OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS EXECUTADOS	0,00	0,00					
Quadro do Superávit/Déficit Financeiro							
			Valor Atual	Valor Anterior			
Superávit Financeiro			2.529.646,36	1.977.851,10			
							
Econ. Antonio Correia de Lacerda CPF: 879.270.718-15 (Presidente)		Pedro Gomes de Silva CPF: 001.137.805-04 CRC: BA 4320 (Controlador)					
3/3				Siscac			

5,7 Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2021



Conselho Federal de Economia
 CNPJ: 33.758.053/0001-25
 SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
 Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800



Comparativo da Receita Prevista/Arrecadada

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	5.440.000,00	6.116.290,12	6.116.290,12	-676.290,12
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.300.000,00	5.512.989,08	5.512.989,08	-212.989,08
6.2.1.1.02	COTA PARTE	5.300.000,00	5.512.989,08	5.512.989,08	-212.989,08
6.2.1.1.02.01	COTA PARTE	5.300.000,00	5.512.989,08	5.512.989,08	-212.989,08
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.300.000,00	1.066.514,46	1.066.514,46	233.485,54
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	1.500.000,00	1.695.670,22	1.695.670,22	-195.670,22
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	100.000,00	74.420,35	74.420,35	25.579,65
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	300.000,00	302.417,35	302.417,35	-2.417,35
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	200.000,00	161.602,26	161.602,26	38.397,74
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	240.000,00	301.116,33	301.116,33	-61.116,33
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	120.000,00	131.070,56	131.070,56	-11.070,56
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	90.000,00	110.664,22	110.664,22	-20.664,22
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA	130.000,00	144.266,59	144.266,59	-14.266,59
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	300.000,00	362.737,33	362.737,33	-62.737,33
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	210.000,00	256.305,40	256.305,40	-46.305,40
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	40.000,00	35.342,53	35.342,53	4.657,47
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	100.000,00	127.699,36	127.699,36	-27.699,36
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	110.000,00	123.980,62	123.980,62	-13.980,62
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	55.000,00	56.013,36	56.013,36	-1.013,36
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	45.000,00	41.772,38	41.772,38	3.227,62
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	60.000,00	77.165,18	77.165,18	-17.165,18
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	90.000,00	111.320,51	111.320,51	-21.320,51
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	60.000,00	89.172,94	89.172,94	-29.172,94
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	60.000,00	47.031,51	47.031,51	12.968,49
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	45.000,00	36.351,34	36.351,34	8.648,66
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	40.000,00	47.611,92	47.611,92	-7.611,92
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	20.000,00	19.787,98	19.787,98	212,02
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	30.000,00	33.567,99	33.567,99	-3.567,99
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	30.000,00	38.934,55	38.934,55	-8.934,55
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	15.000,00	18.151,84	18.151,84	-3.151,84
6.2.1.1.02.01.099	Corecon,s Cobrança	10.000,00	2.300,00	2.300,00	7.700,00
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	45.000,00	45.000,00	25.000,00
6.2.1.2.01	RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00	45.000,00	45.000,00	25.000,00
6.2.1.2.01.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	70.000,00	45.000,00	45.000,00	25.000,00
6.2.1.2.01.01.001	ALUGUÉIS	70.000,00	45.000,00	45.000,00	25.000,00
6.2.1.3	FINANCEIRAS	70.000,00	123.548,70	123.548,70	-53.548,70

1/2

Siscac

6.2.1.3.05	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	70.000,00	123.548,70	123.548,70	-53.548,70
6.2.1.3.05.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	70.000,00	123.548,70	123.548,70	-53.548,70
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	60.000,00	123.292,57	123.292,57	-63.292,57
6.2.1.3.05.01.003	POUPANÇA	10.000,00	256,13	256,13	9.743,87
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.1.9.09	RECEITAS DIVERSAS	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.1.9.09.01	RECEITAS DIVERSAS	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas Diversas	0,00	434.752,34	434.752,34	-434.752,34
6.2.2	RECEITAS DE CAPITAL PREVISTAS	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
6.2.2.9	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
6.2.2.9.01	RECEITAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
6.2.2.9.01.01	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
6.2.2.9.01.01.001	SUPERÁVIT FINANCEIRO DO BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
	TOTAL:	6.000.000,00	6.116.290,12	6.116.290,12	-116.290,12

Antonio Corrêa de Lacerda

Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

Pedro Gomes da Silva

Pedro Gomes da Silva
CPF: 001.137.005-04
CRC: BA 4320
(Contador)



5.8. Comparativo da Receita Orçada com Arrecadada 2020



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800

Comparativo da Receita Prevista/Arrecadada

Ano do Exercício: 2020

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Número Conta	Descrição	Prevista	Arrecadada no Período	Arrecadada no Exercício	Varição
6.2.1	RECEITAS CORRENTES PREVISTAS	7.100.000,00	5.711.878,59	5.711.878,59	1.388.121,41
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.980.000,00	5.101.026,15	5.101.026,15	878.973,85
6.2.1.1.02	COTA PARTE	5.980.000,00	5.101.026,15	5.101.026,15	878.973,85
6.2.1.1.02.01	COTA PARTE	5.980.000,00	5.101.026,15	5.101.026,15	878.973,85
6.2.1.1.02.01.001	Corecon - 1ª Região - RJ	1.500.000,00	792.527,10	792.527,10	707.472,90
6.2.1.1.02.01.002	Corecon - 2ª Região - SP	1.950.000,00	1.634.538,99	1.634.538,99	315.461,01
6.2.1.1.02.01.003	Corecon 3ª Região - PE	100.000,00	80.299,60	80.299,60	19.700,40
6.2.1.1.02.01.004	Corecon 4ª Região - RS	310.000,00	303.333,41	303.333,41	6.666,59
6.2.1.1.02.01.005	Corecon 5ª Região - BA	200.000,00	174.022,49	174.022,49	25.977,51
6.2.1.1.02.01.006	Corecon 6ª Região - PR	270.000,00	315.572,94	315.572,94	-45.572,94
6.2.1.1.02.01.007	Corecon 7ª Região - SC	98.000,00	127.174,55	127.174,55	-29.174,55
6.2.1.1.02.01.008	Corecon 8ª Região - CE	70.000,00	92.044,81	92.044,81	-22.044,81
6.2.1.1.02.01.009	Corecon 9ª Região - PA	130.000,00	130.240,96	130.240,96	-240,96
6.2.1.1.02.01.010	Corecon 10ª Região - MG	360.000,00	361.627,05	361.627,05	-1.627,05
6.2.1.1.02.01.011	Corecon 11ª Região - DF	220.000,00	243.352,91	243.352,91	-23.352,91
6.2.1.1.02.01.012	Corecon 12ª Região - AL	40.000,00	30.377,96	30.377,96	9.622,04
6.2.1.1.02.01.013	Corecon 13ª Região - AM	125.000,00	140.768,14	140.768,14	-15.768,14
6.2.1.1.02.01.014	Corecon 14ª Região - MT	40.000,00	140.207,09	140.207,09	-100.207,09
6.2.1.1.02.01.015	Corecon 15ª Região - MA	55.000,00	41.062,41	41.062,41	13.937,59
6.2.1.1.02.01.016	Corecon 16ª Região - SE	45.000,00	42.981,81	42.981,81	2.018,19
6.2.1.1.02.01.017	Corecon 17ª Região - ES	60.000,00	68.090,56	68.090,56	-8.090,56
6.2.1.1.02.01.018	Corecon 18ª Região - GO	100.000,00	102.343,22	102.343,22	-2.343,22
6.2.1.1.02.01.019	Corecon 19ª Região - RN	60.000,00	43.343,94	43.343,94	16.656,06
6.2.1.1.02.01.020	Corecon 20ª Região - MS	65.000,00	38.815,66	38.815,66	26.184,34
6.2.1.1.02.01.021	Corecon 21ª Região - PB	45.000,00	40.776,94	40.776,94	4.223,06
6.2.1.1.02.01.022	Corecon 22ª Região - PI	45.000,00	52.681,28	52.681,28	-7.681,28
6.2.1.1.02.01.023	Corecon 23ª Região - AC	21.000,00	18.689,09	18.689,09	2.310,91
6.2.1.1.02.01.024	Corecon 24ª Região - RO	25.000,00	33.178,30	33.178,30	-8.178,30
6.2.1.1.02.01.025	Corecon 25ª Região - TO	25.000,00	30.014,29	30.014,29	-5.014,29
6.2.1.1.02.01.027	Corecon 27ª Região - RR	15.000,00	15.360,65	15.360,65	-360,65
6.2.1.1.02.01.099	Corecon.s Cobrança	6.000,00	7.600,00	7.600,00	-1.600,00
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.2.01	RECEITA PATRIMONIAL	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.2.01.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.2.01.01.001	ALUGUÉIS	70.000,00	0,00	0,00	70.000,00
6.2.1.3	FINANCEIRAS	220.000,00	53.824,80	53.824,80	166.175,20

1/2

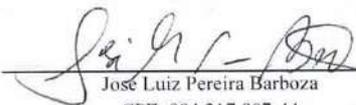
Siscac

6.2.1.3.05	REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	220.000,00	53.824,80	53.824,80	166.175,20
6.2.1.3.05.01	RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO	220.000,00	53.824,80	53.824,80	166.175,20
6.2.1.3.05.01.002	TÍTULOS DE RENDA FIXA	210.000,00	53.533,84	53.533,84	156.466,16
6.2.1.3.05.01.003	POUPANÇA	10.000,00	290,96	290,96	9.709,04
6.2.1.5	TRANSFERENCIAS CORRENTES	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
6.2.1.5.02	TRANSFERÊNCIAS	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
6.2.1.5.02.01	TRANSFERÊNCIAS	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
6.2.1.5.02.01.001	Eleições Eletrônica Transf. dos CORECONS	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	630.000,00	557.027,64	557.027,64	72.972,36
6.2.1.9.09	RECEITAS DIVERSAS	630.000,00	557.027,64	557.027,64	72.972,36
6.2.1.9.09.01	RECEITAS DIVERSAS	630.000,00	557.027,64	557.027,64	72.972,36
6.2.1.9.09.01.001	Saldo Exerc. Anteriores	250.000,00	0,00	0,00	250.000,00
6.2.1.9.09.01.002	Outras Receitas Diversas	320.000,00	557.027,64	557.027,64	-237.027,64
6.2.1.9.09.01.003	Receita de Curso de Perícia nos Regionais	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
	TOTAL:	7.100.000,00	5.711.878,59	5.711.878,59	1.388.121,41



Antonio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

CPF:
(Tesoreroiro)



José Luiz Pereira Barboza
CPF: 994.217.807-44
CRC: RJ 071228/O-4 T-DF
(Contador)

5.9. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2021



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800



Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Varição
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	5.940.000,00	5.558.635,10	5.558.635,10	381.364,90
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.258.500,00	3.078.191,11	3.078.191,11	180.308,89
6.3.1.1.01	PESSOAL E ENCARGOS	3.258.500,00	3.078.191,11	3.078.191,11	180.308,89
6.3.1.1.01.01	REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.344.929,80	2.190.674,71	2.190.674,71	154.255,09
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIOS	1.371.342,54	1.319.367,56	1.319.367,56	51.974,98
6.3.1.1.01.01.002	GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	138.279,29	138.279,29	138.279,29	0,00
6.3.1.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	380.507,36	380.507,34	380.507,34	0,02
6.3.1.1.01.01.004	GRATIFICAÇÃO DE NATAL - 13º SALÁRIO	199.000,00	184.148,51	184.148,51	14.851,49
6.3.1.1.01.01.005	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	165.000,00	115.854,22	115.854,22	49.145,78
6.3.1.1.01.01.006	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	78.800,61	52.517,79	52.517,79	26.282,82
6.3.1.1.01.01.010	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	12.000,00	0,00	0,00	12.000,00
6.3.1.1.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	670.000,00	651.637,72	651.637,72	18.362,28
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE	465.000,00	463.930,13	463.930,13	1.069,87
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	180.000,00	165.377,09	165.377,09	14.622,91
6.3.1.1.01.02.003	PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	25.000,00	22.330,50	22.330,50	2.669,50
6.3.1.1.01.03	BENEFÍCIOS A PESSOAL	243.570,20	235.878,68	235.878,68	7.691,52
6.3.1.1.01.03.001	VALE TRANSPORTE	33.570,20	33.570,20	33.570,20	0,00
6.3.1.1.01.03.002	VALE REFEIÇÃO	210.000,00	202.308,48	202.308,48	7.691,52
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	10.348,10	10.348,10	9.651,90
6.3.1.2.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	10.348,10	10.348,10	9.651,90
6.3.1.2.01.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	20.000,00	10.348,10	10.348,10	9.651,90
6.3.1.2.01.01.002	AUXÍLIO CRECHE	15.000,00	10.348,10	10.348,10	4.651,90
6.3.1.2.01.01.009	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.479.000,00	2.322.174,73	2.322.174,73	156.825,27
6.3.1.3.01	MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00	40.004,41	40.004,41	24.995,59
6.3.1.3.01.01	MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00	40.004,41	40.004,41	24.995,59
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS DE EXPEDIENTE, COPA E COZINHA	28.000,00	23.774,22	23.774,22	4.225,78
6.3.1.3.01.01.003	MATERIAL ACESSÓRIO P/MAQ. APAR. E MÓVEIS	5.000,00	542,00	542,00	4.458,00
6.3.1.3.01.01.007	MATERIAL PARA HOMENAGENS, DOAÇÕES E BRINDES	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
6.3.1.3.01.01.009	MATERIAL DE INFORMÁTICA	13.000,00	8.768,19	8.768,19	4.231,81
6.3.1.3.01.01.014	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.000,00	1.395,00	1.395,00	605,00
6.3.1.3.01.01.016	MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00

1/3

Siscac

6.3.1.3.01.01.024	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	10.000,00	5.525,00	5.525,00	4.475,00
6.3.1.3.01.01.099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
6.3.1.3.03	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	201.000,00	190.418,38	190.418,38	10.581,62
6.3.1.3.03.01	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	75.000,00	66.457,03	66.457,03	8.542,97
6.3.1.3.03.01.001	REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS	15.000,00	13.181,17	13.181,17	1.818,83
6.3.1.3.03.01.003	LOCAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.000,00	950,60	950,60	49,40
6.3.1.3.03.01.004	BOLSA/ESTÁGIO	59.000,00	52.325,26	52.325,26	6.674,74
6.3.1.3.03.03	DIÁRIAS	126.000,00	123.961,35	123.961,35	2.038,65
6.3.1.3.03.03.001	CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTE CONVOCADOS	118.000,00	117.885,35	117.885,35	114,65
6.3.1.3.03.03.002	FUNCIONÁRIOS	8.000,00	6.076,00	6.076,00	1.924,00
6.3.1.3.04	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.213.000,00	2.091.751,94	2.091.751,94	121.248,06
6.3.1.3.04.01	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.213.000,00	2.091.751,94	2.091.751,94	121.248,06
6.3.1.3.04.01.001	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ENCOMENDAS E CARGAS	10.000,00	134,11	134,11	9.865,89
6.3.1.3.04.01.002	PASSAGENS AÉREAS	105.000,00	102.897,40	102.897,40	2.102,60
6.3.1.3.04.01.003	PASSAGENS TERRESTRES (TÁXI, ONIBUS)	500,00	432,63	432,63	67,37
6.3.1.3.04.01.004	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E TÉCNICOS	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
6.3.1.3.04.01.005	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	35.000,00	30.917,59	30.917,59	4.082,41
6.3.1.3.04.01.006	CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	45.000,00	39.282,52	39.282,52	5.717,48
6.3.1.3.04.01.007	IMPRESSÃO DE CARTEIRA PROFISSIONAL E OUTROS	90.000,00	85.947,35	85.947,35	4.052,65
6.3.1.3.04.01.008	PUBLICAÇÃO (IMPRESA NACIONAL)	70.000,00	68.110,15	68.110,15	1.889,85
6.3.1.3.04.01.009	SERVIÇOS GRÁFICOS	5.500,00	5.250,00	5.250,00	250,00
6.3.1.3.04.01.010	PUBLICIDADE E MARKETING	30.000,00	18.895,82	18.895,82	11.104,18
6.3.1.3.04.01.011	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	316.000,00	315.782,43	315.782,43	217,57
6.3.1.3.04.01.014	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - INTERNET, TELEFONE FIXO E MÓVEL	75.000,00	72.332,77	72.332,77	2.667,23
6.3.1.3.04.01.015	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - CORREIOS	30.000,00	22.945,31	22.945,31	7.054,69
6.3.1.3.04.01.016	DESPESAS C/CONDOMÍNIO - TX ORDINÁRIA E FUNDO DE RESERVA	42.000,00	41.327,04	41.327,04	672,96
6.3.1.3.04.01.017	SEGUROS EM GERAL	5.000,00	1.277,17	1.277,17	3.722,83
6.3.1.3.04.01.019	SERVIÇOS DE COBRANÇA BANCÁRIA	10.000,00	2.750,32	2.750,32	7.249,68
6.3.1.3.04.01.021	TARIFA DOC/TED ELETRÔNICO	3.000,00	617,54	617,54	2.382,46
6.3.1.3.04.01.023	LICENÇA E PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	190.000,00	188.848,07	188.848,07	1.151,93
6.3.1.3.04.01.024	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	864.000,00	855.107,85	855.107,85	8.892,15
6.3.1.3.04.01.027	DESPESAS COM SESSÃO PLENÁRIA E EVENTOS	15.000,00	14.083,90	14.083,90	916,10

2/3

Siscac

6.3.1.3.04.01.028	REEMBOLSO E DESPESAS COM PLANO E SEGURO DE SAÚDE	7.000,00	1.622,17	1.622,17	5.377,83
6.3.1.3.04.01.029	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - PRIMA VIDA	10.000,00	7.651,50	7.651,50	2.348,50
6.3.1.3.04.01.030	AUDITORIA ELETRÔNICA	18.000,00	17.500,00	17.500,00	500,00
6.3.1.3.04.01.031	ELEIÇÕES VOTO ELETRÔNICO	105.000,00	104.915,50	104.915,50	184,50
6.3.1.3.04.01.032	CONSULTORIA, CURSOS E ASSEMBLHADOS	12.000,00	11.954,00	11.954,00	46,00
6.3.1.3.04.01.033	PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA	44.000,00	43.986,80	43.986,80	13,20
6.3.1.3.04.01.034	GINCANA	29.000,00	28.250,00	28.250,00	750,00
6.3.1.3.04.01.041	DESPESAS COM HOSPEDAGEM	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.3.1.3.04.01.045	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	16.000,00	0,00	0,00	16.000,00
6.3.1.3.04.01.099	OUTRAS DESPESAS	19.000,00	8.932,00	8.932,00	10.068,00
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.500,00	147.921,16	147.921,16	34.578,84
6.3.1.5.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	182.500,00	147.921,16	147.921,16	34.578,84
6.3.1.5.01.01	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	182.500,00	147.921,16	147.921,16	34.578,84
6.3.1.5.01.01.001	TRANSFERÊNCIAS PARA PRÊMIO DE MONOGRAFIA	15.000,00	12.000,00	12.000,00	3.000,00
6.3.1.5.01.01.002	TRANSFERÊNCIAS P/(SINCE e CONGRESSO)	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,00
6.3.1.5.01.01.003	TRANSFERÊNCIAS ENCONTROS REGIONAIS (ENE,s)	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00
6.3.1.5.01.01.007	TRANSFERÊNCIA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.1.5.01.01.008	TRANSFERÊNCIA P/REFORMA CORECON'S	18.000,00	16.696,16	16.696,16	1.303,84
6.3.1.5.01.01.009	TRANSFERÊNCIAS P/OUTROS EVENTOS	19.500,00	19.225,00	19.225,00	275,00
6.3.1.5.01.01.010	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTROS EVENTOS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	60.000,00	5.859,76	5.859,76	54.140,24
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	60.000,00	5.859,76	5.859,76	54.140,24
6.3.2.1.01	OBRAS, INSTALAÇÕES	60.000,00	5.859,76	5.859,76	54.140,24
6.3.2.1.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	60.000,00	5.859,76	5.859,76	54.140,24
6.3.2.1.01.03.001	MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.2.1.01.03.002	MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	25.000,00	5.859,76	5.859,76	19.140,24
6.3.2.1.01.03.003	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
	TOTAL:	6.000.000,00	5.564.494,86	5.564.494,86	435.505,14




 Econ. Antonio Corrêa de Lacerda
 CPF: 879.270.718-15
 (Presidente)


 Pedro Gomes da Silva
 CPF: 001.137.005-04
 CRC: BA 4320
 (Contador)

5.10. Comparativo da Despesa Autorizada com Realizada 2020



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 Bl b Sala 1201 a 1211
Brasília -DF

Telefone: (61) 3208-1800

Comparativo da Despesa Autorizada/Realizada

Ano do Exercício: 2020

Período: 01/01/2020 até 31/12/2020

Número Conta	Descrição	Autorizada	Realizada no Período	Realizada no Exercício	Variação
6.3.1	DESPESAS CORRENTES	7.030.000,00	4.957.658,31	4.957.658,31	2.072.341,69
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	3.460.000,00	2.882.296,86	2.882.296,86	577.703,14
6.3.1.1.01	PESSOAL E ENCARGOS	3.460.000,00	2.882.296,86	2.882.296,86	577.703,14
6.3.1.1.01.01	REMUNERAÇÃO PESSOAL	2.430.000,00	2.037.844,44	2.037.844,44	392.155,56
6.3.1.1.01.01.001	SALÁRIOS	1.520.000,00	1.488.275,88	1.488.275,88	31.724,12
6.3.1.1.01.01.002	GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO	220.000,00	164.418,60	164.418,60	55.581,40
6.3.1.1.01.01.003	GRATIFICAÇÃO POR EXERCÍCIO DE CARGOS	320.000,00	319.173,71	319.173,71	826,29
6.3.1.1.01.01.004	GRATIFICAÇÃO DE NATAL - 13º SALÁRIO	230.000,00	440,25	440,25	229.559,75
6.3.1.1.01.01.005	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	60.000,00	34.812,49	34.812,49	25.187,51
6.3.1.1.01.01.006	ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS	60.000,00	30.077,90	30.077,90	29.922,10
6.3.1.1.01.01.007	HORAS EXTRAS	20.000,00	645,61	645,61	19.354,39
6.3.1.1.01.02	ENCARGOS PATRONAIS	660.000,00	599.581,11	599.581,11	60.418,89
6.3.1.1.01.02.001	INSS ENTIDADE	423.000,00	421.325,71	421.325,71	1.674,29
6.3.1.1.01.02.002	FGTS	207.000,00	160.107,59	160.107,59	46.892,41
6.3.1.1.01.02.003	PIS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	30.000,00	18.147,81	18.147,81	11.852,19
6.3.1.1.01.03	BENEFÍCIOS A PESSOAL	370.000,00	244.871,31	244.871,31	125.128,69
6.3.1.1.01.03.001	VALE TRANSPORTE	50.000,00	19.268,00	19.268,00	30.732,00
6.3.1.1.01.03.002	VALE REFEIÇÃO	320.000,00	225.603,31	225.603,31	94.396,69
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	28.000,00	11.406,68	11.406,68	16.593,32
6.3.1.2.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	28.000,00	11.406,68	11.406,68	16.593,32
6.3.1.2.01.01	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	28.000,00	11.406,68	11.406,68	16.593,32
6.3.1.2.01.01.001	AUXÍLIO EDUCAÇÃO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.1.2.01.01.002	AUXÍLIO CRECHE	13.000,00	11.406,68	11.406,68	1.593,32
6.3.1.2.01.01.009	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	3.252.000,00	2.041.454,77	2.041.454,77	1.210.545,23
6.3.1.3.01	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	22.764,89	22.764,89	37.235,11
6.3.1.3.01.01	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00	22.764,89	22.764,89	37.235,11
6.3.1.3.01.01.001	MATERIAIS DE EXPEDIENTE, COPA E COZINHA	30.000,00	9.276,19	9.276,19	20.723,81
6.3.1.3.01.01.003	MATERIAL ACESSÓRIO P/MAQ. APAR. E MÓVEIS	2.000,00	0,00	0,00	2.000,00
6.3.1.3.01.01.007	MATERIAL PARA HOMENAGENS, DOAÇÕES E BRINDES	7.000,00	1.580,01	1.580,01	5.419,99
6.3.1.3.01.01.009	MATERIAL DE INFORMÁTICA	16.000,00	11.445,79	11.445,79	4.554,21
6.3.1.3.01.01.016	MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.000,00	462,90	462,90	1.537,10

1/3

Siscac

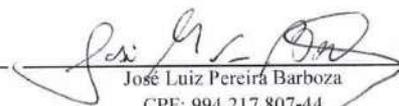
6.3.1.3.01.01.099	OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	3.000,00	0,00	0,00	3.000,00
6.3.1.3.03	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	450.000,00	156.888,04	156.888,04	293.111,96
6.3.1.3.03.01	SERVIÇOS DE PESSOAS FÍSICAS	60.000,00	33.645,34	33.645,34	26.354,66
6.3.1.3.03.01.004	BOLSA/ESTÁGIO	60.000,00	33.645,34	33.645,34	26.354,66
6.3.1.3.03.03	DIÁRIAS	390.000,00	123.242,70	123.242,70	266.757,30
6.3.1.3.03.03.001	CONSELHEIROS EFETIVOS E SUPLENTE CONVOCADOS	300.000,00	120.242,70	120.242,70	179.757,30
6.3.1.3.03.03.002	FUNCIONÁRIOS	30.000,00	3.000,00	3.000,00	27.000,00
6.3.1.3.03.03.003	PRESIDENTES E CONVIDADOS	60.000,00	0,00	0,00	60.000,00
6.3.1.3.04	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.742.000,00	1.861.801,84	1.861.801,84	880.198,16
6.3.1.3.04.01	OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS - PESSOAS JURÍDICAS	2.742.000,00	1.861.801,84	1.861.801,84	880.198,16
6.3.1.3.04.01.001	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ENCOMENDAS E CARGAS	10.000,00	445,02	445,02	9.554,98
6.3.1.3.04.01.002	PASSAGENS AÉREAS	463.600,00	177.561,26	177.561,26	286.038,74
6.3.1.3.04.01.003	PASSAGENS TERRESTRES (TÁXI, ONIBUS)	13.000,00	714,42	714,42	12.285,58
6.3.1.3.04.01.004	ASSINATURAS DE PERIÓDICOS E TÉCNICOS	7.000,00	4.425,32	4.425,32	2.574,68
6.3.1.3.04.01.005	FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	70.000,00	28.485,33	28.485,33	41.514,67
6.3.1.3.04.01.006	CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	70.000,00	46.368,47	46.368,47	23.631,53
6.3.1.3.04.01.007	IMPRESSÃO DE CARTEIRA PROFISSIONAL E OUTROS	82.000,00	71.376,35	71.376,35	10.623,65
6.3.1.3.04.01.008	PUBLICAÇÃO (IMPRESA NACIONAL)	70.000,00	55.907,52	55.907,52	14.092,48
6.3.1.3.04.01.009	SERVIÇOS GRÁFICOS	176.400,00	86.852,52	86.852,52	89.547,48
6.3.1.3.04.01.010	PUBLICIDADE E MARKETING	40.000,00	7.233,00	7.233,00	32.767,00
6.3.1.3.04.01.011	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.3.1.3.04.01.012	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - TELEFONE FIXO	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.1.3.04.01.013	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - TELEFONE MÓVEL	20.000,00	16.837,79	16.837,79	3.162,21
6.3.1.3.04.01.014	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - INTERNET, TELEFONE FIXO E MÓVEL	50.000,00	47.160,42	47.160,42	2.839,58
6.3.1.3.04.01.015	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO EM GERAL - CORREIOS	110.000,00	86.485,04	86.485,04	23.514,96
6.3.1.3.04.01.016	DESPESAS C/CONDOMÍNIO - TX ORDINÁRIA E FUNDO DE RESERVA	70.000,00	42.618,66	42.618,66	27.381,34
6.3.1.3.04.01.017	SEGUROS EM GERAL	5.000,00	1.277,17	1.277,17	3.722,83
6.3.1.3.04.01.018	TAXA DE LIMPEZA URBANA - TLP	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.1.3.04.01.019	SERVIÇOS DE COBRANÇA BANCÁRIA	10.000,00	2.643,38	2.643,38	7.356,62
6.3.1.3.04.01.021	TARIFA DOC/TED ELETRÔNICO	20.000,00	198,00	198,00	19.802,00
6.3.1.3.04.01.022	DESPESAS COM CURSOS DE PERÍCIA NOS CORECON's	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
6.3.1.3.04.01.023	LICENÇA E PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	40.000,00	24.875,87	24.875,87	15.124,13

6.3.1.3.04.01.024	MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE INFORMÁTICA	705.000,00	678.253,92	678.253,92	26.746,08
6.3.1.3.04.01.026	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
6.3.1.3.04.01.027	DESPESAS COM SESSÃO PLENÁRIA E EVENTOS	30.000,00	14.040,86	14.040,86	15.959,14
6.3.1.3.04.01.028	REEMBOLSO E DESPESAS COM PLANO E SEGURO DE SAÚDE	316.000,00	313.032,90	313.032,90	2.967,10
6.3.1.3.04.01.029	SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA - PRIMA VIDA	14.000,00	6.432,28	6.432,28	7.567,72
6.3.1.3.04.01.030	AUDITORIA ELETRÔNICA	45.000,00	40.485,20	40.485,20	4.514,80
6.3.1.3.04.01.031	ELEIÇÕES VOTO ELETRÔNICO	100.000,00	92.285,96	92.285,96	7.714,04
6.3.1.3.04.01.032	CONSULTORIA, CURSOS E ASSEMBLÉIAS	30.000,00	85,42	85,42	29.914,58
6.3.1.3.04.01.033	PRÊMIO BRASIL DE ECONOMIA	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
6.3.1.3.04.01.034	GINCANA	40.000,00	11.250,00	11.250,00	28.750,00
6.3.1.3.04.01.039	INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
6.3.1.3.04.01.041	DESPESAS COM HOSPEDAGEM	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
6.3.1.3.04.01.045	DESPESAS PEQUENAS DE PRONTO PAGAMENTO	10.000,00	3.978,69	3.978,69	6.021,31
6.3.1.3.04.01.099	OUTRAS DESPESAS	5.000,00	491,07	491,07	4.508,93
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	290.000,00	22.500,00	22.500,00	267.500,00
6.3.1.5.01	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	290.000,00	22.500,00	22.500,00	267.500,00
6.3.1.5.01.01	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	290.000,00	22.500,00	22.500,00	267.500,00
6.3.1.5.01.01.001	TRANSFERÊNCIAS PARA PRÊMIO DE MONOGRAFIA	35.000,00	16.000,00	16.000,00	19.000,00
6.3.1.5.01.01.002	TRANSFERÊNCIAS P/(SINCE e CONGRESSO)	140.000,00	0,00	0,00	140.000,00
6.3.1.5.01.01.003	TRANSFERÊNCIAS ENCONTROS REGIONAIS (ENE,s)	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
6.3.1.5.01.01.007	TRANSFERÊNCIA MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00
6.3.1.5.01.01.008	TRANSFERÊNCIA P/REFORMA CORECON'S	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
6.3.1.5.01.01.009	TRANSFERÊNCIAS P/OUTROS EVENTOS	60.000,00	6.500,00	6.500,00	53.500,00
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL	70.000,00	9.701,00	9.701,00	60.299,00
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	70.000,00	9.701,00	9.701,00	60.299,00
6.3.2.1.01	OBRAS, INSTALAÇÕES	70.000,00	9.701,00	9.701,00	60.299,00
6.3.2.1.01.03	EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	70.000,00	9.701,00	9.701,00	60.299,00
6.3.2.1.01.03.001	MOBILIÁRIOS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10.000,00	8.621,00	8.621,00	1.379,00
6.3.2.1.01.03.002	MÁQUINAS, MOTORES E APARELHOS	30.000,00	1.080,00	1.080,00	28.920,00
6.3.2.1.01.03.003	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
	TOTAL:	7.100.000,00	4.967.359,31	4.967.359,31	2.132.640,69



Antonio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

CPF:
(Tesoureiro)



José Luiz Pereira Barboza
CPF: 994.217.807-44
CRC: RJ 071228/O-4 T-DF
(Contador)

5.11. Demonstrativo das Variações Patrimoniais



Conselho Federal de Economia
CNPJ: 33.758.053/0001-25
SCS Q2 B11 Sala 1201 a 1211
Brasília - DF

Telefone: (61) 3208-1800

Demonstração de Variações Patrimoniais

Ano do Exercício: 2021

Período: 01/01/2021 até 31/12/2021

Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	Número Conta	Descrição	Valor Atual	Valor Anterior
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	6.116.290,12	5.711.878,59	3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	5.558.635,10	5.000.265,68
4.1	CONTRIBUIÇÕES	5.512.989,08	5.101.026,15	3.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.842.312,43	2.637.425,55
4.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.512.989,08	5.101.026,15	3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.842.312,43	2.637.425,55
4.1.1.1	CONTRIBUIÇÕES	5.512.989,08	5.101.026,15	3.1.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.842.312,43	2.637.425,55
4.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	479.752,34	557.027,64	3.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	10.348,10	11.406,68
4.2.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	479.752,34	557.027,64	3.2.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	10.348,10	11.406,68
4.2.1.1	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	479.752,34	557.027,64	3.2.1.1	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	10.348,10	11.406,68
4.3	FINANCEIRAS	123.548,70	53.824,80	3.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.558.053,41	2.286.326,08
4.3.1	FINANCEIRAS	123.548,70	53.824,80	3.3.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.558.053,41	2.286.326,08
4.3.1.1	FINANCEIRAS	123.548,70	53.824,80	3.3.1.1	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.558.053,41	2.286.326,08
4.4	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.4.1.1	TRANSFERÊNCIAS	0,00	0,00	3.4.1.1	FINANCEIRAS	0,00	0,00
4.5	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5	TRANSFERÊNCIAS	147.921,16	22.500,00
4.5.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1	TRANSFERÊNCIAS	147.921,16	22.500,00
4.5.1.1	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	0,00	0,00	3.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS	147.921,16	22.500,00
				3.7	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				3.7.1.1	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	0,00	0,00
				1/3			Siscac
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00	3.6	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	42.607,37
4.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00	3.6.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	42.607,37
4.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00	0,00	3.6.1.1	TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	0,00	0,00
				3.9.1.1	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	42.607,37
					SUPERAVIT	557.655,02	711.612,91
					TOTAL:	6.116.290,12	5.711.878,59

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

INCORPORAÇÃO DE ATIVOS				DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS			
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior		Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	
INVESTIMENTOS	5.859,76	9.701,00		ALIENAÇÕES DE BENS	0,00	0,00	
OBRAS, INSTALAÇÕES	5.859,76	9.701,00		ALIENAÇÕES DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00		ALIENAÇÕES DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	0,00	0,00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	
INTANGÍVEL	0,00	0,00		AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00					
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00					
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS				DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS			
Descrição	Valor Atual	Valor Anterior		Descrição	Valor Atual	Valor Anterior	

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00

Econ. Antônio Corrêa de Lacerda
CPF: 879.270.718-15
(Presidente)

Pedro Gomes da Silva
CPF: 001.177.005-04
CRC: BA-4320
(Contador)

5.12. Declaração do Contador



DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

Declaro que os demonstrativos contábeis Balanços Orçamentários, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração de Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Federal de Economia no exercício de 2021.

A metodologia adotada pelo Conselho Federal de Economia é a prevista na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 25 de março de 2022

Pedro Gomes da Silva
Contador CRC/BA 4.320
CPF 001.137.005-04



ANEXO I

NOTAS OFICIAIS DO COFECON

Nota do Cofecon – Políticas de desenvolvimento para o Brasil **23 de janeiro de 2021**

A oposição entre Estado e mercado, levando a recomendações de privatizações e desregulações indiscriminadas, perdeu a relevância no pensamento econômico internacional. A grande maioria dos mais influentes economistas da atualidade – como Stiglitz, Krugman, Piketty – são favoráveis à atuação dos governos e instituições públicas, regulando e incentivando as atividades econômicas. Nas grandes universidades do mundo, inclusive a de Chicago, outrora centro da abordagem econômica neoliberal, o desenho e avaliação de políticas públicas estão entre as principais áreas de pesquisa. Minimizar desvios e desperdícios são desafios que todas as nações precisam enfrentar, com maiores ou menores dificuldades.

Essa atuação do Estado deve visar, além da redução das desigualdades, o crescimento econômico, o qual ocorre tanto pela incorporação de recursos ociosos quanto pelo aumento da produtividade. No Brasil, a maioria dos recursos com maior empregabilidade já são incorporados com um ritmo de crescimento moderado. Entretanto, sempre restam muitos com suficiente qualificação, ao lado de contingentes de indivíduos de baixa empregabilidade, que tendem a persistir como excluídos. Para esses, ações específicas são necessárias, envolvendo não só transferências assistenciais, mas de desenvolvimento de arranjos produtivos locais, viabilizando treinamento, financiamento, acesso a fornecedores e a clientes, para que possam funcionar de forma economicamente sustentável.

Contudo, sem o aumento contínuo e substancial da produtividade, nunca alcançaremos a qualidade de vida de grande parte das economias desenvolvidas. Sem a expansão e manutenção da demanda pelo que vier a ser produzido, ajustes fiscais que suprimam expectativas de onerações e reformas que elevem os retornos sobre o capital não propiciarão aumentos de investimentos, muito menos elevação da produtividade. Taxas de câmbio desvalorizadas, por alguns chamadas competitivas, isoladamente podem não ser suficientes, levando apenas a aumentos de lucros em setores exportadores e substitutos de importações. Também investimentos públicos em ciência, tecnologia e inovação podem ser pouco efetivos, se realizados sem estratégia para o desenvolvimento do país, mas apenas para atender demandas de particulares. Mesmo as políticas industriais tradicionais, com incentivos fiscais, creditícios e alfandegários, sem contrapartidas em termos de metas e prazos não se revelou eficaz em muitos casos.

O desenvolvimento sustentável e inclusivo requer uma série de estratégias: (i) adotar uma política econômica sem restrições à manutenção dos recursos empregáveis em utilização, como as atuais regras de tetos de gastos e a priorização em reduções no endividamento público; (ii) desenvolver arranjos produtivos locais, para os indivíduos de baixa empregabilidade, para que sejam economicamente sustentáveis; (iii) promover a geração massiva de ocupações de crescente produtividade, que propicie elevações de remunerações que se disseminem entre setores. Esse crescimento da produtividade, por sua vez, também depende de ações abrangentes e integradas, envolvendo câmbio competitivo e incentivos setoriais, com as devidas contrapartidas. Como um dos elementos principais, a política de ciência, tecnologia e inovações, vinculada a um programa nacional consistente de desenvolvimento de capacidade tecnológica e inovativa endógena.

Nota conjunta Cofecon e outras entidades – Vacina para todos **11 de fevereiro de 2021**

No Brasil, 9.713.909 pessoas já foram infectadas pela Covid-19 e o número de mortos atingiu 236.201 (dados de 12 de fevereiro de 2021). O cenário que se vislumbra, com base nas projeções feitas

pelos cientistas, é de que a situação ainda vai piorar. Além da gravidade da pandemia, as mutações do vírus, que o tornam perigoso e agressivo, vêm ocorrendo em vários países, incluindo o nosso.

No caso brasileiro há um agravante devido à ineficiência do governo federal para lidar com a epidemia, garantindo vacinas e instalando um comitê nacional de enfrentamento à crise pandêmica. A ausência do governo nacional obrigou o STF a designar poder aos estados e municípios, com o objetivo maior de deter o avanço da pandemia

O desempenho insatisfatório do atual ocupante do Ministério da Saúde tem contribuído sobremaneira para o agravamento da maior crise de saúde pública do Brasil. Nem sequer conseguiu realizar uma licitação decente para a compra de seringas, obtendo apenas 3% da quantidade necessária. Não agiu em relação ao esgotamento dos cilindros de oxigênio na cidade de Manaus, do qual foi avisado por organizações de saúde pública, verbalmente e por escrito, a partir de documentos formais que lhe foram encaminhados por cientistas e médicos nove dias antes da zeragem dos estoques. Pior: recusou oferta de vacinas da Pfizer feita em dezembro do ano passado e agora não consegue a quantidade necessária para imunizar a população. O último grupo daqueles que pertencem aos grupos de risco será vacinado em abril, o que significa, para os demais, vacinação até no próximo ano. Isto para citar os três casos mais graves.

As más notícias não param de chegar. Todos os dias os negacionistas e inimigos da ciência dedicam-se a oferecer aos brasileiros receitas para prevenir ou curar da Covid-19. São remédios não recomendados pelos médicos e cientistas e não eficazes, tais como a Cloroquina, que pode provocar sequelas, e produtos destinados a matar piolhos.

Várias entidades da sociedade civil já se pronunciaram publicamente denunciando a gravidade da pandemia e a irresponsabilidade do governo federal e, em alguns casos, de prefeitos e governadores, no trato da crise pandêmica.

Diante do caos vigente, o Conselho Federal de Economia e entidades vêm propor às demais instituições públicas e privadas ações voltadas a exigir vacinas para todos em quantidade suficiente, e a tomada de outras medidas para reduzir a mortalidade causada pela Covid-19.

É necessário o engajamento de entidades representativas de categorias profissionais, associações de representação de empresas, instituições de representações religiosas e da sociedade civil, tudo com base nos estudos científicos daqueles que entendem de saúde pública.

Assinam este documento: Conselho Federal de Economia, AFIPEA Sindical, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB, Central Única dos Trabalhadores – CUT, Conselho Federal de Psicologia, Federação Nacional dos Estudantes de Economia – Feneco, GTPA-Fórum EJA/DF, Movimento Acorda Sociedade (MAS).

Nota do Cofecon – Cortes de gastos públicos resolvem todos os problemas econômicos? 20 de março de 2021

A pregação da urgente necessidade de cortes nos gastos públicos, por parte do governo e da mídia corporativa, tem sido justificada com base em experiências e observações de orçamentos familiares. Como representantes dos economistas, cabe-nos combater essa abordagem falaciosa. Os limites de endividamento de uma família são bem mais rígidos que os de uma empresa e os desta, que os de um Estado.

Em geral, uma família não tem como se endividar para aumentar suas receitas futuras, por isso, aumentar os pagamentos de dívidas exige reduzir poupança e, depois, as próprias despesas correntes. Uma empresa, por sua vez, pode ter oportunidades de se endividar para financiar algum projeto que eleve sua receita futura. Seriam dívidas que se pagam. Um Estado, além de mais oportunidades de fazer gastos que empreguem recursos ociosos da economia e viabilizem investimentos privados, elevando o PIB e a arrecadação de tributos, quando se endivida em sua própria moeda ainda pode pagar suas dívidas com emissões monetárias.

A liquidez atual dos títulos públicos é equiparável a da moeda e o acúmulo de ambos pode induzir as instituições financeiras a aumentar as operações de crédito. Assim, as despesas do governo e as concessões de crédito irão elevar a demanda no setor real. Não havendo capacidade ociosa, teremos pressões inflacionárias. Assim, é no setor real que teremos os limites dos gastos e endividamento públicos.

Contudo, para os defensores de cortes incondicionais nas despesas do governo, elevações em sua dívida aumentam os riscos avaliados pelos detentores, provocando aumentos nas taxas de juros e consequente inibição dos investimentos. Na realidade, os efeitos do endividamento público sobre as taxas de juros e destas nos investimentos são parciais e incertos. Mesmo que entrem em operação, as elevações de demanda também decorrentes de aumentos desses gastos, podem ter ação contrária suficiente para assegurar expansão dos investimentos e da atividade econômica. Os grandes projetos globais são alocados entre os países com base em fatores mais estruturais, como localização, mão de obra, infraestrutura, insumos e instituições, muito mais que em taxas internas de juros conjunturais. Os investimentos para atender ao mercado interno, por sua vez, serão determinados, decisivamente, pela demanda pelo que se vai produzir. Nenhum projeto será executado, quaisquer que sejam as taxas de juros, sem compradores suficientes para os produtos.

Um terceiro argumento é que aumentos do endividamento público podem causar ainda fuga de capitais. Mesmo que esse processo venha a ocorrer, não traria maiores danos em nossas atuais condições financeiras com o exterior. Os déficits nas transações financeiras com o exterior podem ser financiados com entradas de capitais, especulativos ou não especulativos, e variação das reservas internacionais do país.

No Brasil, desde 1998 esses déficits têm sido financiados, integralmente, com investimentos estrangeiros diretos e empréstimos de longo prazo, capitais não especulativos. Assim, não temos necessitado de capitais voláteis para manter nossas transações com o exterior. Também, fugas desses capitais especulativos não causariam, necessariamente, choques indesejáveis de taxas de câmbio, pois atingimos montante de reservas internacionais suficientemente elevado, com média trimestral de 80% do investimento estrangeiro em carteira, de 2015 a 2020, o que asseguraria o controle das taxas de câmbio até em fugas de capitais de maior intensidade.

As mais recentes restrições aos gastos, aprovadas com a PEC emergencial, agora Emenda Constitucional 109, não são necessárias para viabilizar auxílio emergencial. Penalizam o servidor público, com eventuais congelamentos de remuneração; restringe e precariza os serviços públicos, com proibições de contratações de servidores; além de reduzir, drasticamente, os incentivos fiscais, instrumento indispensável, em todos os países, para induzir o crescimento econômico, sobretudo em setores identificados como estratégicos pelo governo. Observe-se que esses gastos e incentivos devem ser realizados de modo eficiente e justo, sem espaço para remunerações e privilégios abusivos de castas do serviço público, contrações desnecessárias de servidores ou incentivos fiscais com finalidades diferentes da busca do crescimento inclusivo.

Assim, na atual conjuntura de alto desemprego e possibilidade de ampliar a utilização de capacidade, gastos públicos, mesmo elevando o endividamento, podem proporcionar impulso suficiente na atividade econômica e até se pagarem com a elevação de receita tributária que provocaria. É inaceitável tantas restrições, legais e até constitucionais, para reduzir esse endividamento público, quando os limites estariam nos recursos ociosos vigentes, esperando que os investimentos privados floresçam em mercados sem compradores.

Nota do Presidente – Bem-vindos ao clube! 23 de março de 2021

No último domingo (21) centenas de cidadãos entre economistas, empresários, ex-ministros e banqueiros divulgaram um manifesto no qual exigem medidas concretas de combate à pandemia causada pelo novo coronavírus – em especial, a vacinação. Em linhas gerais, argumentam que a crise econômica afeta mais os pobres e que não é razoável esperar a recuperação da atividade econômica durante a pandemia. O documento vem tendo repercussão em diversos veículos de imprensa. Consideramos alvissareiro que muitas das ideias expostas são defendidas há tempos e com contundência pelo Conselho Federal de Economia- Cofecon.

Questionamentos trazidos pelos empresários, como a necessidade de medidas de isolamento social, também vêm ao encontro daquilo que o Cofecon defende. “Em relação às medidas durante o período de incidência, estamos alinhados com as recomendações científicas de distanciamento social, independentemente de seus efeitos sobre a economia”, publicou o Conselho em nota divulgada ainda no mês de junho de 2020 (clique aqui para acessar). A nota continha, inclusive, um alerta no momento em que o governo federal anunciava as primeiras medidas, como linhas de crédito barato para micro, pequenas e médias empresas: “Todavia, é de fundamental importância que tais recursos atinjam, efetivamente, os objetivos pretendidos, os seja, que se façam esforços para que protocolos existentes antes da pandemia e as restrições operacionais de sempre não inviabilizem os programas implantados”.

Já a nossa nota intitulada “Vacinas para todos” (clique aqui para acessar), divulgada em fevereiro passado, teve, inclusive, a adesão de outras entidades que compõem o Fórum pela Redução da Desigualdade Social no Brasil. “Além da gravidade da pandemia, as mutações do vírus, que o tornam perigoso e agressivo, vêm ocorrendo em vários países, incluindo o nosso”, apontou o Cofecon. “No caso brasileiro há um agravante devido à ineficiência do governo federal para lidar com a epidemia, garantindo vacinas e instalando um comitê nacional de enfrentamento à crise pandêmica. A ausência do governo nacional obrigou o STF a designar poder aos estados e municípios, com o objetivo maior de deter o avanço da pandemia”.

A nota também trouxe críticas à atuação do então ministro da Saúde, Eduardo Pazuelo. “Nem sequer conseguiu realizar uma licitação decente para a compra de seringas, obtendo apenas 3% da quantidade necessária. Não agiu em relação ao esgotamento dos cilindros de oxigênio na cidade de Manaus, do qual foi avisado por organizações de saúde pública, verbalmente e por escrito, a partir de documentos formais que lhe foram encaminhados por cientistas e médicos nove dias antes da zeragem dos estoques. Pior: recusou oferta de vacinas da Pfizer feita em dezembro do ano passado e agora não consegue a quantidade necessária para imunizar a população”.

Na carta divulgada pelos empresários, o governo é criticado pela demora em implementar a vacinação. “O desdenho à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país”, afirmam. E, mais uma vez, o argumento está alinhado com o que o Cofecon defendeu. “Todos os dias os negacionistas e inimigos da ciência dedicam-se a oferecer aos brasileiros receitas para prevenir ou curar da Covid-19. São remédios não recomendados pelos médicos e cientistas e não eficazes, tais como a Cloroquina, que pode provocar sequelas, e produtos destinados a matar piolhos”, afirmava a nota do Conselho. Assim, a autarquia propunha “às demais instituições públicas e privadas ações voltadas a exigir vacinas para todos em quantidade suficiente, e a tomada de outras medidas para reduzir a mortalidade causada pela Covid-19”.

Nas inúmeras entrevistas e artigos publicados por esta presidência e conselheiros do Cofecon, todas disponíveis no nosso portal, temos alertado a sociedade brasileira quanto à premência e urgência de políticas públicas de saúde, renda básica e principalmente que não há uma dicotomia entre combate à crise sanitária e economia. Pelo contrário, quão logo debelada a pandemia melhor

para a recuperação da atividade econômica. Mas, atropelar o processo, mediante negacionismo da ciência, só faz agravar o caótico quadro que vivemos.

Nota Oficial – Cofecon alerta para impactos do aumento da taxa Selic 8 de maio de 2021

Desde 1999, a política monetária no Brasil tem se baseado em metas para inflação, com especificação que carrega algumas desvantagens. Uma delas é por manter metas explícitas e definidas para cada ano, o que, para o seu cumprimento, pode exigir contenção excessiva da atividade para controlar a propagação de choques de custos. Metas não divulgadas, como as do Federal Reserve (FED), ou em médias de dois ou mais anos, podem acomodar esses choques com menores perdas.

Outra desvantagem tem sido o uso de basicamente a taxa Selic, que é a taxa média de juros praticada no mercado interbancário em empréstimos de um dia. Controlando a Selic, o Banco Central do Brasil influencia as demais taxas de juros, para que a demanda no setor real cresça no mesmo ritmo da capacidade produtiva, pois crescendo abaixo não propiciará o máximo de empregos e crescendo acima pressionará os preços.

Tal modelo, praticado pelos bancos centrais em geral até a crise financeira de 2008, força o Banco Central a estabelecer as metas para a Selic exigidas pelo mercado para ajustar as taxas de juros de prazos mais longos, que são as relevantes para a demanda no setor real. Em termos operacionais, para manter a Selic na meta o Banco Central precisa conceder ou tomar empréstimos por um dia, no montante que estiver abaixo ou acima das necessidades do sistema bancário. Assim, precisa promover transferências de recursos públicos para instituições financeiras e outros rentistas, transferências quase fiscais regressivas que poderiam ser minimizadas com outro modelo de política monetária.

A partir da crise financeira de 2008, vários bancos centrais intensificaram sua atuação para condicionar as taxas de juros de prazos mais longos, a curva de juros. Enquanto o FED passa a vender ativos em larga escala para elevar essas taxas mais longas, o Banco do Japão fixa a curva, com metas formais e explícitas. Assim, não seria uma tão desprezada “jabuticaba” o Banco Central do Brasil instituir metas para taxas de juros de diversos prazos e passar a atuar no interbancário concedendo e tomando empréstimos por esses prazos, para retirar ou colocar recursos além ou aquém das necessidades do sistema bancário, além de realizar outros procedimentos, como transações com swaps e no mercado futuro, para defender suas metas de curva de juros. Com isso, transferências regressivas de recursos públicos poderiam ser minimizadas e o Banco Central controlaria diretamente, com maior eficiência e eficácia, as taxas de juros relevantes para o setor real. Na atual conjuntura, o Banco Central iniciou um ciclo de elevação das metas para a Selic, que passou de 2% para 2,75%, a partir de 18/03/2021, e de 2,75% para 3,5%, a partir de 06/05/2021, com base em estimativas sugerindo que a ociosidade da economia como um todo se reduziu mais rapidamente do que o previsto. Mesmo que essas sejam boas estimativas, ainda que longe de um consenso, não seria um momento oportuno para conter a atividade, tamanho o contingente de desocupados e desalentados decorrente da pandemia.

Existem alternativas, que poderiam ser adotadas. Destacaríamos que o Banco Central poderia atuar, nessa conjuntura extraordinária criada pela pandemia, permitindo atingir o limite superior da meta para inflação, ao invés de seu centro, facilitando a acomodação dos chamados efeitos secundários dos choques de oferta, em termos de inércia inflacionária, muito forte no Brasil em função das regras formais e informais de indexação. Também poderíamos ir além dessa abordagem agregativa, da “economia como um todo”, e de apenas o Banco Central cuidar do controle da inflação, com outros órgãos do governo passando a colaborar com o controle da inflação, inclusive atuando nos mercados, como com desonerações em setores com pressões críticas de preço, promoção da

concorrência, políticas eficientes de estoques reguladores e de financiamento à agricultura familiar.

Nota do Cofecon – As políticas sociais no pós-pandemia 3 de julho de 2021

No mundo atual, políticas visando reduzir as desigualdades deveriam estar acima das preferências ideológicas. A economia de mercado gera desigualdades, de oportunidades e de renda, muito além do julgado aceitável pela grande maioria. Para amenizar estas desigualdades são necessárias políticas públicas, inclusive de Estado, que não dependam de quem esteja governando. Por exemplo, com uma tributação progressiva – aquela em que quem tem menores rendas e patrimônios pagam proporções menores de tributos.

No Brasil, por ser um dos países mais desiguais do mundo, essas políticas seriam ainda mais essenciais. Nesse sentido, na história econômica brasileira contemporânea pode-se identificar várias iniciativas, como a CLT, o SUS, a educação gratuita e subsidiada, a política de valorização do salário mínimo, com efeitos nas curvas salariais das empresas, e vários dispositivos da Constituição de 1988. Essas e outras políticas favoreceram a redução das desigualdades, mas não foram acompanhadas por aumentos de produtividade, provocando pressões sobre os exacerbados retornos de capital em vários setores.

Com elevadas taxas de juros, por quase três décadas e até recentemente, concorrendo com aplicações na produção e investimento no setor real, a financeirização e a desindustrialização foram intensificadas, impedindo elevações de produtividade. Duas estratégias se confrontam para superar essa armadilha de estagnação. A primeira seria as chamadas reformas estruturantes – trabalhista, teto de gastos, previdenciária e administrativa – cujo principal foco tem sido reverter os ganhos alcançados pelos segmentos de menores rendas, por meio de reduções dos salários, dos benefícios previdenciários e da tributação às empresas. A segunda seria manter taxas de juros mais baixas, ao lado de outros estímulos, como os fiscais e os creditícios, para que as empresas busquem aumentos na produtividade e na capacidade produtiva com retornos sobre o capital similares aos obtidos em países desenvolvidos e muitos emergentes.

É evidente que apenas a segunda estratégia seria compatível com políticas sociais cujo propósito seria reduzir as desigualdades, com ações como transferências de renda, subsídios creditícios, serviços públicos e políticas de geração de emprego. Os limites dos gastos envolvidos estariam na capacidade produtiva da economia. Portanto, na atual conjuntura existe suficiente ociosidade no setor real para a realização de gastos públicos primários para superação da pandemia e de seus efeitos adversos na economia, mesmo envolvendo endividamento público adicional ou financiados com maior tributação às rendas e patrimônios mais elevados.

Importa enfatizar que o setor público também precisa manter políticas que incentivem o crescimento econômico e a elevação da produtividade. É essencial que o Estado crie condições para ampliação desses limites de capacidade produtiva ao longo do tempo, até para a manutenção das próprias políticas sociais. Nesse sentido, é indispensável identificar prioridades, que devem incluir a erradicação da miséria e da fome, o desenvolvimento de arranjos produtivos em comunidades que possam se tornar economicamente sustentáveis e a capacitação profissional das novas gerações.

Nota do Cofecon – Condições para superação do teto de gastos 30 de novembro de 2021

O teto para gastos públicos no Brasil, em seu atual formato, está longe de seguir algum consenso ou mesmo abordagem predominante no pensamento econômico mundial corrente. Há algumas semanas, uma carta aberta de dezessete ganhadores do Prêmio Nobel de Economia – portanto, do “andar mais alto” da academia – declarou apoio ao Plano de Resgate do Presidente Biden,

que envolve despesas públicas astronômicas, financiadas, principalmente, com emissões de moeda e títulos [<https://www.epi.org/open-letter-from-nobel-laureates-in-support-of-economic-recovery-agenda/>]. Na mesma carta, esses ganhadores do Nobel, explicitamente, minimizam preocupações com pressões inflacionárias: “esta agenda investe na capacidade econômica de longo prazo e elevará a oportunidade de mais americanos participarem produtivamente da economia, aliviando pressões inflacionárias de longo prazo” [tradução livre].

E para o Brasil, um plano de resgate similar daria certo? Na narrativa de parte dos economistas, apresentada como “pensamento único” pela mídia corporativa, furos nos tetos de gastos públicos levariam a uma catástrofe em nossa economia – o mercado financeiro elevaria as expectativas de inflação, as taxas de juros e de câmbio, determinando acentuados descontrole da inflação e retração da atividade econômica. A reação do mercado financeiro, de fato, tende a ser essa. As consequências, nas atuais condições, também tendem a ocorrer.

A chamada PEC dos Precatórios são alterações na correção dos tetos e nos pagamentos obrigatórios para possibilitar o aumento de gastos no próximo ano, com a correspondente elevação do endividamento público. Um governo que tem conduzido a política econômica com prioridade absoluta em reduzir o endividamento público e, diante da prioridade política ainda maior de aumentar as chances de reeleição, inverte a narrativa e adota manobras casuísticas apenas para elevar transitóriamente as transferências aos segmentos mais vulneráveis, não terá condições de minimizar essas consequências, ainda que tais transferências tenham efeitos favoráveis sobre a pobreza e desigualdade.

Os tetos atualmente em vigor são uma restrição exagerada aos gastos públicos. São corrigidos apenas para manter seu poder de compra total, mesmo com o PIB e a população aumentando. Assim, os gastos com serviços e investimentos públicos e com transferências, por pessoa e pelo tamanho da economia, vão se reduzindo. Eles precisam ser limitados, porém pelos recursos disponíveis no setor real. Esses limites podem até ser explícitos e institucionalizados, mas o endividamento público em si não é a melhor referência. O setor financeiro tende a reagir desfavoravelmente a quaisquer aumentos de gastos públicos, sempre tratando-os como fonte de ineficiência e instabilidade. Contudo, caso o governo se mantenha como refém desse setor, deixará de executar satisfatoriamente políticas de incentivo ao desenvolvimento econômico, com aumento de produtividade e redução de desigualdades, para melhorar a qualidade de vida de todos.

Para tanto, é preciso que esteja preparado para enfrentar reações prejudiciais do mercado financeiro, com um programa econômico consistente e sustentável e instrumentos adequados. Com limites referenciados no setor real, eventuais elevações de expectativas inflacionárias terminam se dissipando se a economia não estiver operando próxima de sua plena capacidade e se eventuais pressões por desvalorizações cambiais e outros choques de oferta forem controlados. O que predomina na formação dos preços são as condições de demanda e de concorrência de cada empresa. Instrumentos como o controle de taxas de juros mais longas, já realizados por outros bancos centrais, como o FED e o do Japão, assim como para o ordenamento de eventuais fugas de capitais, também precisam ser efetivados.

Desde a crise financeira de 2008, vem ganhando espaço no pensamento econômico o resgate de uma política econômica anticíclica sem culpa ou receio. São iniciativas mais pragmáticas, com menos dogmas ou ideologias, em substituição à disfuncional “contração fiscal expansionista”, carregada de rejeição e preconceito a intervenções do setor público na economia. Qualquer ação do Estado é vista como causadora de ineficiência, produtiva ou alocativa, com base numa representação do mundo real apenas com certos modelos abstratos, sem qualquer consideração ao papel do Estado, da política e das instituições. Todavia, furos destes tetos de gastos, assim como inovações apenas para contorná-los, sem uma estratégia abrangente de política econômica, incluindo instrumentos para controlar efeitos perniciosos, favorecerão o descontrole inflacionário e a retração da atividade econômica.

ANEXO II

NOTAS DO FÓRUM NACIONAL PELA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL

Vacina no braço, comida no prato: auxílio emergencial digno é garantia de sobrevivência 15 de setembro

Diante do aprofundamento do quadro da desigualdade econômica e social, a continuidade da pandemia e as novas variantes do vírus, que certamente acentuarão o caos socioeconômico no país, o Governo Federal disponibilizou valor irrisório para o Auxílio Emergencial, inferior ao do ano passado e indisponível para a maior parte dos brasileiros em situação de vulnerabilidade.

Para justificar a redução do valor do auxílio, que não atende às condições mínimas da população, e ainda, o corte no número de beneficiários, que passou de 45 milhões de pessoas em 2020 para menos de 37 milhões em 2021, apesar do agravamento da pandemia, o Governo alega não ter recursos disponíveis. Por meio de dados, pode-se comprovar que a alegação é falsa.

Nos últimos 12 meses, o valor da Cesta Básica teve aumento significativo em todas as capitais pesquisadas pelo DIEESE, variando entre 11,17% de aumento, em Recife, e 29,87%, em Brasília, enquanto a inflação oficial (IPCA/IBGE) ficou em 8,35%, e o principal índice de preços utilizado em negociações salariais, o INPC/IBGE, ficou em 9,22%.

Com base na cesta mais cara que, em junho, foi a de Florianópolis, o DIEESE estima que o salário mínimo necessário deveria ser equivalente a R\$ 5.421,84, valor que corresponde a 4,93 vezes o piso nacional vigente, de R\$ 1.100,00. Os valores de remuneração estão reduzidos, muito distantes do necessário para que o brasileiro faça jus ao mínimo de dignidade conforme determinado pela Constituição Federal.

Dados recentemente divulgados no Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, indicam que, em 2021, 55,2% dos domicílios brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar: 116,8 milhões de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar e, destes, 43,4 milhões não tinham alimentos em quantidade suficiente em casa, além das 19 milhões de pessoas que enfrentam a fome.

Ao longo de 2020, foram pagas até 9 parcelas do Auxílio Emergencial, no valor de R\$600,00, por 5 meses, e de R\$300,00, por 4 meses, para os 65 milhões de brasileiros que mais sofreram com os impactos da pandemia. Em 2021, após uma interrupção de 3 meses, o Auxílio Emergencial voltou a ser pago, e a previsão é que 33 milhões de pessoas sejam atendidas, recebendo até 6 parcelas entre R\$150,00 e R\$375, valores insuficientes para lidar com o aumento do custo de vida ocorrido desde o início da pandemia.

O Auxílio Emergencial foi fundamental para que a quantidade de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza não aumentasse significativamente ao longo de 2020 e sua interrupção, no início de 2021, aliado aos efeitos da pandemia, causou um aumento significativo da pobreza, que hoje acomete 12,8% dos brasileiros – 27 milhões de pessoas, de acordo com pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas.

Outro problema significativo é o elevado desemprego e a informalidade nas relações de trabalho: no primeiro trimestre de 2021, mais de 14,8 milhões de brasileiros encontravam-se desempregados, 14,7% da população em idade para trabalhar. Além disso, mais 6 milhões de brasileiros são classificados como desalentados – o que significa dizer que estão disponíveis para trabalhar, mas desistiram de procurar ativamente um emprego, seja por falta de vagas, idade ou qualificação. Ao fim do primeiro trimestre deste ano, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a taxa de subutilização da força de trabalho brasileira chegou a 29,7%. Um dos exemplos mais marcantes desse fenômeno é a “Uberização”, relação desprotegida de trabalho assemelhada à servidão, que leva

às ruas o trabalhador que teria condições de desempenhar a sua profissão, contribuindo assim, com o desenvolvimento coletivo do País.

Assim, torna-se imperativo nos posicionarmos em favor da ampliação do valor do benefício e de sua extensão temporal.

Manifestamos nossa forte divergência em relação à política econômica implementada pelo atual governo que, em plena pandemia, vem aprofundando ainda mais os mecanismos financeiros que privilegiam o sistema da dívida. Enquanto alega dificuldades para ampliar o valor e o alcance do Auxílio Emergencial, o Congresso Nacional aprovou remuneração diária aos bancos, sem limite ou parâmetro algum (PL 3877/2020), uma verdadeira “bolsa banqueiro”. Esse ato vai contra os anseios da população. Ao invés disso, o governo deveria privilegiar os investimentos produtivos, que geram emprego e renda, além de proporcionar saúde, assistência social e demais investimentos sociais necessários para debelar a crise sanitária que devasta o país.

Agravando a situação, o Banco Central elevou a taxa básica de juros Selic 4 vezes seguidas, impulsionando as demais taxas de mercado e prejudicando, assim, a população que se encontra endividada. A inflação é resultado dos aumentos de preços administrados pelo próprio governo (energia, combustíveis, inclusive o botijão de gás, dentre outros em decorrência principalmente da privatização de setores estratégicos da Petrobrás e sua equivocada política de preço equiparado ao preço de importação em dólar), e da alta nos preços da Cesta Básica, devido a fatores cambiais e do mercado internacional, em um contexto de erros na condução de políticas agrícolas e na falta de programa de reforma agrária.

Um dos objetivos fundamentais da República, constante na Constituição de 1988, em seu artigo 3º, é a redução das desigualdades sociais; sendo assim, é oportuno lembrar que, até o momento, não houve ações efetivas necessárias para atender às demandas da população carente.

Portanto, os argumentos apresentados pelos técnicos do governo, de que não há recursos orçamentários, não se sustentam em face de uma isenta análise técnica e econômica, aqui apresentada.

O Governo mantém mais de quatro trilhões de reais em caixa há vários anos. Em maio de 2021, o saldo era de R\$ 1,56 trilhão na conta única do Tesouro Nacional; R\$ 1,85 trilhão em Reservas Internacionais, e R\$ 1,15 trilhão no caixa do Banco Central. No Orçamento da União para 2021, aprovado no Congresso Nacional, estão previstos mais de R\$ 2 trilhões para pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal, o que beneficia principalmente grandes bancos e investidores.

Diante deste quadro catastrófico, agravado pela maior crise sanitária de todos os tempos, que já ceifou quase 600 mil vidas e incapacitou outras centenas de milhares de cidadãos, o Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social vem a público denunciar a necessidade de políticas sociais mais efetivas, que garantam a dignidade a esta enorme parcela da população brasileira que sofre nas ruas e nos becos de todo este país continente.

O Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social enfatiza a necessidade de reverter essa situação e aprofundar este debate em todas as esferas do Estado, com participação popular.

Nota Pública contra o PL 3.877/2020 e a autonomia do Banco Central **23 de março**

O Projeto de Lei (PL) 3.877/2020 foi aprovado no Senado Federal em 3/11/2020 e pode ser votado a qualquer momento pela Câmara dos Deputados, seguindo direto para a sanção presidencial. Ademais, o PLP 19/2019, que trata da “Autonomia do Banco Central”, deixará a política econômica sob influência ainda maior do setor financeiro.

O referido PL 3.877/2020, assim como o PL 9.248/2017 (de autoria de Michel Temer, Henrique Meirelles e Ilan Goldfajn) e o PLP 112/2019 (de autoria de Paulo Guedes, Roberto Campos Neto e Jair Bolsonaro), cria o mecanismo denominado “Depósito Voluntário Remunerado”, mediante o qual o Banco Central – costumeiramente comandado por pessoas ligadas ao setor financeiro e prestes a

se tornar “independente” – passará a ficar obrigado, por lei, a remunerar diariamente, sem limites, a “sobra de caixa” que voluntariamente os bancos quiserem depositar no Banco Central.

A remuneração da sobra de caixa dos bancos já vem acontecendo de forma ilegal há décadas, mediante o abuso na utilização das chamadas “operações compromissadas”, que no Brasil chegaram a superar R\$ 1,7 trilhão em setembro/2020, cerca de 24% do PIB, algo que não encontra paralelo em nenhum outro país do planeta. O Tesouro Nacional (TN) entrega títulos da dívida pública ao Banco Central e paga juros sobre esses títulos, o que custou quase R\$ 3 trilhões em 10 anos aos cofres públicos (<https://bit.ly/3oXyGSz>). Os títulos públicos doados pelo TN ao BC, bem como os juros incidentes sobre tais títulos, têm sido usados pelo BC principalmente para a generosa e ilegal remuneração da sobra de caixa dos bancos.

O PLP 3.877/2020 representa a “legalização” e o agravamento desse “overnight”, pois deixa a remuneração aos bancos sem limite ou parâmetro algum, à vontade do que estabelecer o Banco Central.

Além do elevado custo aos cofres públicos, tais operações provocam imensos danos a toda a economia do país, pois a esterilização desse grande volume de recursos no Banco Central, rendendo juros somente aos bancos, gera escassez de moeda na economia, provocando elevação das taxas de juros de mercado praticadas no Brasil a patamares estratosféricos, o que amarra toda a economia. Evidentemente, os bancos preferem ganhar os juros garantidos pelo Banco Central (BC) do que correr riscos ao emprestar a pessoas e empresas. Só o fazem a juros muito altos e inúmeras exigências, pois não precisam se preocupar de perder com o dinheiro parado em caixa: o Banco Central remunera, às nossas custas: uma verdadeira “Bolsa-Banqueiro”!

Em última instância, essa operação representa a transferência da riqueza do povo para o setor financeiro, por meio da apropriação do fundo público, o que aprofunda a desigualdade social já elevadíssima em nosso país. A injustiça social é gritante: enquanto faltam recursos para o “Auxílio Emergencial” aos pobres, em plena pandemia, querem deixar sem limite a injustificada “Bolsa-Banqueiro”!

Os países desenvolvidos fazem o contrário: ao invés de retirar dinheiro de circulação, têm injetado grandes volumes de recursos nos bancos, obrigando-os a emprestar a juros baixos para movimentar a economia. Na Europa, por exemplo, se os bancos depositarem o excedente no BCE, são punidos e perdem dinheiro (<https://bit.ly/3tDx8Au>). O resultado disso é a oferta de empréstimos às empresas e à população com juros cada vez mais baixos, e até a taxas negativas (<https://bit.ly/2MHwnWE>).

Defensores do PL 3.877/2020 têm feito a falsa propaganda de que ele irá promover a “redução” da dívida pública, tendo em vista que, na medida em que o referido projeto torna obrigatória a remuneração do valor que os bancos quiserem depositar junto ao Banco Central, não mais seriam utilizados títulos da dívida pública para justificar tal remuneração aos bancos. Na verdade, a obrigação onerosa de remunerar os bancos por meio da esdrúxula figura dos “Depósitos Voluntários Remunerados” é obrigação equivalente à dívida pública, com impacto no orçamento anual da União e, pior, sem qualquer capacidade de gerar receitas futuras. Esconder essa dívida pública configura maquiagem de contas públicas, conforme denunciado por economistas como Bernard Appy (<https://bit.ly/3p1s3P0>), que participou do Ministério da Fazenda durante o governo Lula, e também por economistas liberais, como Gustavo Franco, ex-presidente do Banco Central.

Conforme mostra a revista Isto é em 04/12/17 (<https://bit.ly/3qbswQl>) “Com depósitos voluntários, Banco Central acredita em ganho de maior autonomia”, pois desta forma não depende do recebimento de títulos do Tesouro para proceder tais operações, no entanto, continuará transferindo seus prejuízos anualmente ao Tesouro Nacional. Não por acaso, o PL 3.877/2020 foi aprovado no Senado dia 3/11/2020 conjuntamente com o PLP 19/2019, que trata da “autonomia” do Banco Central em relação ao Estado, imune à interferência de qualquer ministério ou órgão estatal, acima de tudo e de todos. Caso o PLP 19/2019 seja sancionado, a política monetária suicida que vem sendo praticada pelo Banco Central ficará blindada. Tal projeto tem o objetivo de garantir que o Banco Central estará sempre a serviço dos bancos, ainda que consigamos eleger para presidente da República uma pessoa de caráter estadista, que não se deixe levar pelas imposições do mercado financeiro.

Uma nova política econômica é necessária, garantindo-se a saudável circulação da moeda na economia e a prática de juros de mercado baixos, criando-se mecanismos que obriguem os bancos a conceder empréstimos às empresas e pessoas a juros baixos, como fazem os países desenvolvidos, os quais chegam a aplicar penalidades, a exemplo dos juros negativos sobre excedentes depositados nos bancos centrais. Ademais, é preciso estabelecer controle sobre o fluxo de capitais especulativos, tanto através de tributação como através de outros instrumentos já adotados por diversos países, a fim de evitar ataques especulativos e fuga de capitais.

A nova política econômica precisa enfrentar as verdadeiras causas da inflação no Brasil, provocada pela elevação do preço de alimentos e dos preços administrados pelo governo (combustíveis, energia, telefonia etc.). A utilização das chamadas “operações compromissadas” para controlar inflação tem se revelado um enorme fracasso, como provam os dados em 2020: tais operações chegaram a esterilizar volume de moeda equivalente a 24% do PIB e, mesmo assim, a inflação medida pelo IGP-M chegou a 23,14% em 2020, justamente porque a inflação aqui existente não é de demanda, mas de preços.

Ante os sólidos argumentos expostos, e considerando que os denominados “depósitos voluntários remunerados” e a autonomia do Banco Central irão acentuar ainda mais a concentração de renda no país, as entidades integrantes do “Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social” abaixo listadas se manifestam publicamente CONTRÁRIAS à “legalização” desse mecanismo que na verdade deve ser interrompido, e reivindica aos(as) deputados(as) federais que REJEITEM o PL 3.877/2020.

ANEXO III PARTICIPAÇÃO DO PRESIDENTE EM EVENTOS

NACIONAIS

04/01 - Cerimônia virtual de posse dos novos conselheiros e presidência do Corecon-MG

<https://www.cofecon.org.br/2021/01/04/em-posse-do-corecon-mg-presidente-do-cofecon-realizara-palestra/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, realizou uma palestra nesta segunda-feira (04/01) durante a cerimônia virtual de posse dos novos conselheiros do Corecon-MG. O evento foi transmitido pelo canal do Regional no YouTube.

Na ocasião, foram empossados os economistas Alzira Alice de Souza, Emmanuele Araújo da Silveira e Lourival Batista de Oliveira Junior como conselheiros regionais efetivos, e Fernando Murta Ferreira Duca, Misma Ferreira de Paula e Marco Flávio da Cunha Resende como conselheiros suplentes. Os conselheiros regionais também elegeram a nova presidência do Corecon-MG durante a sessão plenária.

05/02: Debate com o economista Paulo Gala na TV Senado

<https://www.cofecon.org.br/2021/02/05/lacerda-e-paulo-gala-debatem-conjuntura-economica-na-tv-senado/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e o economista Paulo Gala participaram de debate ao vivo na TV Senado nesta sexta-feira, 5 de fevereiro, às 9h – horário de Brasília. Lacerda e Paulo Gala discutiram temas como: qual a verdadeira situação econômica do Brasil, como recuperar a economia do País, o que esperar para 2021.

Paulo Gala é graduado em Economia pela FEA-USP. Mestre e Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Foi pesquisador visitante nas Universidades de Cambridge UK e Columbia NY. É professor de economia na FGV-SP desde 2002. “Brasil, uma economia que não aprende” é o seu último livro.

17/02: Debatedor no lançamento do Centro de Estudos de Economia do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa - IREE

<https://www.cofecon.org.br/2021/02/17/lacerda-participa-como-palestrante-do-lancamento-do-centro-de-estudos-de-economia-do-iree/>

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, participou como palestrante do evento que marca o início do Centro de Estudos Econômicos (CEE) do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE). A live ocorreu nesta quinta-feira, 18 de fevereiro, às 10h, e contou com um debate sobre Balanço e Perspectivas da economia brasileira.

Além de Lacerda, estavam presentes a economista-chefe do IREE, Juliane Furno; o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa; e o presidente do IREE, Walfrido Warde. O objetivo do Centro de Estudos Econômicos (CEE) do IREE é diagnosticar os principais obstáculos e problemas da economia brasileira por meio de criterioso estudo e um permanente exercício de diálogo entre os vários agentes da sociedade brasileira, buscando refletir a partir da produção acadêmica vigente e dos entraves concretos, sentidos e refletidos por aqueles que são operadores da política econômica, os empresários e os demais trabalhadores. O evento foi gratuito e aberto ao público. Para assistir, acesse o canal IREETV no Youtube.

18/03: Apresentador do debate de conjuntura do Cofecon sobre “Cortes de gastos resolvem nossos problemas fiscais”

www.cofecon.org.br/2021/03/18/cofecon-realizou-debate-sobre-cortes-de-gastos-e-politica-fiscal/

O Conselho Federal de Economia realizou nesta quinta-feira, 18 de março, um debate de conjuntura, com o tema “Cortes de gastos resolvem nossos problemas fiscais?”. O evento foi transmitido ao vivo e o vídeo completo encontra-se disponível no canal do Cofecon no YouTube.

Com as presenças dos economistas Marcos de Barros Lisboa, atual diretor-presidente do Insper e colunista da Folha de S. Paulo, e Simone Deos, professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e editora adjunta da Review of Political Economy, o evento contou com apresentação do presidente da autarquia, Antonio Corrêa de Lacerda, e mediação do conselheiro coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino.

Ao falar sobre o debate, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, contextualizou a discussão no momento de pandemia. “Sempre nos vemos no dilema da questão fiscal, e no Brasil, além dos próprios problemas, padece de verdadeiras armadilhas que foram criadas”. Crítico do teto de gastos instituído em 2016, Lacerda falou que não há precedente de países que adotaram uma fórmula tão rígida por um tempo tão longo e criticou a ideia de que o orçamento do governo é semelhante ao orçamento familiar.

Fernando Aquino, conselheiro coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon e mediador do debate, afirmou que o tema é controverso, inclusive no debate internacional. “Há várias posições diferentes sobre como conduzir o endividamento público e a restrição financeira, especialmente neste contexto de pandemia”, comentou Aquino. “É interessante ter visões diferentes para abrir o debate para os economistas e para os interessados no tema”.

07/04: XX Seminário sobre Campanhas Salariais do Sindicato dos Engenheiros de SP

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/09/lacerda-fala-ao-sindicato-dos-engenheiros-de-sao-paulo/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou do XX Seminário sobre Campanhas Salariais do SEESP, realizado dia 7 de abril. O evento contou com a participação de especialistas do mundo do trabalho, representantes das empresas onde os engenheiros atuam, dirigentes sindicais e empregados e assessores da entidade.

De acordo com Lacerda, a economia sofre com o mau gerenciamento da crise sanitária. “Primeiro com o negacionismo por parte do governo federal e uma péssima gestão, a interlocução dos três poderes é muito ruim, e mais ainda com os entes subnacionais, governadores e prefeitos”, criticou. O economista considera o primeiro trimestre de 2021 “perdido”, com a vacinação lenta e sem o auxílio emergencial, além do aumento do desemprego e do custo de vida. “O resultado disso vai ser um crescimento pífio da economia, que se chegar a 2% lá no final do ano vai ser um resultado que eu considero, aos olhos de hoje, otimista”, afirmou.

Para o presidente do Cofecon, a potencialidade do Brasil continua imensa. “Mas infelizmente as restrições autoimpostas da política econômica, o apequenamento dessa visão de política econômica e ainda a má gestão da crise não deixam qualquer espaço para uma reação”, finalizou Lacerda.

07/04: Vídeo da Vigília pela vida e pela liberdade da Rede TVT

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/07/presidente-do-cofecon-estara-presente-na-vigilia-pela-vida-e-pela-liberdade-da-tvt/>

O Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou do evento “Vigília pela Vida e pela Liberdade” promovido pela TVT. O ato virtual em defesa de jornalistas perseguidos judicialmente e atacados foi ao ar em 7 de abril, das 20h às 21h30, no YouTube e Facebook do Cofecon.

Organizado por 41 entidades e movimentos de jornalistas, juristas, profissionais de saúde e outras categorias profissionais, o ato vai contar com participações de Chico César, Aroeira, Luís Nassif, Laerte, Renato Braz, Pedro Hallal, Vladimir Safatle, Otto e dezenas de outras. Os operadores do Direito que participarão do ato incluem Cláudio de Souza Neto, autor de uma Ação direta de inconstitucionalidade contra o assédio judicial e processual a jornalistas. No Dia Mundial da Saúde e

no Dia do Jornalista no Brasil, a Vigília pela Vida e pela Liberdade une-se a milhares de movimentos e entidades e milhões de brasileiras e brasileiros.

10/04: Debate promovido pelo portal Planeta Azul sobre o Pacote de Joe Biden

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/15/lacerda-fala-sobre-novo-pacote-de-investimentos-do-presidente-dos-eua/>

Para falar sobre o pacote de investimentos estatais de 2,2 trilhões de dólares, de Joe Biden, com a pretensão de atualizar a infraestrutura dos Estados Unidos, revitalizar a manufatura, desenvolver pesquisas científicas e fortalecer cadeias de abastecimento, o Planeta Azul organizou um debate com o presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Corrêa de Lacerda, e o jornalista e economista José Paulo Kupfer no dia 10 de abril.

Biden disse que o pacote é uma forma de criar “a economia mais forte, mais resistente e inovadora do mundo”, além de “milhões de empregos bem remunerados”. A expectativa é de que esta seja apenas a primeira parte de um plano maior, que ainda terá investimentos voltados para a área de saúde e, especialmente, da pesquisa científica.

Para o presidente do Cofecon, “desde o Governo Temer, a linha econômica que vem prevalecendo na equipe que conduz a política econômica brasileira é uma linha mais ortodoxa liberal.” Isso, para ele, seria um impeditivo para uma implementação desse tipo de programa no Brasil, além de limitações já impostas, como o teto de gastos.

Para financiar o projeto, a intenção de Joe Biden é elevar o imposto das empresas de 21% para 28%. Além da elevação de impostos, que será a principal fonte de recursos, o presidente norte-americano também pretende adotar medidas destinadas a impedir o deslocamento de lucros para outros países. A ideia é incentivar as empresas a manter suas operações nos Estados Unidos e, conseqüentemente, elevar a arrecadação em território nacional.

“Guedes e companhia não têm uma visão do estado como o protagonista. O Biden de longe não é um estatista, mas ele está fazendo o óbvio”, afirmou Lacerda no debate virtual. “Na crise não tem jeito, o estado tem que fazer o seu papel indutor e coordenador do processo. O setor privado é um ator importante, mas o estado tem que exercer um papel multiplicador”, complementa.

22/04: Programa Economia em Debate “A Economia Brasileira na Atualidade”, do Portal Tucumã

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/20/presidente-do-cofecon-participa-do-economia-em-debate/>

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, foi o convidado do programa Economia em Debate, do Portal Tucumã, para discutir a atual situação da economia brasileira. A entrevista foi transmitida ao vivo na página do Portal Tucumã no Facebook, na quinta-feira (22/04), às 15h.

As dificuldades econômicas impostas pela pandemia e as respostas dadas pelo Governo Federal no enfrentamento a este problema são alguns dos assuntos abordados no programa. Lacerda também discutiu a questão do desemprego, das reformas tributária e administrativa, além de traçar perspectivas para a economia brasileira.

O presidente do Conselho Regional de Economia do Amazonas (Corecon-AM), Martinho Azevedo, e Mourão Jr., conselheiro do Corecon-AM, são comentaristas fixos do Economia em Debate. A apresentação do programa é feita pelo economista Jefferson Praia.

26/04: Debate promovido pelo Cofecon sobre “Covid-19: Complexo Econômico-Industrial da Saúde como Saída Estruturante da Crise”

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/23/cofecon-participa-de-debate-sobre-fortalecimento-do-complexo-economico-industrial-da-saude/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, conversou com especialistas da Fiocruz, UFRJ e Unicamp para debater a conjuntura econômica brasileira e as perspectivas de um novo desenvolvimento ancorado no fortalecimento da área da saúde. O evento “COVID-19: Complexo Econômico-Industrial da Saúde como saída estruturante da crise” foi transmitido ao vivo pelo canal do Cofecon no YouTube na segunda-feira (26/04), às 17h.

Lançado pela Fundação Oswaldo Cruz, o estudo “Desenvolvimento, saúde e mudança estrutural: o Complexo Econômico-Industrial da Saúde 4.0 no contexto da COVID-19”, coordenado pelo economista Carlos Grabois Gadelha (Fiocruz), é fruto do trabalho de 35 pesquisadores de dez instituições científicas brasileiras de excelência e contou com a parceria do Centro Internacional Celso Furtado. Gadelha participou da live, bem como os especialistas José Cassiolato, coordenador da RedeSist/IE/UFRJ, e Denis Gimenez, diretor do CESIT/IE/Unicamp.

1º/05: Debate pelo Dia do Trabalhador, promovido pelo Canal Carta Capital, com transmissão pelo YouTube da Carta Capital.

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/30/presidente-do-cofecon-participa-de-live-promovida-pela-carta-capital/>

No dia 30 de abril, às 16 horas, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou de uma live promovida pela Carta Capital, com o tema “As razões para protestar no Dia do Trabalhador”. O outro debatedor foi o vice-presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores, Vagner Freitas, e ambos serão entrevistados pelo jornalista André Barrocal. A transmissão foi feita pelo canal da revista no YouTube.

O País tem 20 milhões de pessoas desempregadas ou que desistiram de procurar vaga. A inflação não dá trégua: a carne subiu 31% em 12 meses e a gasolina, 21% de janeiro a março. O auxílio emergencial voltou, mas menor do que em 2020. O governo Bolsonaro retomou o programa emergencial de redução de jornada e de salário e de suspensão temporária de contratos. Lacerda e Freitas abordaram estes assuntos, às vésperas do Dia do Trabalhador.

06/05: Debate de conjuntura sobre o tema Política Monetária na Atual Conjuntura, com transmissão pelo YouTube do Cofecon

<https://www.cofecon.org.br/2021/04/27/cofecon-realiza-debate-sobre-politica-monetaria/>

Como já é tradicional durante as sessões plenárias, o Conselho Federal de Economia realizou um debate de conjuntura no dia 06 de maio, às 17 horas, com transmissão pelo YouTube. O tema da vez foi Política Monetária na Atual Conjuntura, momento em que o Banco Central promove um ciclo de elevações na taxa básica de juros. Os convidados foram os economistas Gabriel Galípolo e Guilherme Mello.

Gabriel Galípolo é presidente do Banco Fator desde 2017, Gabriel é formado em Ciências Econômicas e mestre em Economia Política, ambos pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Foi chefe da assessoria econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo (2007), diretor da Unidade de Estruturação de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (2008). Em 2009 fundou a Galípolo Consultoria, da qual é sócio-diretor. Foi professor da Graduação da PUC-SP e do MBA de PPPs e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. É coautor dos livros “Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo” e “A escassez na abundância capitalista”.

Guilherme Mello é graduado em Ciências Econômicas (PUC/SP, 2006) e em Ciências Sociais (USP, 2008), Mestre em Economia Política (PUC/SP, 2009) e doutor em Ciência Econômica (Unicamp, 2013). Atualmente, Guilherme é professor e coordenador do programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico do IE-UNICAMP.

26/05: Debate com tema “Impactos de variáveis externas às empresas sobre sua respectiva estratégia”

<https://www.cofecon.org.br/2021/05/26/presidente-debatera-impactos-de-variaveis-externas-sobre-estrategia-das-empresas/>

Na quarta-feira (26/05), às 15 horas, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou de uma mesa de debates com o tema “Impactos de variáveis externas às empresas sobre sua respectiva estratégia”. Ele esteve junto ao economista Nelson Marconi, enquanto Paulo Roberto Feldman atuou como moderador.

A mesa de debates faz parte de um evento online promovido pela Universidade de São Paulo (USP) com o tema “Perspectivas da economia das organizações no cenário pós-pandemia”, que será composto de uma mesa de abertura e quatro mesas de debates.

25/05: 76ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no formato online.

Evento sem cobertura.

31/05: Debate sobre Saneamento e saúde – Sabesp pública, no Canal do Prof. Eliseu Gabriel

<https://www.cofecon.org.br/2021/05/29/lacerda-sera-um-dos-palestrantes-do-ciclo-de-debates-marco-legal-do-saneamento/>

Na segunda-feira, dia 31 de maio, às 14h, o presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Corrêa de Lacerda, participou do “Ciclo de Debates: Marco Legal do Saneamento” promovido pelo professor e vereador do Município de São Paulo, Eliseu Gabriel, com apoio do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo.

Além do presidente do Cofecon, estiveram no debate o presidente da Fundação João Mangabeira e ex-governador de São Paulo, Márcio França, o ex-deputado estadual Rodolfo Costa e Silva, o presidente do Seesp, Murilo Celso Campos Pinheiro, e o assessor de saneamento da Confederação Nacional dos Urbanitários Edson Aparecido da Silva. O debate foi transmitido pelo canal oficial do YouTube de Eliseu Gabriel e pelo Facebook.

06/06: Debate na TVGGN com o jornalista Luis Nassif

<https://www.cofecon.org.br/2021/06/02/lacerda-participara-de-debate-com-luis-nassif-na-tvogg/>

O presidente do Conselho Federal de Economia, Antonio Corrêa de Lacerda, participou de um debate ao vivo com o jornalista Luis Nassif e Mariana Nassif no dia 02 de junho, às 20h, na TVGGN, através do canal de YouTube do Jornal GGN.

06/06: Participação no programa Conversas com Economistas no Canal do YouTube do economista Paulo Gala

<https://www.cofecon.org.br/2021/06/04/presidente-participara-de-live-conversas-com-economistas/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, foi convidado para a live Conversas com Economistas, que foi transmitida no domingo (06/06) às 14h30. O programa foi ao ar pelo YouTube, no canal do economista Paulo Gala. Os debatedores foram os economistas Paulo Gala, José Márcio Rego e Gabriel Galípolo.

O nome do programa remete a dois volumes intitulados “Conversas com Economistas Brasileiros”, publicados em 1996 e 1999 e organizados pelo economista José Márcio Rego. Ele é graduado em Administração Pública (FGV/SP) e Economia (USP), mestre em Administração Pública e Governo (FGV/SP) e em Ciência Política (Unicamp) e doutor em Comunicação e Semiótica (PUC/SP) e em Economia de Empresas (FGV/SP).

Paulo Gala é graduado em Economia pela FEA-USP. Mestre e Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Foi pesquisador visitante nas Universidades de Cambridge UK e Columbia NY. É professor de economia na FGV-SP desde 2002. “Brasil, uma economia que não aprende” é o seu último livro.

Gabriel Galípolo é graduado pela PUC/SP e mestre em Economia Política pela mesma universidade. Desde 2017 é presidente do Banco Fator. Foi chefe da assessoria econômica da Secretaria de Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo (2007), diretor da Unidade de Estruturação de Projetos da Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo (2008). Em 2009 fundou a Galípolo Consultoria, da qual é sócio-diretor. Foi professor da Graduação da PUC/SP e do MBA de PPPs e Concessões da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. É também coautor dos livros “Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo” e “A escassez na abundância capitalista”.

28/06: Palestra sobre “Equilíbrio econômico-financeiro: argumentos econômicos para a renegociação de contratos”, realizado pela Internews.

<https://www.cofecon.org.br/2021/06/17/presidente-do-cofecon-discute-o-tema-revisao-de-contratos-por-imprevisibilidade-ou-desequilibrio-economico-2/>

Os impactos econômicos provocados pela pandemia tornaram muitos contratos insustentáveis para alguma das partes. A revisão contratual é um recurso que, nestes casos, pode e tem sido utilizado, com o fim de adequar as atividades econômicas às condições impostas pela nova realidade. Para analisar essa complexa situação, a InterNews promoveu o seminário “A Revisão de Contratos por Imprevisibilidade ou Desequilíbrio Econômico”, que contou com a participação do presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda.

Junto ao presidente do Cofecon, discutiram o assunto o Juiz Federal Silvio Luis Ferreira da Rocha e os advogados especializados em revisão de contratos Rafael Valim, Antonio Lawand Junior, Daniel Tardelli Pessoa e Gustavo Michel Arbach. O seminário foi realizado em formato virtual, nos dias 28 e 29 de junho, das 9h às 13h. O evento debateu o passo a passo de análises, negociações e procedimentos para revisão de contratos entre empresas ou com a administração pública.

Em sua abordagem, o presidente do Cofecon explicou por que os pleitos para a revisão de contratos precisam estar muito bem fundamentados em fatos econômicos concretos e demonstrou como os desequilíbrios econômicos devem ser argumentados para que os pedidos de revisões contratuais obtenham êxito.

16/07: Participou da 77ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no formato híbrido.

Evento sem cobertura.

05/08: Participou da Mesa de Honra da Abertura da “Audiência Pública – PEC 32/2020: Reforma Administrativa”, realizada pela OAB Nacional

<https://www.cofecon.org.br/2021/08/05/presidente-critica-pec-32-em-audiencia-da-oab/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou na quinta-feira (05/08) de uma audiência pública realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para discutir a PEC 32/2020 (reforma administrativa). O evento, que teve como título “Reforma Administrativa, pontos críticos e aprimoramento indispensável para a preservação dos princípios da administração pública”, foi realizado em ambiente virtual e transmitido pelo canal da OAB no Youtube.

O Cofecon esteve presente junto a outras entidades que apresentaram suas manifestações na mesa virtual de abertura. Lacerda apresentou uma visão crítica à PEC 32 argumentando que ela traz, em sua origem, a ideia equivocada do “Estado mínimo”. Afirmou ainda que não estão apresentados

os argumentos que respaldem a proposta e ressaltou que, num cenário tão grave de crise, o Brasil precisa de um Estado empreendedor.

13/08: Diálogo com economistas em comemoração ao Dia do Economista

<https://www.cofecon.org.br/2021/08/13/dialogo-com-economistas-marca-o-dia-do-economista-no-cofecon-2/>

José Márcio Rego foi o economista convidado para a live realizada no dia 13 de agosto, às 17 horas, com transmissão pelo canal do Cofecon no Youtube. O evento fez parte das comemorações do Dia do Economista. A apresentação foi do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e a mediação ficou com a conselheira federal Ana Claudia Arruda Laprovitera.

O tema do evento foi “Diálogos com Economistas” e remete aos livros Conversas com Economistas publicados por Rego. A proposta do evento foi aliar o material produzido por Rego ao contexto econômico atual, atualizando conceitos, promovendo análises e provocando um debate com foco no desenvolvimento.

José Márcio Rego é graduado em economia e administração pública, com dois mestrados (Administração Pública e Ciência Política) e dois doutorados (Comunicação e Semiótica Economia de Empresas). É professor aposentado e empresário.

24/08: Participou da 78ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, no formato híbrido.

Evento sem cobertura.

]31/08: Apresentou a live “Combate à Corrupção e as Empresas Brasileiras” do Cofecon

<https://www.cofecon.org.br/2021/08/26/cofecon-e-juristas-debatem-combate-a-corrupcao-seguranca-juridica-e-empresas-brasileiras/>

Walfrido Warde e Rafael Valim, ambos do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), foram os convidados para live Combate à Corrupção e as Empresas Brasileiras, que foi transmitida no dia 31 de agosto às 17 horas pelo canal do Cofecon no Youtube. A apresentação foi do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda.

O tema da live remete ao título do livro de Warde e Valim, “Abutres, ingênuos e a ameaça de destruição da grande companhia: um enfoque jurídico e econômico”. Walfrido Warde é sócio fundador do Warde Advogados, presidente do IREE e Conselheiro da OAB/SP para o biênio 2019/2021. É autor do livro “O Espetáculo da Corrupção” e do Plano de Salvamento do Projeto Nacional de Infraestrutura”, que inspirou a MP 703/2015, o PL 3636/15 e o PL 4703/16. Também é de sua autoria o anteprojeto do PL 4303/12, que institui o Regime Especial de Sociedade Anônima Simplificada (SAS). Mestre em Direito pela New York University School of Law e Doutor em Direito Comercial pela USP. Pesquisador bolsista no Max-Planck em 2004, 2005, 2007 e 2008. Bacharel em Direito e em Filosofia pela USP.

Rafael Valim é Sócio do Warde Advogados e Diretor do IREE, advogado e parecerista. Doutor e mestre em Direito Administrativo pela PUC-SP, onde lecionou de 2015 a 2018, atualmente é professor visitante na University of Manchester (Inglaterra), na Université Le Havre Normandie (França), na Universidad Panamericana (México), na Universidad de Comahue (Argentina) e acadêmico visitante no Institute of European and Comparative Law da Universidade de Oxford (Inglaterra). É membro do Instituto Internacional de Derecho Administrativo, do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

08/09: Realizou palestra inaugural do XXIV Congresso Brasileiro de Economia, sobre o tema “Cenário econômico pós-pandemia”

<https://www.cofecon.org.br/2021/09/08/lacerda-realiza-palestra-inaugural-do-xxiv-congresso-brasileiro-de-economia/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, realizou na quarta-feira (08/09) a palestra inaugural do XXIV Congresso Brasileiro de Economia. Ele abordou o cenário econômico pós-pandemia e discorreu acerca de vários problemas estruturais que a economia brasileira precisa superar, e que são agravados pela conjuntura desfavorável.

“A pandemia afeta a grande maioria dos países, mas no Brasil há um descaso, uma incompetência de gestão que fez com que 600 mil pessoas perdessem a vida e milhões tenham sido infectadas, gerando perdas enormes do ponto de vista econômico”, iniciou Lacerda. Além dos aspectos estruturais da economia, o presidente também abordou os conjunturais: crescimento da população subutilizada, impactando no consumo; queda nos investimentos públicos, devido “às amarras autoimpostas” (PEC do teto), a queda expressiva nos desembolsos do BNDES desde 2013 e 2014, a crise político-institucional, a deterioração das expectativas (volatilidade cambial, inflação, alta dos juros, renda em queda, crise hídrica) e o quadro internacional (fim dos incentivos, elevação dos juros nos Estados Unidos, queda nas Commodities e desaceleração em vários países).

07/10: Participou da mesa de abertura do 25º Encontro de Economistas da Região Sul (Enesul), em formato virtual.

<https://www.cofecon.org.br/2021/10/07/presidente-do-cofecon-participa-do-25o-enesul/>

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, participou na quinta-feira (07/10) do 25º Encontro dos Economistas da Região Sul – Enesul. O evento foi promovido pelo Conselho Regional de Economia do Rio Grande do Sul (Corecon-RS), com o apoio dos Conselhos Regionais de Economia do Paraná e de Santa Catarina. O Enesul aconteceu em formato virtual e tem como tema central “Mais uma década perdida e a recuperação nacional pós-Covid19: desafios”.

Lacerda abriu o segundo dia de evento fazendo um balanço da atual conjuntura econômica brasileira e o papel dos economistas na atual crise vivenciada pelo país. Em sua fala, o presidente do Cofecon enalteceu a iniciativa dos Corecons da Região Sul, que mantiveram a organização do tradicional Enesul, mesmo com todas as adversidades do momento, e destacou o esforço do Sistema Cofecon/Corecons para continuar municiando a sociedade e a categoria de economistas com conteúdos econômicos relevantes ao longo da pandemia.

07/10: Participou do debate sobre o filme A Bolsa ou a Vida

<https://www.cofecon.org.br/2021/10/04/a-bolsa-ou-a-vida-estrategias-para-reconstrucao-nacional-no-pos-pandemia/>

O Brasil emerge da pandemia trazendo problemas que exigem respostas urgentes, sustentáveis e inclusivas, com foco no bem-estar coletivo, contemplando principalmente a população mais vulnerável, assim como na preservação do meio ambiente. Neste contexto, e com a finalidade de traçar estratégias concretas para o País, a produtora Caliban e o Conselho Federal de Economia (Cofecon) promoveram debate a partir do filme “A Bolsa ou a Vida” e da obra de Celso Furtado, na quinta-feira, 7 de outubro, às 17h, com transmissão pelo Youtube do Cofecon.

O encontro contou com a presença do premiado cineasta Silvio Tendler, diretor do filme “A Bolsa ou a Vida”, e do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, que, entre outros livros, é autor de “Celso Furtado, 100 anos: pensamento e ação”. O filme e o livro serviram como ponto de partida para o debate, que pretende oferecer estratégias para o Brasil de 2022.

Com a apresentação do jornalista Juca Kfourir, questões que trazem à superfície as consequências do Estado Mínimo e do desmonte dos direitos trabalhistas foram discutidas pelos convidados: Carlos Gadelha, coordenador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz (CEE/Fiocruz), Tânia Bacelar, economista com vasta trajetória na área de desenvolvimento regional, Sérgio Besserman Vianna, ex-presidente do IBGE, e Luiz Pinguelli Rosa, mestre em engenharia nuclear, doutor em física e ex-presidente da Eletrobras.

22/10: Participou de live promovida pelo Corecon-TO com o tema: “O papel do Estado para a retomada do desenvolvimento”

<https://www.cofecon.org.br/2021/10/18/cofecon-e-corecon-to-realizam-live-sobre-o-papel-do-estado-para-a-retomada-do-desenvolvimento/>

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) e o Conselho Regional de Economia de Tocantins (Corecon-TO), em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT), realizaram no dia 22 de outubro, às 19h, live com o tema “O papel do Estado para a retomada do desenvolvimento”. O evento foi transmitido pelo canal do Cofecon no YouTube.

Além de receberem Certificado de Participação emitido pelo Cofecon e Corecon-TO, os inscritos no evento concorreram a dois livros: “Celso Furtado, 100 anos: Pensamento e Ação”, organizado por Antonio Corrêa de Lacerda; e “O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros”, de Fábio Henrique Bittes Terra e Daniela Magalhães Prates.

Participaram do debate o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, e o conselheiro regional do Corecon-TO Raimundo Casé. A moderação foi do conselheiro regional Nilton Marques de Oliveira. O evento contou com a apresentação da presidente do Corecon-TO, Maria do Socorro Erculano de Lima.

27/10: Realizou palestra sobre a conjuntura econômica e perspectivas para 2022 no Evento Conexão UCS

<https://www.cofecon.org.br/2021/10/22/conexao-ucs-integracao-entre-academia-mercado-e-sociedade/>

A Universidade de Caxias do Sul realizou, entre os dias 26 e 28 de outubro, o 2º Conexão UCS, evento on-line com o propósito de integrar a Área do Conhecimento de Ciências Sociais e estreitar os laços de colaboração entre academia, mercado e comunidade, promovendo uma discussão com perspectiva otimista, criativa, transversal e ampla, a partir de visões regionais e globais.

Nesse contexto, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou como convidado, no dia 27/10, às 20h, para falar sobre o Contexto Social Econômico Brasileiro, com a mediação de Mosar Leandro Ness. Com carga horária de 9 horas, outros temas abordados durante o encontro foram Economia Criativa em Serviços, Opinião Pública e a Desconstrução da Informação, Panorama Econômico, Transformação Digital e a Inovação para Sair da Crise.

03/11: Participou de live de divulgação do “II Encontro Maranhense de Economia – EME” sobre o tema “A Atual conjuntura da economia brasileira e as perspectivas pós pandemia

<https://www.cofecon.org.br/2021/10/29/presidente-do-cofecon-participa-de-pre-evento-com-o-tema-a-atual-conjuntura-da-economia-brasileira-e-as-perspectivas-pos-pandemia/>

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, foi convidado do Corecon-MA no pré-evento virtual que marca o início da programação do II Encontro Maranhense de Economia. A live aconteceu no dia 03 de novembro, às 20h, com transmissão pelo canal do YouTube do Cofecon.

O tema do debate, que foi mediado pelo conselheiro federal Heric Hossoé, foi “A atual conjuntura da economia brasileira e as perspectivas pós-pandemia”. Após a apresentação do presidente do Cofecon, houve espaço para perguntas.

04/11: Participou do programa Alexandre Santos Convida

<https://www.cofecon.org.br/2021/10/29/presidente-do-cofecon-participa-do-programa-alexandre-santos-convida/>

Na quinta-feira (04/11) o programa “Alexandre Santos Convida” recebeu o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, para falar sobre a situação econômica do Brasil. A transmissão foi feita ao vivo pelos canais do Cofecon e do Arte agora, no YouTube, às 17 horas.

09/11: Proferiu palestra sobre “Indústria 4.0, Transformações na Economia Global e Desenvolvimento Econômico” em Audiência Pública do CEDES

<https://www.cofecon.org.br/2021/11/09/em-audiencia-na-camara-lacerda-fala-sobre-industria-brasileira/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou de uma audiência pública realizada pela Câmara dos Deputados na manhã de terça-feira (09/11). O evento foi transmitido ao vivo pela internet e teve como tema “Indústria 4.0, Transformações na Economia Global e Desenvolvimento Econômico”.

Lacerda foi o primeiro a falar e caracterizou a Indústria 4.0 e as transformações na economia global como um desafio e uma oportunidade para o Brasil, que tem uma longa experiência na área de industrialização. Lacerda também contestou a visão de que o Brasil tenha uma economia fechada. O presidente do Cofecon também caracterizou o Brasil, do ponto de vista da inserção internacional, vivendo uma assimetria, pois como um país receptor de investimentos diretos, mas pouco participativo nas cadeias globais de valor quando se trata de inovação.

Em seguida, apontou a indústria extrativa mineral e os setores de eletricidade como de bom desempenho, e construção civil e indústria de transformação como áreas em queda livre. Lacerda também comentou uma contradição: na maior crise econômica já vivida pelo Brasil, há uma queda nos investimentos públicos em porcentagem do PIB. Para retomar o crescimento, na visão de Lacerda, é fundamental ter maior inserção internacional e industrial.

Para retomar o crescimento, na visão de Lacerda, é fundamental ter maior inserção internacional e industrial. Lacerda também criticou a junção de ministérios realizada pelo atual governo com a criação do ministério da Economia. O economista argumenta que o Brasil tem vantagens, como economia de escala e escopo, autossuficiência energética e hídrica, biodiversidade e histórico de industrialização.

11/11: Participou do XVII Encontro de Economia da Bahia do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFBA

<https://www.cofecon.org.br/2021/11/12/lacerda-realiza-palestra-no-xvii-encontro-de-economia-baiana/>

Para falar sobre a agenda de reformas e a recuperação da economia brasileira, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou como debatedor de mesa redonda com o professor Mauro Borges, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), no dia 11 de novembro, às 15h50. A Mesa era parte da programação do XVII Encontro de Economia Baiana, que aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro.

O evento abordou as estratégias das duas maiores economias do mundo, EUA e China; as agendas de reforma no Brasil; a questão ambiental; o agronegócio e o desenvolvimento da Bahia, sob um olhar plural. Também participaram do evento Elias Jabour (UERJ), André Roncaglia (Unifesp), Ihering Alcoforado (UFBA), Cecília Lustosa (UFRJ), Reinaldo Sampaio (Abirochas) e Roberto Paulo (UESB).

12/11: Participou de reinauguração da Casa do Economista de São Paulo

<https://www.cofecon.org.br/2021/12/06/corecon-sp-inaugura-casa-do-economista-apos-reforma/>

No dia 12 de novembro, o Conselho Regional de Economia de São Paulo (Corecon-SP) reinaugurou a Casa do Economista do estado. Além do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, estavam presentes Luiz Barsi Filho, presidente do Corecon-SP, integrantes dos conselhos e economistas. O evento celebrou a reinauguração do local após uma reforma geral.

O evento também contou com uma homenagem pela realização do XXIV Congresso Brasileiro de Economia (CBE), que ocorreu entre os dias 8 e 10 de setembro de 2021. Antonio Corrêa de Lacerda, Luiz Barsi Filho e o conselheiro federal Waldir Pereira Gomes receberam placas comemorativas de reconhecimento pelo congresso.

18/11: Participou de webinar do FNQ sobre política industrial

<https://www.cofecon.org.br/2021/11/23/lacerda-fala-sobre-politica-industrial-em-webinar/>

O presidente do Conselho Federal de Economia (Cofecon), Antonio Corrêa de Lacerda, participou de webinar da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) na quinta-feira (18/11). Com o tema “Política industrial ainda faz sentido?”, o evento foi conduzido pelo presidente executivo da FNQ e membro do Conselho Superior de Inovação e Competitividade (Conic) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Ronald Dauscha.

23/11: Participou da Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em formato presencial

<https://www.cofecon.org.br/2021/11/24/lacerda-participa-de-reuniao-do-forum-dos-conselhos-federais-de-profissoes-regulamentadas/>

O presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou na terça-feira (23) da reunião do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas – o Conselhão. O encontro ocorreu na sede do Conselho Federal de Administração e, entre outros itens de pauta, contou com uma exposição do ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União, e com a participação do coordenador do Fórum e presidente do CFA, Mauro Kreuz.

Entre os temas tratados, Nardes expos a visão do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre os temas de Governança, prestação de contas dos conselhos profissionais e Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Ao pedir a palavra, Lacerda elogiou a exposição de Nardes e manifestou a total aderência do Cofecon aos preceitos de governança. Lacerda apontou a Emenda Constitucional 95 como tendo um viés anti-investimento do ponto de vista macroeconômico.

24/11: Presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, participou, por meio de gravação, da abertura do XII Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal – XII ENAM

<https://www.cofecon.org.br/2021/11/18/vem-ai-o-xii-enam-com-o-tema-o-desenvolvimento-regional-sustentavel-por-economistas-amazonidas/>

Nos dias 24 a 26 de novembro o Corecon-AM realizou o XII ENAM – Encontro das Entidades de Economistas da Amazônia Legal. O evento teve como tema central “O Desenvolvimento Regional Sustentável por Economistas Amazonidas” e contou com o apoio do Cofecon e dos Conselhos Regionais de Economia que fazem parte da área (região Norte, mais Maranhão e Mato Grosso), além de instituições privadas, universidades e órgãos públicos de atuação local e regional.

O encontro tem como objetivo colocar em discussão os impactos da revolução industrial que o País começa a vivenciar sobre a trajetória do desenvolvimento regional, com foco nas oportunidades e desafios criados para os profissionais das Ciências Econômicas. Foi realizado em formato híbrido, gravado e disponibilizado no canal do Corecon-AM no YouTube.

O evento teve sua abertura no dia 24 de novembro, às 18 horas, com participação do presidente e da vice-presidente do Corecon-AM, Martinho Azevedo e Michele Aracaty, e do presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda. Às 19 horas do mesmo dia foi realizada a palestra magna, a cargo do economista Gesner Oliveira, cujo tema foi “Em Busca de uma Economia para a Amazônia”.

29/11: Participou do debate de conjunto do Cofecon sobre “Bidenomics” e o Brasil

<https://www.cofecon.org.br/2021/11/30/bidenomics-e-o-brasil-2/>

O Conselho Federal de Economia realizou na segunda-feira (29) mais um debate de conjuntura. O tema, desta vez, foi a agenda econômica do governo de Joe Biden – ou, no termo criado em inglês, “Bidenomics”. O debate contou com a presença dos economistas André Roncaglia e Laura Carvalho, além do jornalista Fábio Graner.

O presidente norte-americano lançou uma política econômica com base no gasto público: um programa de estímulos de 1,9 trilhão de dólares; um programa de gastos de 2,3 trilhões em

infraestrutura; e um Plano de Auxílio às Famílias Americanas, no valor de 1,8 trilhões. O pacote seria o maior plano de estímulos desde o New Deal – uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937.

O conselheiro federal Fernando de Aquino, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, em sua fala de abertura apresentou a importância do tema. Ao encerrar o debate, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, afirmou que os palestrantes colocaram muito bem as limitações, muitas delas autoimpostas, da política econômica brasileira.

ANEXO IV PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES EM EVENTOS

NACIONAIS

21/01 - Debate sobre “Políticas de Desenvolvimento para o Brasil” com os professores de Economia Paulo Gala e Elias Jabbour

Como já é tradicional durante as sessões plenárias, o Cofecon realizou nesta quinta-feira (21/01), às 17 horas, um debate de conjuntura. O evento foi transmitido por meio do canal da autarquia no Youtube. Paulo Gala e Elias Jabbour discutiram políticas de desenvolvimento para o Brasil e, em suas falas, colocaram ênfase na função do Estado para a retomada da economia.

“Há um apequenamento da visão de política econômica”, afirmou o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda. “Na verdade, nós tivemos não só uma visão restrita do papel da política econômica e do Estado, mas do ponto de vista de gestão, a junção dos antigos ministérios do Planejamento, da Fazenda, da Indústria e Comércio, do Trabalho e Emprego, que já havia absorvido a Previdência, num superministério da Economia, que na verdade se revela um ministério das finanças. Não há interlocução com os trabalhadores, com os empresários e com a sociedade civil”.

O coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, Fernando de Aquino Fonseca Neto, também falou antes do início do debate. “Temos uma conjuntura de curto prazo, um problema de saúde e de recessão que acabam preponderando. Mas não podemos perder o caminho de colocar o Brasil entre as economias desenvolvidas”, argumentou o conselheiro.

02/02: A Superintendente, Aline Tales Ferreira, participou da Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), presencialmente na sede do CFA, em Brasília-DF.

04, 11, 18 e 25/02: O economista Jorge Cury Neto ministrou oficina sobre Introdução à Economia da Oralidade – Módulo 2

O economista Jorge Cury Neto apresentará, de 04 a 25 de fevereiro, o segundo módulo da oficina Introdução à Economia da Oralidade. A qualificação faz parte do Programa EAD para Economistas, desenvolvido pelo Cofecon desde 2020, e será oferecida gratuitamente a economistas, estudantes de Economia e demais profissionais interessados no tema.

A economia da oralidade é um campo que trata da expressão oral como elemento econômico. Como campo do conhecimento, é dedicado ao estudo transdisciplinar aplicado ao pleno uso econômico da oralidade e suas implicações sociais, políticas, culturais, tecnológicas e educacionais. Já o processo de voice design é a aplicação prática da economia da oralidade, o projeto e planejamento da voz e, por extensão, o planejamento do ato de fala capaz de gerar credibilidade e consequentes resultados econômicos.

As aulas serão apresentadas ao vivo, no canal do Cofecon no Youtube, às quintas-feiras, das 17h às 18h. Em seguida, os vídeos ficam disponíveis na plataforma por dois meses. Os interessados devem acessar o site www.cofecon.org.br/ead para realizar inscrição e baixar material. Após a conclusão, será emitido certificado.

A primeira aula, no dia 04, abordará Projeto Experimental: True News – Apresentação, Do Caos ao Logos, Da Semente à Semântica; a segunda, dia 11, tratará de O legado de Adam Smith na Economia da Oralidade, A Teoria dos Sentimentos Morais e A riqueza das nações. Em seguida, no dia 18, Jorge falará sobre Estrutura de diálogo, Tese, Antítese e Síntese, e O discurso como ativo socioeconômico. Por fim, no dia 25, os participantes terão acesso à execução do projeto experimental True News e aprenderão sobre Design da vocalização, da síntese e da oralidade, e sobre Conhecimento, habilidade e atitude no Ecosystema.

Jorge Cury Neto é graduado em Economia pela FESP, em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela PUC-PR e possui certificado internacional em coaching. É autor do livro digital “Economia da Oralidade”.

09/02: O conselheiro federal Lauro Chaves Neto e a vice-presidente do Corecon-CE, Silvana Parente, participaram de live sobre as primeiras medidas adotadas pelo presidente do Estados Unidos, Joe Biden, no início do mandato e os impactos para o Brasil e o Ceará

Nesta terça-feira, 09 de fevereiro, o Conselho Regional de Economia do Ceará (Corecon-CE) realizará uma live no Instagram (@coreconceara) para analisar as primeiras medidas adotadas pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, no início do mandato e os impactos para o Brasil e o Ceará.

Participam do debate, com início às 18h, a vice-presidente do Corecon-CE, Silvana Parente, e o conselheiro federal Lauro Chaves Neto, professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e PhD em Desenvolvimento Regional. “Vamos discutir exatamente o que muda na gestão Biden em relação ao governo Trump e quais os impactos econômicos para o Brasil e o Ceará. Analisaremos as primeiras medidas adotadas, as agendas ambiental e de direitos humanos, a relação EUA e Brasil, inclusive o que pode afetar acordos comerciais já firmados”, comenta Silvana Parente.

A vice-presidente do Corecon-CE acredita que Joe Biden priorizará questões ambientais, pressionando o governo brasileiro para um reposicionamento em relação ao tema. “A depender dessa resposta, pode afetar diretamente a economia, inclusive os segmentos do agronegócio, mineração, madeira, e existe a possibilidade de alterações comerciais. Por outro lado, o setor privado brasileiro está ciente disso e tem se movimentado para atender essas exigências ambientais, independente do reposicionamento do governo, com o início da gestão Biden”, opina.

23/02: O Procurador-Chefe, Fábio Ronan Miranda Alves, participou da Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão); presencialmente na sede do CFA, em Brasília-DF.

03/03: A economista Maria Cristina de Araújo representou o Cofecon na Reunião extraordinária sobre a PEC 3/2021 (PEC da Imunidade) e a Ficha Limpa Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), via ambiente virtual Zoom.

08/03: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, participou da Live “O papel da mulher na economia solidária em tempos de pandemia”

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o grupo Mulheres Economistas de São Paulo e Amigos – MESA, realizou no dia 8 de março, às 17 horas, uma live com o tema “O papel da mulher na economia solidária em tempos de pandemia”. A palestrante foi a vice-presidente do Conselho Federal de Economia, Denise Kassama Franco do Amaral. A transmissão aconteceu pelo canal Mulheres Economistas de São Paulo e Amigos – MESA.

10/03: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, participou do Lançamento do livro “Cidades Inteligentes: uma abordagem humana e sustentável”, promovido pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara Legislativa, via ambiente virtual.

12/03: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, participou, com a conselheira federal Teresinha de Jesus Ferreira da Silva, de live sobre Economia Feminista

O Conselho Federal do Piauí realizou live com o tema “Economia feminista: por uma maior inclusão da mulher no contexto econômico”. Participaram Kellen Carvalho, professora pesquisadora da UFPI; Denise Kassama, vice-presidente do Cofecon; e Teresinha Ferreira, conselheira do Corecon-PI. A transmissão foi feita no dia 12 de março, às 17 horas (horário de Brasília) pelo canal do Corecon-PI no Youtube.

22/03: As conselheiras federais Ana Cláudia Arruda e Mônica Beraldo participaram de debate sobre as (reiteradas) tentativas de silenciar mulheres

Debater sobre “As (reiteradas) tentativas de silenciar mulheres” é um movimento atual, necessário e urgente. Por isso, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Mulher, o Conselho Federal de Economia – Cofecon – realizou uma live, no dia 22 de março, às 17 horas.

O evento contou com a participação da advogada Gabriela Araujo, Doutoranda em Direito Constitucional e coordenadora do Núcleo de Memória da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP. Autora, em conjunto com as advogadas Maíra Bayod e Priscila Santos, do artigo “As (reiteradas) tentativas de silenciar mulheres”, publicado recentemente no jornal Folha de S. Paulo, Gabriela ressalta a importância do debate para que o gênero feminino conquiste sua voz.

As economistas Ana Cláudia Arruda, ex-presidente do Corecon-PE e Conselheira Federal do Cofecon, e Cristiane Menezes David, que no Corecon-SP coordenou a área de indicadores econômicos, também participaram da discussão e fortalecem a iniciativa. O evento contou com a apresentação e mediação de Mônica Beraldo, Conselheira Federal e Coordenadora da Comissão Mulher Economista do Cofecon, além de presidente do Clube Soroptimista Internacional de Brasília e diretora de comunicação da Associação das Soroptimistas do DF – Brasil.

13/04: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda participou como apresentadora da live Investimentos que transformam os projetos de sua empresa em realidade

O Conselho Federal de Economia realizou uma live do ciclo “Inovação e Competitividade: Órgãos de apoio para micro e pequenas empresas” no dia 13 de abril, terça-feira às 17h. Dessa vez, o foco está nos investimentos que possuem o potencial de transformar os projetos das empresas em realidade.

O bate-papo foi moderado pela conselheira do Cofecon, Maria de Fátima Miranda e teve como convidado o gerente adjunto de planejamento do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul do Paraná e do Mato Grosso do Sul, Mateus Azeredo Müller. A transmissão ocorreu pelo canal do YouTube do Conselho Federal de Economia.

14/04: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda representou o Cofecon durante o lançamento do “Brasil Mais – Apoios Institucionais”, transmitido via youtube (canal: Ministério da Economia).

20/04: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda participou como apresentadora da Live “Empreendimentos Inovadores”

Implementar um modelo de gestão eficiente, acessar material exclusivo sobre ecossistemas de inovação, conectar-se aos maiores eventos do Brasil e do mundo e ainda internacionalizar o próprio negócio são, sem dúvidas, passos importantes para quem busca inovação. E é nesse cenário que o Cofecon recebeu, no dia 20 de abril, às 17h, em evento virtual, Francisco Saboya, presidente da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec).

O evento foi transmitido pelo YouTube do Cofecon. Saboya é economista, professor universitário e Diretor Superintendente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Pernambuco (Sebrae-PE). O evento é o 3º encontro da série de lives do Cofecon, “Inovação e Competitividade: Órgãos de Apoio para Micro e Pequenas Empresas”, promovida pelo Grupo de Trabalho Economista Empreendedor.

27/04: A Superintendente, Aline Tales Ferreira, representou o Cofecon durante a 75ª Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão), via ambiente virtual Zoom.

27/04: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda participou como apresentadora da Live “Como alcançar o sucesso como empreendedor”

Uma boa dica para quem quer empreender em qualquer área é “sempre sonhar grande, porém começar pequeno”. Começar um novo negócio exige sonho, determinação, habilidades, paixão e não menos importante conhecimento. A partir de estudos e técnicas consagradas, empreender pode se tornar realidade para quem busca trabalhar com o que gosta, oferecendo serviços e produtos para um mercado em crescente demanda por novidades. E é nesse cenário que recebemos no dia 27 de abril às 17h, o especialista em empreendedorismo Ênio Pinto, do Sebrae. O evento foi transmitido pelo YouTube do Cofecon.

Como economista e especialista em empreendedorismo, Ênio foi facilitador do Empretec, principal programa de formação de empreendedores no mundo, criado pela Organização das Nações Unidas e promovido em quarenta países. Com especializações em Finanças Empresariais e Liderança Organizacional no Brasil, além de formação internacional na França, Itália e Alemanha, Ênio atuou como professor na UNIDF e UnB.

O evento faz parte da série de lives do Cofecon, “Inovação e Competitividade: Órgãos de Apoio para Micro e Pequenas Empresas”, promovida pelo Grupo de Trabalho Economista Empreendedor.

04/05: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda participou como apresentadora da Live “Como um Anjo pode ajudar você no seu negócio”

Quem nunca precisou de uma ajuda (quase) divina para investir no próprio negócio? No dia 4 de maio, às 17h, o Cofecon recebeu Brenda Kutnikas Gildin, da organização Anjos do Brasil, para a série de lives do Grupo de Trabalho Economista Empreendedor.

O trabalho desenvolvido pela Anjos do Brasil conta com o apoio de empresários-investidores, que já trilham uma carreira de sucesso, acumulando recursos suficientes para alocar uma parte do patrimônio para investir em novas empresas. Nesse cenário, a ideia, o projeto e o sonho, precisam ser trabalhados da forma correta para atrair a atenção do seu investidor.

Brenda Kutnikas Gildin tem experiência no ecossistema de marketing e inovação e atualmente é responsável pelo relacionamento com empreendedores e parceiros da Anjos do Brasil, atuando com a atração e seleção de startups que são apresentadas para uma rede de investidores. A Anjos do Brasil é uma organização sem fins lucrativos tendo como missão fomentar no empreendedorismo brasileiro, através da disseminação de conhecimento, criar a conexão de investidores Anjos a novos empreendedores e a promoção de políticas públicas para incentivo e estímulo ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. 13/04: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda participou como apresentadora da live Investimentos que transformam os projetos de sua empresa em realidade, com a participação do BRDE, pelo Youtube do Cofecon.

05/05: A Assessoria de Comunicação promoveu evento virtual com vencedor do Prêmio Brasil de Economia 2020, categoria livro

No dia 5 de maio, quarta-feira, às 17h, o Cofecon conversou com o economista José Luis Oreiro, ex-presidente da Associação Keynesiana Brasileira e vencedor, na categoria Livro de Economia, do Prêmio Brasil de Economia (PBE) em 2020. Oreiro participou com a obra “Moeda e Sistema Financeiro”, escrito em parceria com os economistas Luiz Fernando de Paula e Rogério Sobreira Bezerra.

No encontro, foram feitos comentários sobre o livro, a premiação oferecida pelo Conselho Federal de Economia, além de algumas dicas do autor sobre o PBE, que em sua 27ª edição busca incentivar a investigação econômica em geral e estimular economistas e estudantes de economia a desenvolverem pesquisas voltadas para o conhecimento da realidade brasileira.

12/05: O jornalista Manoel Castanho apresentou a live “Prêmio Brasil de Economia – Categoria Artigo Técnico/Científico”

O Cofecon realizou na quarta-feira (12/05), às 17 horas, a segunda live da série sobre o Prêmio Brasil de Economia. O convidado foi o economista Benito Adelmo Salomão Neto, primeiro colocado na categoria Artigo Técnico/Científico em 2020 com a obra “Os efeitos dinâmicos da poluição sobre o crescimento e a inflação: A derivação do modelo canônico ambiental novo keynesiano”. A transmissão foi feita pelo canal do Cofecon no YouTube.

Benito Salomão é economista, com mestrado pela Universidade Federal de Uberlândia. Em 2020 foi Visiting Researcher na Vancouver School of Economics, onde desenvolveu pesquisa sobre a avaliação de políticas públicas aplicadas aos municípios da região conhecida como MATOPIBA. É também autor do livro Perspectivas de Desenvolvimento no Município de Uberlândia: Uma Abordagem Econômica, Social e das Finanças Públicas.

12/05: Os conselheiros Ana Cláudia Arruda e Fernando de Aquino Fonseca participaram da live “Cenários e Desafios para a Economia Brasileira”

O economista e coordenador da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economia, Fernando de Aquino foi o palestrante da live “Cenários e Desafios para a Economia Brasileira”, promovida pela Universidade Católica de Pernambuco.

O evento aconteceu no dia 12 de maio, às 19h. O debate ocorreu em parceria com a coordenadora do MBA de Economia e Negócios da Católica Business School e conselheira do Cofecon Ana Cláudia Arruda. O acesso ao evento foi por meio do canal da Unicap no YouTube

13, 20 e 27/05: Renata Monteiro Machado ministrou oficina sobre Economia de Baixo Carbono no Cofecon

A economista Renata Machado apresentou na quinta-feira, 17 de maio, às 17h, a primeira aula da oficina gratuita “Economia de Baixo Carbono”. O curso foi dividido em três aulas, que ocorreram às quintas-feiras, de 13 a 27 de maio, das 17h às 18h. Os interessados em ter acesso ao material disponível deviam acessar a plataforma EAD do Cofecon.

A primeira aula abordou “O que é economia de baixo carbono?”, “Os impactos das mudanças climáticas na economia” e “Emissões de gases de efeito estufa (GEE) e precificação do carbono”. A aula foi exibida no canal do Cofecon no YouTube e ficaram disponíveis na plataforma EAD do Cofecon. Renata Machado é economista, bióloga e atua como docente, coordenadora e pesquisadora. Ela tem experiência em análise de viabilidade econômica e financeira visando a obtenção de incentivos fiscais e/ou financiamento a longo prazo.

18 e 19/05: A Superintendente, Aline Tales Ferreira, representou o Cofecon durante o Congresso Nacional de Dirigentes de Conselhos de Fiscalização Profissional - FISPRO/2021, realizado pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública – IBGP, no formato online.

19/05: O jornalista Manoel Castanho apresentou a live “Prêmio Brasil de Economia – Categoria Monografia”

O Cofecon realizou na quarta-feira (19/05), às 17 horas, a terceira live da série sobre o Prêmio Brasil de Economia. O convidado foi o economista Arthur Ribeiro Queiroz, primeiro colocado na categoria Monografia ou trabalho de conclusão de Curso de Graduação em 2020.

A transmissão foi feita pelo canal do Cofecon no YouTube. Arthur é graduado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestrando em Economia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR-UFMG).

26/05: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, apresentou a live “Dificuldades do primeiro emprego sob a ótica de Clara e Francisco”

O Conselho Federal de Economia realizou na quarta-feira, 26 de maio, às 17 horas, a live “Dificuldades do primeiro emprego sob a ótica de Clara e Francisco”. O evento foi promovido pelo Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária e transmitido pelo canal do Cofecon no YouTube. Ladislav Dowbor e Krysla Moreira foram os palestrantes, tendo Tania Teixeira como mediadora e a vice-presidente do Cofecon Denise Kassama como apresentadora.

A economia de Francisco é baseada nos ideais de justiça, solidariedade, sustentabilidade e inclusão – ou, nas palavras do Papa Francisco, “uma economia diferente, que faz viver e não mata, inclui e não exclui, humaniza e não desumaniza, cuida do que foi criado e não o depreda”.

Ladislav Dowbor é economista e professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi consultor de diversas agências das Nações Unidas, governos e municípios, além de várias organizações do sistema “S”. Autor e coautor de cerca de 45 livros, toda sua produção intelectual está disponível online no website dowbor.org.

Krysla Moreira Lacerda é estudante de Economia e vice-presidente da Federação Nacional de Estudantes de Economia. Tania Cristina Teixeira é graduada em Ciências Econômicas pela PUC-Minas, mestre em Ciência Política pela UFMG, Master-DEA e doutora em Economia Aplicada pela Universidad de Valencia. Atualmente é presidente do Corecon-MG, professora da PUC-Minas e pesquisadora do Nutra/Proex/PUC-Minas.

31/05: O Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa participou da Reunião Extraordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas - PEC 108, no formato online.

01/06: O Conselheiro Federal Paulo Dantas da Costa participou do debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 108/2019.108, convidado pelo Deputado Rogério Correia, no formato online.

07/06: A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício participou como ouvinte da Live “Lei ficha Limpa paridade de gênero e combate à corrupção”, do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), no formato online.

07/06: A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício participou da 5ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), no formato online.

16/06: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama Franco do Amaral, apresentou a live “Fome: riscos e perspectivas para garantia da segurança alimentar”, que contou com a mediação do conselheiro Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior

No dia 16 de junho, às 17h, o Conselho Federal de Economia realizou uma live especial com o tema “Fome: riscos e perspectivas para garantia da segurança alimentar”. O evento teve a apresentação da vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama e mediação pelo conselheiro Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior. A live é uma realização do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária.

Dessa vez os convidados para o evento virtual foram as economistas Gabriela Mendes Chaves, fundadora da NoFront – Empoderamento Financeiro; Andrea Santos Baca, pesquisadora e docente na área de economia política internacional do sistema agroalimentar; e o representante adjunto da FAO Brasil, Gustavo Chianca. Você pode acessar a live através do canal do YouTube do Cofecon.

17, 24 e 30/06: Renata Monteiro Machado ministrou oficina sobre Negócios Sustentáveis e Empreendedorismo Verde

A economista Renata Machado apresentou, no mês de junho, a oficina gratuita “Negócios

Sustentáveis e Empreendedorismo Verde”. Dividida em três módulos, foi apresentada ao vivo no canal do Cofecon no Youtube. As aulas ocorreram às quintas-feiras, de 17 a 30 de junho, das 17h às 18h.

Os interessados em ter acesso ao material disponível deveriam acessar a plataforma EAD do Cofecon. Renata Machado é economista, bióloga e atua como docente, coordenadora e pesquisadora. Ela tem experiência em análise de viabilidade econômica e financeira visando a obtenção de incentivos fiscais e/ou financiamento a longo prazo.

1º/07: Debate de conjuntura mediado pelo conselheiro Fernando de Aquino Fonseca Neto sobre as políticas sociais pós-pandemia

Como o Brasil vai enfrentar uma inflação galopante, num momento em que o desemprego já se encontra elevado e uma parte expressiva da população teve sua renda comprometida pelas medidas de isolamento social? Para responder perguntas como esta, o Cofecon realizou, no dia 1º de julho, debate de conjuntura sobre as políticas sociais pós-pandemia, tendo como debatedores os economistas Rosa Maria Marques e Marcelo Neri.

O debate foi transmitido ao vivo pelo canal do Cofecon no YouTube. Após as falas de cada debatedor, houve uma rodada de perguntas por parte dos conselheiros federais. O evento foi promovido pela Comissão de Política Econômica do Cofecon e teve a mediação de seu coordenador, o conselheiro Fernando de Aquino Fonseca Neto.

14/07: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou da 6ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), no formato online

15/07: O conselheiro Lauro Chaves Neto mediu debate no XXVII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento 2021

A Gestão de Recursos tem o potencial de impulsionar a geração de empregos, o Produto Interno Bruto e a arrecadação de impostos. Esse efeito multiplicador beneficia toda a sociedade e pode mudar o padrão de financiamento da economia brasileira. Nesse contexto, o conselheiro federal de economia e professor da Universidade Estadual do Ceará, Lauro Chaves Neto, foi o moderador do debate “Fatores ESG na Análise de Investimentos” no XXVII Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento.

O evento é o maior na área de economia no Nordeste e aconteceu na quinta-feira, dia 15 de julho, às 15h, através do canal do BNB no YouTube. Lauro Chaves Neto se juntou ao diretor de Sustentabilidade da Standard & Poors Global Ratings, Jesus Palacios, e a Head da Área de Investimentos Sustentáveis e de Impacto do BTG Pactual, Patrícia Genelhú. Realizado anualmente, desde 1995, o Fórum Banco do Nordeste de Desenvolvimento busca fortalecer a interlocução institucional do Banco com a sociedade e seus diversos segmentos, tendo em vista também a conjuntura econômica, os cenários e desafios previstos para os próximos anos.

15, 22, 29/07 e 05/08: O Grupo de Trabalho de Responsabilidade Social e Economia Solidária ofertou a Oficina de Economia Solidária no EAD do Cofecon

Os economistas Roberto Marinho Alves Da Silva, Tânia Cristina Teixeira, Anderson Oriente, Marcela Vieira, José Raimundo Oliveira Lima, Teresinha de Jesus Ferreira da Silva e Graça Aparecida Barcos apresentaram, nos meses de julho e agosto, a oficina gratuita “Economia Solidária”. Dividida em quatro módulos, foi apresentada ao vivo no canal do Cofecon no Youtube. As aulas ocorreram às quintas-feiras, de 15 de julho a 29 de julho, e o módulo quatro na quarta-feira do dia 04 de agosto, das 17h às 18h.

A oficina teve a realização do Cofecon e do Grupo Economistas Solidários, além do apoio do Corecon-MG, da MESA (Mulheres Economistas de São Paulo), do Instituto Paul Singer e do Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS (IEPS-UEFS).

28/07: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, mediou live sobre Economia Solidária

A economia solidária é imprescindível no combate às desigualdades, promove a inclusão social, valoriza os saberes locais passados de geração em geração transformando-os em fonte de renda para a família. Com esse pensamento, no dia 28 de julho, quinta-feira, às 17h, o Conselho Federal de Economia promoveu a live “Economia solidária: Qual o papel da sociedade frente à pobreza extrema” pelo canal de YouTube do Cofecon. O evento foi mediado pela vice-presidente do Cofecon e coordenadora do Grupo de Trabalho e Economia Solidária do Cofecon, Denise Kassama, que atua na promoção de debates e na implantação de programas em prol de uma sociedade mais justa.

Márcio Pochmann é doutor em Ciências Econômicas, professor titular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) desde 1989, ex-presidente da Fundação Perseu Abramo e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. É autor de diversas obras de referência sobre a economia e a sociedade brasileiras como “A desigualdade hereditária: origem e trajetória no Brasil” e “Capitalismo, Classe Trabalhadora e Luta Política no início do Século XXI”.

Presidente da Feneco, Marcos Antonio da Silva e Silva, há 8 anos, coordena o programa Crisália de combate à extrema pobreza e redução de vulnerabilidades sociais. Além disso, Marcos é entusiasta pelo cooperativismo, associativismo e pelas organizações do terceiro setor, fomentando e ministrando cursos de formação e capacitação nessas áreas.

04/08: O conselheiro Carlos Eduardo Soares Jr participou de live sobre situação e perspectivas do serviço e do comércio

O Conselho Regional de São Paulo promoveu, em parceria com o Sindicato dos Economistas de São Paulo, uma live no dia 5 de agosto, quinta-feira, às 18h, sobre a situação e perspectivas do serviço e do comércio. O evento on-line teve palestras dos economistas Carlos Eduardo Soares Jr, pós-graduado em Análise Econômica, Liderança Inovadora e em Gestão Empresarial, professor universitário no Centro Universitário FIEO, Universidade Ibero Americana, Grupo Anhanguera, Universidade de Mogi das Cruzes e São Marcos; e Marcel Solimeo, consultor, superintendente do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo. A reunião aconteceu por meio da Plataforma Zoom.

09/08: O Conselheiro Federal Lauro Chaves Neto participou da Mesa de Abertura da Semana do Economista do Conselho Regional de Economia da 19ª Região – RN, no formato online.

09/08: O Conselheiro Federal Clovis Benoni Meurer participou da Mesa de Abertura da Semana do Economista do Conselho Regional de Economia da 24ª Região – Ro, no formato online.

09/08: Os conselheiros Paulo Dantas e Fernando de Aquino participaram como debatedores na semana do Economista 2021 do Corecon-BA

O Conselho Regional de Economia da Bahia promoveu, em agosto, a Semana do Economista, que teve como tema: “Pensar a economia em tempos de pandemia”. Dentro da programação, no dia 09 de agosto, às 19h, foi apresentada a palestra “Situação socioeconômica no Brasil pós-pandemia: Para onde caminharemos?”, com o economista Paulo Gala, professor e doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Os conselheiros Paulo Dantas e Fernando de Aquino participaram como debatedores. A mediação foi de Fernando Fernandes, presidente do Corecon-BA. O evento teve transmissão ao vivo no YouTube do Corecon-BA.

11/08: O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou da XIII Semana de Economia da Unimontes

O conselheiro federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou na quarta-feira (11/08) de

um debate sobre Política Industrial e a Retomada do Crescimento Econômico. O evento fez parte da XVII Semana de Economia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e ocorreu às 19h30.

Fernando de Aquino é economista e professor da Universidade Federal de Pernambuco. Além das atividades de pesquisa, tem forte experiência na gestão pública, com passagem pelo Tribunal de Contas e atualmente no Banco Central do Brasil. Possui mestrado pela UFPE e doutorado pela Universidade de Brasília. Foi presidente do Conselho Regional de Economia da 3ª Região (Corecon-PE) e é conselheiro do Cofecon.

O outro debatedor foi o Dr. Paulo Morceiro, além de doutor e pesquisador da FIPE (Fundação de Pesquisa Econômica da FEA USP), é autor de várias pesquisas explicando a desindustrialização das últimas décadas no Brasil. Também tem se voltado para a construção de políticas públicas que permitam a retomada da indústria. 11/08: A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício participou da 7ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), no formato online.

11/08: A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício participou da 7ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), no formato online.

13/08: O Conselheiro Regional do Corecon-SE, Francisco Assis Boaventura, participou da solenidade de entrega da Medalha do Mérito Econômico do Conselho Regional de Economia da 16ª Região – SE, no formato online.

23/08: O conselheiro federal Eduardo Araújo participou de live do Cofecon sobre como se livrar de dívidas

Para orientar sobre contas e orçamento, no dia 23 de agosto, às 18h, o Conselho Federal de Economia promoveu live com o economista e conselheiro federal Eduardo Araujo, que trouxe conhecimento para se organizar melhor o orçamento. A live “Como se livrar de dívidas?” foi transmitida pelo Instagram do Cofecon.

Eduardo Araujo é conselheiro do Cofecon e tem se dedicado a ajudar muitas pessoas em temas questões ligadas às finanças. Ele possui mestrado em economia, especialização em políticas públicas com módulo em Oxford e certificação da ANBINA CPA-20. É consultor do Tesouro Estadual do ES.

24/08: O Conselheiro Federal Carlos Alberto Safatle participou da Comemoração dos 64 anos de fundação da Associação dos Peritos Judiciais do Estado de São Paulo (APEJESP), no formato online.

24/08: O Conselheiro Federal Lauro Chaves Neto participou da gravação do Painel “Superendividamento: o resgate do cidadão para alavancar a economia”, realizado pelo Grupo Padrão, no formato online.

25/08: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, e a conselheira Mônica Beraldo participaram de live sobre participação feminina no Sistema Cofecon/Corecons

O Sistema realizou live “Participação Feminina no Sistema Cofecon/Corecons”, no dia 25 de agosto, às 17h. O evento foi transmitido pelo canal de Youtube do Cofecon e apresentado pela vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, que também é coordenadora do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária.

A mediadora foi a conselheira federal e coordenadora da Comissão Mulher Economista, Mônica Beraldo. Como debatedoras, as convidadas foram as economistas Tania Cristina Teixeira, presidente do Corecon-MG; Bruna Furlanetto, vice-presidente do Corecon-SC; Silvana Parente, vice-presidente do Corecon-CE e Michele Aracaty, vice-presidente do Corecon-AM. O evento aconteceu dentro das comemorações do Mês dos Economistas e previamente às eleições do Sistema, que acontece nos Conselhos Regionais no período de 27 a 29 de outubro de 2021.

26/08: A conselheira federal Maria de Fátima Miranda participou da Mesa de Abertura do 6º Encontro Paranaense de Economistas e Estudantes de Economia – EPECO, no formato online.

30/08: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício participou da mesa abertura do Ciclo de Debates do Conselho Regional de Economia da 11ª Região – DF, no formato online.

1º/09: O conselheiro federal Fernando de Aquino participou da Semana Acadêmica de Economia e Comércio Exterior

Na quarta-feira, dia 1 de setembro, se iniciou a Semana Acadêmica de Economia e Comércio Exterior: Perspectivas de economia e do comércio internacional Pós-Pandemia. A semana acadêmica ocorreu até o dia 03 de setembro e os encontros foram através do Google Meet às 19h.

O primeiro encontro do evento, que é uma iniciativa da Faculdade de Ciências Aplicadas e Sociais de Petrolina, teve, entre os convidados, o economista e coordenador da Comissão de Política Econômica do Conselho Federal de Economista, Fernando de Aquino.

08/09: O conselheiro Lauro Chaves Neto participou de palestra sobre a importância das políticas de sustentabilidade e do ESG no Congresso Brasileiro de Economia

O jornalista Dal Marcondes e o economista Lauro Chaves Neto foram os convidados para falar no Congresso Brasileiro de Economia sobre ESG (do inglês Environmental, Social and corporate Governance – melhores práticas ambientais, sociais e de governança corporativa) e políticas de sustentabilidade. As palestras ocorreram na tarde de 8 de setembro.

Marcondes foi o primeiro a falar. A partir da fala de Marcondes, Lauro iniciou a sua abordando a sustentabilidade. “A partir da revolução industrial há um domínio grande das corporações, do setor produtivo, onde o crescimento da renda e da produção era o principal foco das políticas públicas”, pontuou o conselheiro federal. “A pressão gerada pelo aumento da produção, melhoria da produtividade e aumento populacional resultou num uso cada vez maior de combustíveis e geração de resíduos, e começa a haver um ponto de inflexão que vai trazendo um dano para a qualidade de vida. Aquele ganho é anulado pelo dano ao meio ambiente”.

11/09: A conselheira federal Mônica Beraldo participou do Fórum de Mulheres Economistas durante o XXIV Congresso Brasileiro de Economia

Durante o Fórum de Mulheres Economistas, que ocorreu no XXIV Congresso Brasileiro de Economia, se reuniram para debater Izete Bagolin, professora na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e Luciana Acioly, doutora em Economia pela Unicamp; Mônica Beraldo, conselheira federal e coordenadora da Comissão Mulher Economista. O tema da primeira etapa do fórum foi “Mulheres Economistas Pensadoras do Desenvolvimento Econômico”.

Izete Bagolin trouxe para a discussão dados sobre as contribuições das mulheres economistas nas discussões dos problemas de desenvolvimento econômico brasileiro. Para Mônica Beraldo, esses dados são relevantes em um momento em que a Comissão Mulher Economista está preparando um Censo que visa entender o perfil das mulheres economistas brasileiras.

Luciana Acioly pesquisa o tema de macroeconomia e finanças internacionais. De acordo com ela, essa área tem pouca participação das mulheres atualmente. Na sequência, Nancy Gorgulho, coordenadora da Comissão Mulher Economista do Conselho Regional de Economia de São Paulo apresentou as duas palestrantes do segundo tema do Fórum de Mulheres Economistas que foi “Macroeconomia e o empoderamento das mulheres: a presença das mulheres nas políticas públicas”, Ana Luíza Matos de Oliveira, professora visitante da Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais, e Joana Mostafa, servidora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

15/09: A conselheira federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou da 8ª reunião ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual.

24/09: O conselheiro federal Wellington Leonardo participou do 1º Webinário do Eixo 5 promovido pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social

Nos dias 24 de setembro, 1º, 8 e 15 de outubro de 2021 aconteceu o webinário “Democracia e participação social”, promovido pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social. As transmissões ocorreram sempre às 18h30 e foram acompanhadas pelo canal do Conselho Federal de Economia no Youtube.

No dia 24 de setembro, os palestrantes convidados foram Maria Lucia Fattorelli, coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e membro titular da comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB; José Menezes Gomes, Coordenador do Núcleo Alagoano da Auditoria Cidadã da Dívida; e Luiz Fernando Reis, Coordenador do Núcleo Paraná/Região Oeste da Auditoria Cidadã da Dívida. O moderador foi Wellington Leonardo, conselheiro do Cofecon e coordenador do Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade social.

O debate deste dia foi sobre “Como os mecanismos da Dívida Pública inviabilizam o desenvolvimento socioeconômico do Brasil”. O objetivo é divulgar as pesquisas feitas sobre o funcionamento do endividamento público no Brasil em todas as esferas – federal, estadual e municipal – a fim de mostrar o efetivo papel exercido pela atuação da chamada dívida pública, sem contrapartida em investimentos de interesse da sociedade, e servindo de justificativa para contrarreformas, privatizações e cortes que confluem para a inviabilidade do desenvolvimento socioeconômico do Brasil e o aprofundamento das desigualdades sociais.

28/09: A Superintendente Aline Tales Ferreira participou da Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em formato presencial.

01/10: Vice-presidente do Conselho Federal de Economia, Denisse Kassama, participou do 2º Webinário do Eixo 5 promovido pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social

No dia 1º de outubro, a partir das 18h30, aconteceu o 2º encontro do Webinário promovido pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social, que trouxe como tema central “Ampliar a Democracia e a Participação Social”. O debate ocorreu no canal do YouTube do Conselho Federal de Economia (Cofecon).

Os palestrantes convidados foram Romualdo Portela, presidente da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae), mestre e doutor em Educação, com atuação em Política Educacional; Marcela Vieira, educadora popular e especialista em gestão de projetos, membro da Articulação Brasileira para Economia de Francisco e Clara, além de assessora na Cáritas Brasileira; e Valmor Schiochet, coordenador do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional, com atuação na área de Sociologia Política.

A mediação foi da vice-presidente do Conselho Federal de Economia, Denise Kassama, que é coordenadora do Grupo de Trabalho Responsabilidade Social e Economia Solidária, que atua com apoio em processos de geração de renda. O objetivo do evento foi definir propostas e estratégias para ampliar o escopo da democracia brasileira no que se refere à inclusão social e à redução da desigualdade.

13/10 a 15/10: A presidente do Corecon-MG, Tania Cristina Teixeira participou como avaliadora do trabalho do Congresso Internacional da Economia de Francisco na América-latina e Caribe

Com foco na proposta da “Economia de Francisco”, que recomenda que a economia sirva à sociedade, aconteceu, entre os dias 13 e 15 de outubro, o 1º Congresso Internacional de Economia de Francisco para América Latina e Caribe. O evento foi realizado em ambiente virtual e as inscrições

foram gratuitas.

Entre os temas do evento, conferencistas e participantes debateram sobre iniciativas ambientais, realidade latino-americana à luz dos ensinamentos do Papa Francisco, entre outros temas que contribuirão para que jovens acadêmicos possam implementar mudanças em seus locais de atuação, colaborando com a cultura da inclusão, do apoio, do respeito, da paz e da conexão entre instituições que trabalham em prol do bem-estar comum e da preservação do meio ambiente. O Conselho Federal de Economia é um dos apoiadores do 1º Congresso Internacional de Economia de Francisco para América Latina e Caribe.

14, 21 e 28/10: Os economistas Tiago Jazynski e Antonio Umbellino ministraram oficina gratuita de Perícia Econômico-Financeira

O Conselho Federal de Economia (Cofecon) ofereceu a oficina, por meio de seu canal EAD, a partir do dia 14 de outubro. O evento consistiu em três aulas que foram realizadas nos dias 14, 21 e 28 de outubro, sempre às 17 horas. As inscrições foram feitas pelo portal EAD do Cofecon. A plataforma foi modernizada para tornar a navegação mais intuitiva e dinâmica.

Os economistas Tiago Jazynski e Antonio Umbellino foram os instrutores da oficina. A primeira aula, no dia 14, tratou do mercado de trabalho em perícia econômico-financeira. A segunda, no dia 21, abordou o campo da perícia trabalhista. A terceira e última aula apresentou casos práticos. A oficina de perícia econômico-financeira é uma iniciativa da Comissão de Perícia Econômico-Financeira, Mediação e Arbitragem do Cofecon, coordenada pela conselheira federal Maria de Fátima Miranda.

15/10: Assessora de comunicação do Conselho Federal de Economia, Renata Reis, participou do 4º Webinário do Eixo 5 promovido pelo Fórum Nacional pela Redução da Desigualdade Social sobre democratização do sistema de comunicação social, em formato virtual.

20/10: A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou da 9ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual.

26/10: A Superintendente Aline Tales Ferreira participou da Reunião Ordinária do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas, em formato presencial.

26/10: O Conselheiro Federal Wellington Leonardo da Silva participou de Live com tema sobre “Paraísos Fiscais - Um Sujeito Oculito da Economia Submersa Vem à Tona, Clamando por Informação”, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em formato virtual.

03/11: Conselheira federal Mônica Beraldo participou de live com as indicadas ao Prêmio Mulher Transformadora

O que Bia Kern, Joice Marques e Maria Aparecida Rodrigues de Miranda têm em comum? À sua maneira, cada uma delas dá a sua contribuição para construir um mundo melhor. E por isso foram indicadas para concorrer ao prêmio Mulher Transformadora 2021. As três participaram de uma live no dia 03 de novembro, às 17 horas, transmitida pelo canal do Cofecon no YouTube e mediada pela conselheira federal Mônica Beraldo.

O Prêmio Mulher Transformadora foi criado pelo Conselho Federal de Economia em 2020, por iniciativa da Comissão Mulher Economista em reconhecer outras mulheres que, ao empreenderem em suas comunidades, passam a ser importantes agentes de transformação, com responsabilidades econômica e social e incentivos à economia solidária. Mônica Beraldo, que também é a coordenadora da Comissão Mulher Economista, enfatiza a importância das convidadas para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

08/11: Vice-presidente do Conselho Federal de Economia, Denise Kassama, participou de live com indicadas ao Prêmio Mulher Transformadora

Após o sucesso da primeira live com três das indicadas ao prêmio Mulher Transformadora 2021, o Cofecon recebeu, no dia 8 de novembro, outras três concorrentes: Nelsa Nespolo, Maria Casé e Neli Medeiros. O evento aconteceu às 17 horas, com transmissão pelo canal do Cofecon no YouTube, foi mediado pelo Economista Anderson Oriente e teve a apresentação da vice-presidente da autarquia, Denise Kassama.

11/11: O Conselheiro Federal Fernando de Aquino Fonseca Neto participou de palestra sobre o tema: “Crises, Covid-19 e Cenário Econômico para 2022 e além”, durante o IV Congresso de Economia, Administração e Contabilidade do Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto (FHO), em formato virtual.

17/11: A Superintendente Aline Tales Ferreira participou da 5ª Reunião com Reguladores promovida pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), em formato virtual.

24/11: A Conselheira Federal Mônica Beraldo Fabrício da Silva participou da 10ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE), em formato virtual.

25/11: Conselheira federal Mônica Beraldo participou de live sobre trajetória da mulher economista nos Corecons e suas comissões

Para refletir sobre o papel e a importância da atuação da mulher nas instituições econômicas e no Sistema Cofecon/Corecons, a Comissão da Mulher Economista do Corecon-BA, em parceria com o Cofecon, promoveu, na quinta-feira (25/11), uma live com o tema: “Trajetória da Mulher Economista nos Corecons e suas Comissões”.

Mediado pela economista Isabel Ribeiro, coordenadora da Comissão Mulher Economista do Corecon-BA e Gerente Adjunta da Unidade de Gestão Estratégia do Sebrae, o bate-papo virtual contou com a participação das economistas Mônica Beraldo, conselheira federal e coordenadora da Comissão Mulher Economista do Cofecon, e Nancy Braga, coordenadora da Comissão da Mulher Economista (Corecon-SP) e do Fórum de Discussão da Mulher Economista (Sindecon-SP). O encontro virtual começou às 19h e teve transmissão simultânea no Youtube do Corecon-BA e do Cofecon.

26/11: A Conselheira Federal Maria de Fátima Miranda representou o Presidente Antonio Corrêa de Lacerda na cerimônia de Solenidade Virtual da Entrega do 31º Prêmio Paraná de Economia, organizado pelo Corecon-PR, em formato virtual.

29/11: Conselheiro federal Fernando de Aquino participou do debate de conjuntura do Cofecon sobre “Bidenomics” e o Brasil

O Conselho Federal de Economia realizou na segunda-feira (29) mais um debate de conjuntura. O tema, desta vez, foi a agenda econômica do governo de Joe Biden – ou, no termo criado em inglês, “Bidenomics”. O debate contou com a presença dos economistas André Roncaglia e Laura Carvalho, além do jornalista Fábio Graner.

O presidente norte-americano lançou uma política econômica com base no gasto público: um programa de estímulos de 1,9 trilhão de dólares; um programa de gastos de 2,3 trilhões em infraestrutura; e um Plano de Auxílio às Famílias Americanas, no valor de 1,8 trilhões. O pacote seria o maior plano de estímulos desde o New Deal – uma série de programas implementados nos Estados Unidos entre 1933 e 1937.

O conselheiro federal Fernando de Aquino, coordenador da Comissão de Política Econômica do Cofecon, em sua fala de abertura apresentou a importância do tema. Ao encerrar o debate, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, afirmou que os palestrantes colocaram muito bem as limitações, muitas delas autoimpostas, da política econômica brasileira.

02/12: Vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, participa de live com tema Economia Solidária

O Grupo de Trabalho Mulher Economista do Corecon-DF promoveu live “Economia Solidária” com as economistas palestrantes Denise Kassama, vice-presidente do Cofecon, e Valéria Moraes, da Associação Brasileira pela Democracia. O evento contou com moderação da economista Roseli Farias, Conselheira do Corecon-DF, e ocorreu no dia 2 de dezembro, às 18h.

15/12: A vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, apresentou live em comemoração ao Dia da Economia Solidária

O Conselho Federal de Economia realizou na quarta-feira, dia 15 de dezembro, às 17h30, uma live alusiva ao Dia da Economia Solidária. O tema do evento foi o legado de Paul Singer, economista nascido na Áustria e radicado no Brasil, que dedicou parte de sua vida aos estudos sobre economia solidária. A transmissão foi feita pelo canal do Cofecon no YouTube.

O evento foi apresentado pela vice-presidente do Cofecon, Denise Kassama, com mediação do economista Frednan Santos. Os convidados foram o diretor do Instituto Paul Singer, Marcelo Justo; o coordenador do projeto Crisálida, Marcos Antonio da Silva e Silva; e a irmã Lourdes Dill, ganhadora do Prêmio Mulher Transformadora 2020 e coordenadora do Projeto Esperança/Cooesperança.

Na ocasião, foi apresentado o livro O Dia que a Terra Voltou a Sorrir, obra de autoria de Marcos Antonio, voltada ao público infantil, escrita para introduzir conceitos de economia solidária para crianças. Também houve o lançamento do Prêmio Paul Singer de Boas Práticas, cuja criação foi aprovada pelo plenário do Cofecon no dia 30 de novembro, durante a 709ª Sessão Plenária da Autarquia.



COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



Economia
em debate

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br